

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Fernando Carvalho Derenusson

**Sob fogo cruzado:
a família do policial militar carioca**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Departamento de Psicologia

Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Fernando Carvalho Derenusson

**Sob fogo cruzado:
a família do policial militar carioca**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio.

Prof^o Bernardo Jablonski
Orientador
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2009



Fernando Carvalho Derenusson

**Sob fogo cruzado:
a família do policial militar carioca**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profº Bernardo Jablonski

Orientador

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profº Helmuth Ricardo Krueger

Centro de Ciências da Saúde -

Universidade Católica de Petrópolis

Profº Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Instituto de Psicologia - UFRJ

Profº Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação

e Pesquisa do Centro de Teologia

e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de Março de 2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, do autor e do orientador.

Fernando Carvalho Derenusson

Graduou-se em Psicologia pela UERJ (Universidade do estado do Rio de Janeiro) em 1998. Especializou-se em Terapia Familiar pelo Núcleo de Pesquisas da Família. Atual chefe do Serviço de Psicologia do Hospital Central da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Derenusson, Fernando Carvalho

Sob fogo cruzado: a família do policial militar carioca / Fernando Carvalho Derenusson ; orientador: Bernardo Jablonski. – 2009.

150 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Família. 3. Polícia. 4. Estresse policial. 5. Segurança pública. I. Jablonski, Bernardo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Às famílias dos policiais militares,
que andam na linha tênue todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Dani, Daniela de Assis Pinto, minha mulher, companheira, "orientadora". Foram tantos os momentos em que eu pedi seu conselho, e você sempre tão disposta e sincera nas observações, que me fazia levar a sério tanto as críticas quanto os elogios. Por tudo o que você me incentivou, e pelo tanto que faz por nós, obrigado, amor.

Agradeço ao meu orientador, Bernardo Jablonski, que me deu uma liberdade imensa para criar, fazer e desfazer, desde que cumprisse os prazos estabelecidos e respeitasse normas mínimas de decência acadêmica. Espero ter correspondido à confiança depositada!

À PUC-Rio que, através da Vice-Reitoria Acadêmica tornou viável este empreendimento.

Agradeço à minha família, que torce imensamente por mim e me faz me esforçar por eles também. Meu pai, mãe e irmãs, sobrinhas, tios, avó, primos e primas, sogros e cunhados. Com vocês fica mais fácil!

Meus amigos, vocês são maravilhosos e importantes. Graças a vocês eu me lembro que a vida é mais que o mestrado, mais que o trabalho, mais que todo o esforço a gente tem que fazer pra ser alguém - e por isso tenho forças para prosseguir e ser alguém.

Meus colegas de mestrado - não sei se isso acontece com todas as turmas, mas sinto que nos tornamos amigos de verdade e é sempre uma alegria revê-los, e sentir o quanto crescemos juntos. Pudemos "regredir" juntos para, quem diria - progredir no final das contas!

Aos companheiros e amigos do NuCePsi - Núcleo Central de Psicologia da PMERJ, ao qual tenho a honra de pertencer, como parte da primeira turma de (50) Oficiais Psicólogos da Corporação. Superamos muitos desafios, estamos amadurecendo juntos e juntos fazendo uma revolução silenciosa, mas inexorável. Pois mesmo com nossas diferenças naturais, levamos a sério o nosso trabalho. Vamos "honrar a briosa", sempre!

Às psicólogas civis da PM, pioneiras da Psicologia na Corporação, colegas de luta no dia-a-dia no Hospital - obrigado pela amizade e pela dedicação à nossa causa!

Às pessoas que me ajudaram neste processo: Mariângela, vizinha de porta que me alertou para os prazos de inscrição no Mestrado; à professora Carmen Luiza, de estatística, a quem precepei com meu total desconhecimento do assunto (do qual depois procurei me inteirar ao máximo); ao estatístico do IBGE Paulo Rudolphi, que me encaminhou à Laura Maria Vaz, também estatística que, com seu profissionalismo e seriedade somou forças neste projeto;

Aos professores que compõem a banca examinadora que, de uma forma e de outra fazem parte do meu percurso até aqui - Professor Helmuth Krueger, como orientador de Monografia na UERJ, me incentivando a prosseguir quando tudo começava, e Pedro Bicalho, como colega na PM, hoje professor na UFRJ, sempre inspirador com seu entusiasmo a toda prova;

Aos professores da PUC-Rio que muito me ajudaram com seu entusiasmo e dedicação à arte de ensinar, que leram e "mergulharam" no meu projeto de dissertação: Claudia Garcia e Marcelo Burgos;

Ao Coronel James, pela oportunidade de pesquisar no HCPM, manancial de dados, de onde muitas pesquisas poderão ainda surgir em benefício do policial e sua família;

Aos funcionários do HCPM, pela ajuda: Sargentos Aragão e Carla, e Major Wilson da Pediatria, Cabo Soares, funcionária civil Nilza e Tenente-Coronel Pasqualetti, da Ginecologia. Vocês tornaram isto possível.

Às funcionárias do departamento de Psicologia da PUC, Marcelina e Vera, sempre atenciosas e gentis, que tomam todas as providências para que nos lembremos das nossas;

Às respondentes desta pesquisa, todas tão amáveis, mesmo preenchendo um questionário grande como o desta pesquisa, que disfarçavam o espanto quando eu as alertava de que era "frente e verso";

Às famílias que atendi e atendo no Ambulatório de Psicologia do HCPM, que renovam a cada momento a minha felicidade em ser psicólogo;

A Deus, em suas diversas formas às quais orei para concluir - são e salvo - este trabalho, e que me dá forças inesgotáveis para prosseguir.

RESUMO

Derenusson, Fernando Carvalho; Jablonski, Bernardo. **Sob fogo cruzado: a família do policial militar carioca**. Rio de Janeiro, 2009. 150p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente Dissertação constitui-se de pesquisa de campo realizada junto a 123 esposas e companheiras de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de avaliar a forma de manifestação daquilo que o autor denomina "impacto do trabalho policial sobre a família". A partir de uma definição de duas formas de impacto: direto (relativo à incidência de fatores circunstanciais do trabalho policial sobre a família), e indireto (relativo à forma como se dá a interação do policial em casa), o autor analisou suas manifestações a partir de dois eixos: o de operacionalidade, relativo à natureza do serviço policial - interno ou externo, e o de graduação, relativo à forma como o tempo de serviço do policial atua sobre a percepção de impacto de suas companheiras. Os resultados indicam que o impacto direto se faz mais marcante para estas famílias de maneira geral, principalmente entre as vinculadas aos policiais do serviço externo. A atribuição de impacto indireto também foi maior para este grupo de policiais. A análise por graduação revelou um aumento da incidência de diversos fatores de impacto com o passar do tempo de serviço do policial.

Palavras-chave: família; polícia; estresse policial; segurança pública

ABSTRACT

Derenusson, Fernando Carvalho; Jablonski, Bernardo. **Sob fogo cruzado: a família do policial militar carioca**. Rio de Janeiro, 2009. 150p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The following Dissertation is comprised of a field research conducted among 123 wives of military policemen of Rio de Janeiro city, with the aim of analyzing the manifestation of what the author cites as "the impact of police work on the family". From the definition of two basic forms of impact: direct (related to the incidence of the circumstances of police work on the family), and indirect (related to the interaction of policemen at home with his family), the author analyzed its manifestations through two standpoints: that of operability (internal versus external service), and graduation (related to hierarchical level and time of service) in its perceived effects over the wives of policemen. The results indicate that the direct impact is more prominent to those families in general, mainly among those of the external service. The attribution of indirect impact was also stronger among the group linked to external service policemen. The analysis through graduation revealed that several factors of impact increase with the passing of time in the police force.

Keywords: family; police; police stress; public safety

SUMÁRIO

Introdução	17
1 - Caracterização da população pesquisada	28
1.1 Estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	28
1.2 A "Família PMERJ" e a sociedade	31
1.3 Estruturação da família do policial militar	36
1.4 Interseções: o repouso do guerreiro	37
2 - O impacto do trabalho policial sobre a família	40
2.1 As circunstâncias do trabalho policial e a família: fatores de impacto direto	42
2.1.1 O policial militar na cidade partida	43
2.1.2 Trabalho, lazer e risco	45
2.1.3 Horário de trabalho	49
2.1.4 A questão salarial	50
2.1.5 Fatores analisados	50
2.2 O impacto indireto da profissão policial sobre a família: "trazendo os problemas para casa"	51
2.2.1 Fatores identitários	52
2.2.1.1 O curso de formação como agente de transformação subjetiva	54
2.2.1.2 O exercício da profissão e a identidade policial	56
2.2.1.3 Fatores analisados	59
2.2.2 O estresse policial e a família	59
2.2.2.1 A dinâmica do desgaste	59
2.2.2.2 Outros reflexos	64
2.2.2.3 Fatores analisados	66
3 – Metodologia	67
3.1 - Sujeitos	67
3.2 - Coleta de dados	68
3.3 - Campo de coleta de dados	69
3.4 - Análise dos dados	69
4 – Apresentação de resultados	71
4.1 Caracterização da amostra	72
4.1.1 Composição e estrutura familiar	72
4.1.2 Dados sócio-econômicos	77

4.1.3 Religiosidade	84
4.2 Introdução aos fatores de impacto na família	86
4.3 Análise do impacto direto do trabalho policial sobre a família	101
4.4 Análise do impacto indireto do trabalho policial sobre a família	110
4.4.1 Fatores identitários	113
4.4.2 Fatores relacionados ao estresse e desgaste mental	120
4.4.3 Perfil geral do impacto indireto	124
5 - Trocando em miúdos: uma tentativa de significação da experiência da família policial	127
6 - Considerações Finais	134
7 - Referências Bibliográficas	144
Anexo 1: Questionário	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro Hierárquico da PMERJ	30
Tabela 2: Número de componentes da amostra	72
Tabela 3: Relacionamento prévio - policiais	75
Tabela 4: Relacionamento prévio - mulheres	75
Tabela 5: Filhos em relacionamento prévio	76
Tabela 6: Estimativa de renda	77
Tabela 7: Número de mulheres de policiais que trabalham fora de casa	79
Tabela 8: Policiais com segunda atividade profissional	79
Tabela 9: Grau de escolaridade das companheiras de policiais	80
Tabela 10: Propriedade de imóvel onde residem	82
Tabela 11: Propriedade de automóvel	83
Tabela 12: Presença de prática religiosa	84
Tabela 13: Grau de percepção de impacto na família	87
Tabela 14: Fatores que mais afetam a família	89
Tabela 15: Grau de estresse do policial percebido por suas companheiras	91
Tabela 16: Manifestação de estresse no lar	94
Tabela 17: Atribuição de estresse nos filhos	96
Tabela 18: Grau de afetação do rendimento escolar	97
Tabela 19: Atribuição de restrição social da família pela profissão policial	98
Tabela 20: Contato com amigos do meio policial	100
Tabela 21: Contato com amigos de fora da polícia	100
Tabela 22: Contato com familiares	100
Tabela 23: Preocupação da família com a segurança do policial	102
Tabela 24: Situação de perigo no trabalho	103
Tabela 25: Preocupação com a segurança da família	104
Tabela 26: Incidência de situações de risco da família com o policial	105
Tabela 27: Natureza dos incidentes de risco da família com o policial	106
Tabela 28: Tempo de convivência com policial	108
Tabela 29: Atividade extra e convívio familiar	109
Tabela 30: Policiais que exercem outra atividade profissional	109
Tabela 31: Modificação após entrada na polícia	112
Tabela 32: Comunicação sobre o trabalho com a companheira	114
Tabela 33: Grau de autoritarismo atribuído aos policiais	116

Tabela 34: Manifestação de afeto do policial junto à família	118
Tabela 35: Presença do policial na criação dos filhos	119
Tabela 36: Atribuição de agressão verbal ao policial	121
Tabela 37: Atribuição de agressão física pelo policial	123
Tabela 38: Atribuição de uso de álcool pelo policial	124
Tabela 39: Atribuição de prazer na profissão ao policial	128
Tabela 40: Satisfação com a profissão do companheiro	130
Tabela 41: Orgulho pela profissão policial	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estimativa de renda	78
Gráfico 2: Grau de escolaridade das companheiras de policiais	80
Gráfico 3: Propriedade do imóvel onde residem	82
Gráfico 4: Propriedade de automóvel	84
Gráfico 5: Prática religiosa	85
Gráfico 6: Religião praticada	85
Gráfico 7: Avaliação do grau de impacto negativo na família	87
Gráfico 8: Fatores que mais afetam a família (operacionalidade)	89
Gráfico 9: Fatores que mais afetam a família (graduação)	90
Gráfico 10: Grau de estresse do policial percebido por suas companheiras	91
Gráfico 11: Comparativo entre afetação da família e atribuição de estresse policial	92
Gráfico 12: Manifestação de estresse no lar – operacionalidade	94
Gráfico 13: Manifestação de estresse no lar - graduação	95
Gráfico 14: Atribuição de estresse nos filhos	96
Gráfico 15: Grau de afetação do rendimento escolar	97
Gráfico 16: Atribuição de restrição social da família pela profissão policial	98
Gráfico 17: Círculos de convivência da família policial	100
Gráfico 18: Preocupação com a segurança do policial	102
Gráfico 19: Situação de perigo no trabalho	103
Gráfico 20: Preocupação com a segurança da família	104
Gráfico 21: Incidência de situações de risco da família com o policial	105
Gráfico 22: Situações de risco da família junto ao policial	106
Gráfico 23: Tempo de convivência com o policial	109
Gráfico 24: Policiais que exerce outra atividade profissional	110
Gráfico 25: Modificação após entrada na polícia	112
Gráfico 26: Comunicação sobre o trabalho policial	114
Gráfico 27: Comunicação sobre o trabalho policial (casadas e separadas)	115
Gráfico 28: Grau de autoritarismo atribuído aos policiais	116
Gráfico 29: Grau de autoritarismo (casadas e separadas)	117
Gráfico 30: Manifestação de afeto do policial junto à família	118
Gráfico 31: Manifestação de afeto (casadas e separadas)	118
Gráfico 32: Presença na criação dos filhos	119

Gráfico 33: Presença na criação dos filhos (casadas e separadas)	120
Gráfico 34: Atribuição de agressão verbal pelo policial	122
Gráfico 35: Agressão Verbal (casadas e separadas)	122
Gráfico 36: Atribuição de agressão física pelo policial	123
Gráfico 37: Agressão física (casadas e separadas)	124
Gráfico 38: Uso de álcool pelo policial	125
Gráfico 39: Uso de álcool pelo policial (casadas e separadas)	125
Gráfico 40: Atribuição de satisfação do policial na profissão	128
Gráfico 41: Satisfação com a profissão policial pelas companheiras	130
Gráfico 42: Orgulho pela profissão policial	131
Gráfico 43: Desejo de que o filho seja policial	133

LISTA DE ABREVIATURAS

ALERJ - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

BOPE - Batalhão de Operações Especiais

CB - Cabo

CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

CFO - Curso de Formação de Oficiais

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GAFPMF - Grupo de Atendimento aos Familiares dos Policiais Militares

Falecidos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NIAC - Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania

NUFEP - Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas

PMERJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PNAD - Programa Nacional de Amostragem Domiciliar

SD - Soldado

SGT - Sargento

TEPT - Transtorno de Estresse Pós-Traumático

UFF - Universidade Federal Fluminense

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

"O policial é o maior patrimônio da PMERJ"

Epígrafe Institucional

INTRODUÇÃO

O problema da Segurança Pública no Rio de Janeiro vem, nos últimos anos, promovendo uma mudança de foco das atenções da mídia e da população, tornando protagonistas do cenário social atores que anteriormente eram apenas coadjuvantes: de um lado, os traficantes de drogas, propagando uma cultura de armas, funk e violência (que se reflete inclusive em tendências culturais e estéticas). De outro, os policiais militares, na maior parte das vezes retratados meramente como corruptos ou "máquinas de matar", como no recente filme *Tropa de Elite* (2007), o qual gerou uma discussão sem precedentes na sociedade sobre o papel da polícia e sua forma de atuação.

Apesar de sua relevância como tema social, e do fato de mobilizar como poucos assuntos a atenção do público e da imprensa, apenas há pouco tempo a Segurança Pública vem se tornando tema relevante no meio acadêmico. Grupos como o NUFEP - Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas - sediado na UFF, o NIAC - Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania - na UFRJ, com seu curso de especialização em Segurança Pública, Cultura e Cidadania e o CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, na Universidade Candido Mendes, com teóricos de diversas áreas, vêm conjugando saberes no intuito de analisar as múltiplas causas da violência urbana e propor práticas que venham a ser mais eficazes no combate à insegurança.

Esta aproximação entre a Academia e a Segurança Pública tem ensejado a realização cada vez mais freqüente de estudos sobre a polícia e os policiais, discutindo os mecanismos de formação destes profissionais, a cultura policial e outros aspectos pertinentes a esta instituição, no intuito de promover uma reflexão sobre a prática policial, o profissionalismo e adequação de seus modelos aos problemas que visa combater.

Uma lacuna ainda se faz marcante, porém, nos estudos que têm o policial como objeto-fim, que o abordem não a partir de suas funções, mas atentando às suas necessidades como pessoa, cidadão, trabalhador. Ainda que existam menções à vivência subjetiva e familiar deste profissional em alguns estudos por nós

encontrados, como nos de Poncioni (2003), Muniz (1999), e Silva (2006), persiste em âmbito nacional uma carência de trabalhos que focalizem as condições de trabalho e o bem-estar do policial. Uma instituição que produziu importantes publicações neste sentido recentemente foi a Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ), com destaque para dois estudos sobre as condições de trabalho e de vida dos policiais civis (Minayo & Souza, 2003) e militares (Minayo et. al, 2008) do Rio de Janeiro. Este último trabalho, inclusive, foi lançado às vésperas de concluirmos esta dissertação e nos levou, por sua importância, a fazer diversos acréscimos ao texto no "apagar das luzes", terminando por se constituir como uma de nossas principais fontes de dados empíricos.

A literatura estrangeira oferece vastas referências sobre os chamados LEOs (Law Enforcement Officers*), versando sobre a saúde dos policiais, sobre a interação trabalho-casa e outros importantes pontos relativos às vicissitudes desta profissão. Alguns trabalhos relatam a formação de grupos de apoio e associações de policiais e familiares, bem como de programas desenvolvidos por órgãos policiais para auxiliar este profissional a conciliar duas realidades a princípio tão distintas, a de seu trabalho e a do lar (Black, 2004 e Bryant, 2002; Loo, 1984 e Dowling, 2005). Percebemos, através disto, um empenho de órgãos governamentais e acadêmicos, principalmente nos EUA, em cuidar e apoiar o policial, alguém que, em troca, presta um importante serviço para a sociedade.

Segundo Bayley (2002), a única característica exclusiva da profissão policial é a legitimidade do uso da força. Ora, este único traço talvez seja suficiente para transformar este trabalho e a instituição policial em algo "único", diferenciado, em nossa sociedade, marcando uma linha divisória entre estes trabalhadores e outros grupos sociais, trazendo uma série de tarefas exclusivas a este profissional e uma série de atribuições sociais específicas. Dificilmente outro grupo profissional adquire uma gama de representações tão marcante quanto o policial, de modo que se torna

* Em uma tradução livre, "Agentes da lei" (n. do autor)

possível tratarmos este grupo em oposição a outro, o dos "cidadãos comuns", como algumas vezes o fazemos ao longo do texto.

A prerrogativa do uso legítimo da força, na conjuntura vigente, torna a polícia a responsável quase que exclusiva pela regulamentação e manutenção da paz social, recaindo sobre ela as exigências de solução dos diversos dilemas urbanos que não foram manejados em outras instâncias. Desta forma, o policial passa a se destacar como protagonista deste cenário, uma vez que é o agente responsável por esta almejada "solução última".

Ao policial não é dado pensar em sua própria segurança "em primeiro lugar". É ele quem deve garantir que as forças conflitantes da sociedade mantenham-se em relativo acordo, muitas vezes através do enfrentamento direto. Diante da magnitude de sua missão social, suas necessidades e as de sua família se tornam invisíveis aos olhos da sociedade, e mesmo o risco que correm passa a ser encarado como algo natural, inevitável - como se diz comumente, "ossos do ofício".

É nosso intuito resgatar, neste trabalho, esta dimensão quase esquecida - a subjetividade do policial e daqueles que o cercam, em uma tentativa de vislumbrar de que forma este profissional e sua família vivenciam nossa realidade social e de que forma particular sofrem seu impacto. Esta tarefa se reveste de um caráter peculiar ao percebermos a forma como incidem sobre este grupo os fatos de relevância social: enquanto para as famílias "comuns" normalmente existe uma considerável distância entre estes e os fatos da esfera *pessoal*, observamos que para o policial e sua família, freqüentemente, aquilo que mobiliza a sociedade reverbera na forma de acontecimentos pessoais, seja pela inserção factual do policial em acontecimentos socialmente relevantes, seja pela gama de representações sociais que recaem sobre ele em decorrência de sua profissão. Ou seja: os fatos da esfera pública freqüentemente reverberam como se fossem eventos de sua vida privada.

Quando nos propomos a estudar o tema *família*, diversas abordagens tanto teóricas como metodológicas são possíveis. Uma vez que nosso trabalho recai, como

mencionamos, sobre uma família que experimenta de forma peculiar os fatos que mobilizam a sociedade e a opinião pública, optamos por analisá-la a partir da maneira como esta opera a separação entre os domínios público e privado, entendendo esta separação como a possibilidade de vir a se constituir como promotora de proteção social para seus membros, nos termos de Carvalho e Almeida (2003), discutidos adiante.

Algumas considerações históricas se fazem oportunas neste ponto. Como observado em Jablonski (1998), a função protetora da família em relação ao meio externo teve sua importância acentuada com o surgimento dos grandes centros urbanos. A vida no ambiente densamente povoado das cidades tornou necessário que fossem erigidas fronteiras claras entre o grupo familiar e os estranhos, garantindo a privacidade e segurança deste grupo, criando distância subjetiva onde havia um excesso de proximidade física.

A literatura sobre a família urbana aponta diversos pontos onde a demarcação de fronteiras não se mostrou eficiente. Lasch (1991) observou como a família, inicialmente formada no intuito de se constituir como um "refúgio em um mundo sem coração", falhou em sua missão ao ser invadida pela esfera pública através da submissão à normatização técnico-científica sobre a forma de se criar os filhos, de se cuidar da saúde e até mesmo de se relacionar. A ciência, desta forma, passou a exercer o papel que antes seria da Igreja e da comunidade mais ampla: o de conter os desvios.

Sennett (1988), por sua vez, observa que, com a modernidade, e a conseqüente diminuição da influência da *res publica*, ou seja, dos valores compartilhados pelos cidadãos, operou-se uma mudança de orientação dos sujeitos em direção a um individualismo radical, fazendo com que a idéia de família perdesse importância frente ao apelo da realização pessoal. Desta forma, ao mesmo tempo em que a esfera pública perde importância e a família nuclear deve tornar-se a célula social básica (devido ao surgimento das metrópoles), indicando um movimento aparente de valorização da esfera privada, o individualismo e o culto à personalidade esvaziam a própria importância do vínculo, base para a constituição da família.

Assim, segundo esta noção, a família não chega a se constituir como instância de referência: o valor maior passa a residir no interior de cada indivíduo, na *psique*.

Jablonski (1998) aponta uma fonte de dificuldades para a família surgida com a urbanização: a impenetrabilidade de suas fronteiras. Erigidas como um escudo contra o estranho e o anônimo, estas fronteiras terminaram por restringir o âmbito no qual se daria a troca de afeto entre os indivíduos, gerando o que denomina a "família". Esta entidade, constituída por oposição e pela suspeição em relação ao estranho, flutua como que isolada em um "mar de desconhecidos", e em seu movimento de fechamento sobre si mesma, termina por asfixiar o afeto, dificultando a própria manutenção dos laços conjugais, a própria sobrevivência do grupo familiar.

Sem ignorar estes traços alardeados, que tratam de uma certa precariedade da família atual, e os evidentes males das comunidades formadas nos grandes centros urbanos, não podemos deixar de assinalar que ainda se espera da família que exerça de algum modo a função de proteção social de seus membros. Carvalho e Almeida (2003) resgatam a noção da família como protetora diante do meio social, principalmente em países subdesenvolvidos, em contexto de precariedade, propiciando ao indivíduo as bases para a ascensão social, bem como se constituindo como uma unidade de cooperação que minimizaria as adversidades da pobreza. Além disto, os autores enfatizam suas funções normatizadoras, observando que, além de se configurar como palco da socialização primária do indivíduo, a família seria uma "unidade econômica e jurídica, além de comunidade moral".

Procuramos analisar a família do policial através deste prisma, o do quanto é bem sucedido seu empenho em se estabelecer como unidade social protetora. A importância de analisarmos sob este prisma reside, a nosso ver, na noção de que esta família experimenta não só os desafios comuns à família urbana moderna, mas enfrenta demandas únicas, devido aos desafios apresentados pelo trabalho policial e à inserção social diferenciada que esta profissão implica. Por isso, acrescentaríamos às noções destes autores a análise do quanto esta família propicia também proteção (ou pelo menos a sensação de proteção) contra um elemento de pertinência particular para esta população: o da violência urbana.

O pensamento de da Matta (1997, 1985) sobre a divisão entre o espaço público e privado no Brasil nos fornece uma oportuna base conceitual para tecermos nossas considerações a respeito do que significa ser policial no Brasil, tornando mais claros os motivos pelos quais consideramos ser esta uma forma peculiar de existência em nossa sociedade, bem como peculiar a forma como sua família vivencia a realidade urbana.

O autor faz uma extensa análise do que denomina o "dilema social brasileiro", que se caracterizaria pela oposição de dois planos de referência fundamentais: o plano da "casa", representando o espaço privado, e o da "rua", representando o espaço público.

Estes domínios, antes de se constituírem como lugares objetivos, seriam "esferas de ação social", "províncias éticas", regidas por lógicas opostas e complementares. A primeira ordenação em que esta diferenciação opera é em relação ao espaço: a "casa" seria um espaço virtual (não necessariamente vinculado ao espaço físico da casa concreta) onde as relações sociais estão sob controle, onde existem intimidade e proximidade social. A "rua", por sua vez, é o domínio do descontrole e da massificação, do "contato com quem nunca se tem relações contratuais precisas". Nas palavras do autor, "a regra básica do universo da rua é o engano, a decepção e a malandragem". A rua é movimento, anonimato, é o lugar da luta, da batalha.

Esta distinção, que serve para ordenar o *espaço* em termos de familiar ou estranho, se torna a matriz de onde vão ser fundadas duas categorias de *sujeitos*: a "pessoa" e o "indivíduo". A partir destas distinções, como nota o autor, o brasileiro constrói seu modo de agir em sociedade, define os atores sociais e define a si próprio.

A "pessoa" é própria do domínio da casa, este lugar onde ocupamos uma "posição singular em uma teia de relações". Na condição de pessoas, nossa posição hierárquica já é conhecida, assim como nossa singularidade é aceita. Como indivíduos, porém, estamos sujeitos à indiferença, pois neste plano "o comando é dado à autoridade que governa com a lei, a qual torna todo mundo igual no propósito de desautorizar e até mesmo explorar de forma impiedosa" (Da Matta, 1985, p.56). O

que se busca na sociedade brasileira é sair da condição de *indivíduo* e alcançar a de *pessoa*, pois o indivíduo "corre o risco de ser nivelado por baixo" (p.218).

Esta breve descrição das noções de da Matta nos permite esclarecer os objetivos de nosso estudo, nos seguintes termos: desejamos inferir, através de diversas categorias de análise, em que medida a família e a "casa" do policial são "invadidas" pelo plano da rua. Baseamo-nos na noção de que esta invasão pode ocorrer de duas formas: 1) de forma *direta*, sendo afetada por vicissitudes do trabalho policial como horário e salário, bem como pelo possível aumento da exposição deste grupo familiar aos riscos do espaço público, uma vez que está associada a um indivíduo que exerce uma função coercitiva de alta visibilidade no meio social; e 2) de forma *indireta*, através da transferência, pelo policial, de elementos de seu trabalho para sua convivência familiar, elementos estes relacionados ao plano da rua: o estresse laboral e o caráter disciplinador e legalista de suas funções,

A análise da incidência do impacto direto nos remete à questão inicialmente formulada a respeito da possibilidade de a família do policial se constituir propriamente como elemento de proteção de seus membros contra agentes ou eventualidades externos. Acreditamos que esta família deve apresentar maior vulnerabilidade que outras, uma vez que estaria mais sujeita a passar por situações de *risco*, estando junto ao policial (que anda na maior parte das vezes armado), ou como vítima de possíveis represálias dirigidas a ele.

Se, para o cidadão comum, o meio urbano, o mundo da rua, pode inspirar cuidados por sua anomia, e por seu caráter de algo não-familiar, aos olhos do policial e de sua família ele se apresenta como francamente ameaçador, pois todo policial é de certa forma uma pessoa pública, fazendo-se presente nas esquinas das ruas com sua farda característica, fazendo-se notar com especial atenção pelos que são ameaçados por sua atuação, enquanto seus adversários podem passar incólumes a seu olhar, por mais vigilante que seja.

O fator *horário de trabalho* do policial, por sua vez, pode se configurar como impactante para a família, pois não raro se estende para além do período regulamentar, devido a ocorrências que extrapolem o tempo inicialmente previsto ou que surjam no final do expediente de trabalho. O horário de trabalho do policial,

como observado por Cortes (2004), muitas vezes se estende também pela realização de outras atividades profissionais, com dupla jornada de trabalho em empresas de segurança privada, o que segundo Minayo et al. (2008) compromete seu tempo de lazer e de repouso e afeta de múltiplas formas a relação com sua família.

A questão *salarial* também será abordada, pois representa outro possível fator de desgaste para a família do policial, gerando uma série de dificuldades que este grupo experimenta de forma direta.

Quanto aos fatores indiretos, ou relativos à invasão do indivíduo-policial no plano da casa, observamos: o policial é um agente que passa por um processo de formação complexo, e recebe funções sociais que têm impacto profundo sobre sua identidade, ensejando aquilo que Berger e Luckmann (1973) denominam "alternação identitária", caracterizada por uma reformulação subjetiva e incorporação de novos valores e um novo *self*. Como observa Sirimarco (2004), o processo de formação do policial visa diferenciá-lo do cidadão comum destituindo-o da condição de *pessoa* (nos termos de da Matta), despindo-o de idiosincrasias, para que se torne representante "legítimo" do Estado. Pelo que esta autora observa, o policial deve se tornar não apenas indivíduo, mas um indivíduo "individualizante", alguém que deve tratar a todos com o rigor da lei, uma vez que cabe a este profissional a ordenação da esfera da *rua*.

Aproveitando a noção de *deslocamento* proposta por da Matta (1997), que trata da presença de "objeto, atributo ou ação em um domínio que não o habitual", podemos então formular nossa questão norteadora: como se daria a incidência do policial, este "guardião das ruas", sobre o reino "da casa"? Em que medida este agente subverte estas dimensões, trazendo para a casa códigos da rua? Como se dá a alternância deste sujeito entre um mundo e outro? Ocorre alguma negociação, ou apenas o silêncio reflete um abismo entre estas esferas? Em que medida seus familiares são para o policial "pessoas" ou "indivíduos"? Estas são todas questões relativas à *identidade policial*, que abordaremos como uma das possíveis formas de invasão do plano da rua sobre sua casa.

Ainda no plano de fatores indiretos em sua incidência sobre a família, teríamos aqueles relativos ao *desgaste e estresse* deste profissional no exercício de

suas funções. Discutindo as origens deste possível desgaste a partir de elementos como horário de trabalho, incidência de estresse organizacional e estresse pós-traumático, analisamos de que forma as companheiras de policiais percebem seus efeitos, que seriam indicativos de um outro tipo de invasão do plano da rua sobre a casa, a saber: o do "transbordamento", para o lar, das vivências impactantes, das intempéries que o policial enfrenta em seu dia-a-dia. Entendemos que os efeitos derivados de tais vivências devam se traduzir em atitudes francamente desagregadoras para o grupo familiar, como discutiremos adiante.

Para o presente trabalho, realizamos uma pesquisa de campo onde aplicamos questionários junto a companheiras e esposas de policiais a respeito do impacto experimentado por elas e (atribuído a) sua família como consequência da profissão de seus maridos / companheiros. A partir dos fatores já expostos como *diretos* e *indiretos*, procuramos inferir a medida e a forma de manifestação deste impacto, como percebido por elas.

A escolha pelo enfoque de nosso trabalho – a análise do impacto do trabalho policial sobre sua família - baseia-se não apenas na literatura ou em suposições acerca deste denominado impacto. O autor, psicólogo desta Corporação, atuante como psicoterapeuta familiar no Hospital Central da Polícia Militar, frequentemente encontra nas famílias que o procuram em sua clínica efeitos adversos deste trabalho, como nos casos de falecimento ou ferimento do policial por causas violentas, ou naqueles em que, devido à sua vivência profissional, o policial sofre transformações identitárias que o tornam difícil a convivência com sua família previamente constituída.

Nossa dissertação está estruturada de forma a, primeiramente, contextualizar a inserção institucional e social do policial, e a seguir analisar o impacto desta profissão

sobre sua família. Assim, temos no primeiro capítulo uma tentativa de "caracterização da população pesquisada", onde traçamos algumas considerações a respeito da inserção do policial e de sua família na sociedade mais ampla. Marcada pela presença de um sentimento difuso de não-pertencimento (ou mesmo de "não-inserção"), a dinâmica estabelecida implica em um embate entre a cultura policial (que visa à atuação na norma policial) e a cultura urbana (que prioriza a cordialidade), e termina por reservar ao policial os estigmas da violência e da corrupção.

No segundo capítulo explicitamos em maior profundidade teórica os termos de nossa investigação, e as premissas que a norteiam. Abordamos o que entendemos por impacto sobre a família e as formas que este impacto pode adquirir, através do que denominamos fatores *diretos* (risco para a família e o policial, horário e salário) e *indiretos*. (identitários e relativos ao estresse e desgaste mental no trabalho).

O terceiro capítulo trata da metodologia adotada para realização de nossa pesquisa de campo junto a esposas e ex-esposas de policiais acerca de sua percepção em relação aos diversos fatores de impacto do trabalho policial.

No quarto capítulo, expomos os resultados de nossa investigação, primeiramente com uma caracterização da amostra, incluindo dados sobre a realidade socioeconômica das famílias pesquisadas. A seguir, partimos para uma análise do impacto experimentado pelas respondentes a respeito da profissão policial, buscando estabelecer quais seriam os fatores tidos como mais importantes a gerar desconforto na família. Posteriormente, analisamos em subcapítulos diferentes a percepção das respondentes a respeito de fatores específicos relativos ao impacto direto e indireto sobre o grupo familiar. Ao final deste capítulo, tecemos considerações acerca da atribuição de sentimentos positivos ao trabalho policial por parte das respondentes, o que possibilitará uma relativização do valor atribuído por elas a respeito do impacto negativo da profissão policial sobre a família.

No quinto capítulo discutimos os resultados encontrados, de forma a analisar as respostas obtidas em seu conjunto, em uma tentativa de, afinal, compreender de que forma se dá o impacto do trabalho policial sobre a família: como opera a distinção público-privado, como se sustentam suas fronteiras e quais seus pontos de

vulnerabilidade. Em outras palavras: a quantas anda a “casa” do policial, aos olhos de suas companheiras?

1 - CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA

Iniciamos este capítulo tecendo considerações relativas à forma como a PMERJ está estruturada em termos de unidades e de componentes, em sua organização formal. A seguir, abordamos a maneira como a família do policial se insere na sociedade mais ampla, observando o modo pelo qual se estabelecem suas relações com a comunidade dos "cidadãos comuns". Por fim, expomos algumas observações sobre a família policial a partir de dados empíricos, bem como sobre a dinâmica de interação entre o policial, seu trabalho e sua família.

1.1 – ESTRUTURA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A Polícia Militar do Rio de Janeiro possui em seus quadros aproximadamente 40.000 policiais na ativa, divididos entre Unidades Operacionais (Batalhões), de Saúde e outras (de Instrução, Seleção e Administrativas). Seu efetivo distribui-se por todo o Estado do Rio de Janeiro.

Os primórdios desta Corporação remontam ao ano de 1808, quando foi criada a Intendência Geral de Polícia por D. João VI. Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, e o aumento significativo da população da cidade (somente a corte com seus escravos era composta de aproximadamente 60.000 pessoas), surgiu a necessidade de aumentar o efetivo e de reformular o aparato policial existente, com base em idéias liberais e legalistas, calcadas no consentimento social. O formato militarizado e uniformizado que caracteriza a Polícia Militar surgiu em 13 de maio de 1809, sob a denominação de Guarda Real de Polícia, para auxiliar a Intendência a efetivar sua missão de policiamento das ruas da cidade do Rio de Janeiro e coibir delitos menores (Minayo & Souza, 2008; Muniz, 1999 e Bretas, 1999). Segundo o site institucional da PMERJ, esta Corporação teve 12 denominações diferentes, acompanhando transformações na estrutura do Estado do Rio de Janeiro, até que em 1975 se estabeleceu em seu formato e denominação atuais.

Atualmente, a PMERJ se subordina, juntamente com a Polícia Civil, à Secretaria de Segurança Pública, sendo missão constitucional da Polícia Civil a apuração das infrações penais (investigação), e a da Polícia Militar, o policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública.

A entrada na carreira policial-militar no Rio de Janeiro pode se dar através de dois quadros funcionais distintos, compostos por oficiais e praças: o de Saúde e o de Combatentes. Para o quadro de combatentes, objeto de nosso estudo, existem duas formas de ingresso, que irão determinar diferentes carreiras nesta Corporação: os oficiais ingressam através de vestibular prestado na UERJ, com periodicidade anual, para o qual são oferecidas em média 80 vagas. Os praças ingressam nesta Corporação através de concurso público sem periodicidade definida, sendo o número de vagas determinado de acordo com as necessidades existentes no momento do planejamento do concurso (normalmente, este número varia entre 1.500 e 3.500).

Nos concursos para praças, grande número de indivíduos é avaliado (por volta de 20.000), e em torno de 90% destes é reprovado em alguma etapa, sendo comum que um considerável número de vagas oferecidas fique ociosa, o que reflete a insuficiente qualificação de grande parte dos candidatos à Polícia Militar, diante dos critérios exigidos pela Corporação.

Os oficiais, responsáveis pelas funções de comando em diversos níveis (Companhias, Seções, Unidades, etc.), entram na Corporação na condição de alunos-oficiais, e durante três anos participam do Curso de Formação de Oficiais (CFO), na Academia de Polícia Militar D João VI. Durante este curso, além de estudarem diversas matérias referentes ao trabalho policial, como Direito, regulamentos internos e procedimentos de policiamento, os alunos-oficiais passam por um estrito treinamento militar. O curso nestes moldes, calcado em um regime de internato com duração de três anos, propicia a socialização do indivíduo no meio policial, o que talvez seja a maior força formadora do caráter policial militar, pois como Castro (1990) observa, “ser militar se aprende no convívio” (p. 12).

Os praças, por sua vez, se configuram como elementos de execução das tarefas pertinentes ao policiamento. O aluno-soldado, designado pela sigla AL SD, passa por uma formação de 8 meses, em regime de externato, onde são ministradas instruções

referentes à prática policial (6 meses) e é realizado o estágio policial nas ruas, no qual não é utilizada arma de fogo - esta só é disponibilizada para emprego nas ruas após a conclusão do Curso de Formação de Soldados.

O quadro hierárquico da PMERJ (Tabela 1) segue o modelo adotado pelo exército brasileiro, e constitui-se das seguintes Graduações (para praças) e Postos (para oficiais):

Tabela 1: Quadro hierárquico da PMERJ

CÍRCULO DE OFICIAIS	POSTO	ABREVIATURA
Oficiais Superiores	Coronel PM Tenente-Coronel PM Major PM	CEL PM TEN CEL PM MAJ PM
Oficiais Intermediários	Capitão PM	CAP PM
Oficiais Subalternos	1º Tenente PM 2º Tenente PM	1º TEN PM 2º TEN PM
CÍRCULO DE PRAÇAS ESPECIAIS	GRADUAÇÃO	ABREVIATURA
Praças Especiais	Aspirante-a-Oficial PM Cadete PM	ASP OF PM CAD PM
CÍRCULO DE PRAÇAS	GRADUAÇÃO	ABREVIATURA
Praças	Subtenente PM 1º Sargento PM 2º Sargento PM 3º Sargento PM Cabo PM Soldado PM	SUB TEN PM 1º SGT PM 2º SGT PM 3º SGT PM CB PM SD PM
Praças	Alunos do Curso de Formação de Soldados (recrutas)	AL CFSd

A diferenciação entre o círculo de praças e o de oficiais é o maior divisor hierárquico na Corporação, e vai caracterizar experiências distintas do ser e fazer policial. Em termos ontológicos, Muniz (1999) observa que os oficiais são fruto da cultura dos quartéis, da observância das normas e da socialização no ambiente militar. Seu período de formação visa a uma diferenciação entre o indivíduo policial e o meio, através da imersão intensiva e extensiva em práticas que visam transmitir o *ethos* almejado pela Corporação. Ao sair da Academia, espera-se que o oficial represente da forma mais transparente o ideal institucional, despindo-se de idiosincrasias e preferências pessoais, adequando-se à estrutura organizacional na medida exata do poder e liberdade de ação conferidos por seu posto.

Os praças, por sua vez, como observa Muniz (op. cit.) têm uma outra forma de inserção institucional, caracterizada por um contato muito mais precoce e duradouro com a realidade das ruas. Eles têm um tempo de treinamento muito menor que o dos oficiais, e devem permanecer, ao contrário destes, no serviço externo ao longo de toda a carreira. Enquanto um oficial com aproximadamente quinze anos de polícia chega ao posto de major e se estabelece principalmente no serviço interno, o praça permanece trabalhando em policiamento ostensivo (serviço externo) até a conclusão de seu tempo de serviço, a menos que algum evento ocasione sua impossibilidade de estar nas ruas, ou que seja requerido para o serviço interno. Estas diferenças marcam de formas distintas a inserção na Corporação e na sociedade, inclusive em termos de nível sócio-econômico, e geram duas culturas policiais diversas.

Nosso objeto de pesquisa são os praças e suas famílias. Esta escolha se deve, primeiramente, ao fato de que estes representam a maior parte dos policiais, como observamos pelo número de vagas oferecidas para admissão. Deve-se também ao fato de que, sendo os elementos de execução das tarefas pertinentes ao policiamento, são os que sofrem de maneira mais direta os determinantes de desgaste no ambiente de trabalho e do confronto com a criminalidade, bem como os que têm mais contato com a população. Nossa atenção recai, então, sobre eles, os que exercem o trabalho policial em seus termos mais característicos de exposição ao risco e visibilidade social.

1.2 – A “FAMÍLIA PMERJ” E A SOCIEDADE

O efetivo de policiais militares ativos no Rio de Janeiro é formado, como vimos anteriormente, por aproximadamente 40.000 homens. A "família policial", por sua vez, composta pelos ativos mais os inativos (21 mil aproximadamente) e dependentes (por volta de 180 mil), soma uma população equivalente a uma cidade de médio porte, dispersa por todo o território estadual.

Apesar de dispersa, esta "família" termina por configurar uma cultura própria, uma vez que é marcada por determinantes que promovem certa homogeneidade interna (códigos de conduta militares, condições de trabalho) e certa diferenciação em

relação ao meio externo (pela oposição entre a cultura policial e a cultura urbana). A rede de socialização da "família policial" é extensa e, penetrando no tecido social, dialoga com outros grupos, terminando por configurar formas de relação que tendem a se reproduzir uma vez estabelecidas.

Grande parte dos policiais militares do Rio de Janeiro reside nas periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, compartilhando com os moradores destas áreas os serviços públicos oferecidos, muitas vezes precários, como saneamento e educação. Algo diferenciado a que a família do policial tem acesso são os serviços de saúde, uma vez que a Polícia Militar conta com um sistema próprio, composto por dois hospitais - um no Rio, no bairro do Estácio e um em Niterói, em Santa Rosa, três policlínicas (em São João de Meriti, Cascadura e Olaria), onde são prestados diversos tipos de atendimentos ambulatoriais em medicina, odontologia e psicologia, 4 Unidades Básicas de Saúde, localizadas em Batalhões da Polícia Militar (Mesquita, São Gonçalo, Nova Friburgo e Campos), e 30 Unidades Primárias de Saúde, também dentro de batalhões, com presença variável de médicos, psicólogos e dentistas. Para ter direito a estes serviços, os policiais têm descontado um valor mensal de seu pagamento.

Em 2004, foi inaugurado o primeiro Colégio da Polícia Militar, localizado em Niterói. Voltado prioritariamente para filhos de policiais militares, baseia-se na busca de uma qualidade diferenciada no ensino para esta população, e na busca de maior segurança através da socialização dentro da "família policial".

O ingresso na corporação policial representa, muitas vezes, uma experiência de radical diferenciação para o indivíduo em relação à sua história pregressa, pois muitos policiais advêm de camadas baixas da sociedade. Da Matta (1985) nos fornece uma base para pensarmos o que pode representar esta admissão, ao observar a forma como a sociedade brasileira, francamente heterogênea, estabelece informalmente gradações hierárquicas entre os indivíduos. Como observa este autor, a unidade básica de nossa sociedade "não está em indivíduos ou cidadãos, mas em relações e pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos". E prossegue:

"O ponto crítico da identidade social no Brasil é, sem dúvida, o isolamento, quando não há nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa (seja pessoa, instituição ou até mesmo um objeto ou atividade). Nada pior que não saber responder à tremenda pergunta: 'afinal de contas, de quem se trata?'" (p.50)

Podemos afirmar, a partir deste enfoque, que a entrada na Corporação promove uma verdadeira *nomeação social* do indivíduo.

Além desta dita nomeação, a polícia propicia também a ascensão social de indivíduos que, de outro modo poderiam ter restritos os meios de mobilidade nesta esfera. Silva (2006), em pesquisa realizada junto a 331 policiais militares, corrobora esta noção, constatando que 76% destes haviam experimentado desemprego antes de entrar para a Corporação.

Mello e Novais (1998) observam como 3 tipos sociais protagonizaram o processo de industrialização e urbanização brasileiro: o migrante urbano, advindo do campo, o negro urbano, advindo dos engenhos, e o imigrante europeu. Os autores observam que, apesar de a sociedade em tese propiciar oportunidades iguais, elas sempre foram aproveitadas de forma desigual por estes três grupos, com vantagem inicial para aqueles que já tinham estabelecido ligações com a elite urbana, no caso os imigrantes europeus, seguidos pelos migrantes do campo. Aos negros a mobilidade seria dificultada devido ao racismo. Sobre este ponto, Sansone (2002), observa que a PMERJ pode oferecer uma boa oportunidade de mobilidade social para os negros, com a admissão de candidatos baseada exclusivamente em sua qualificação. Este autor observa que o acesso nesta Corporação é igualitário para os negros tanto nos postos subordinados quanto nos de comando.

Se, por um lado, a inserção na Corporação propicia ascensão e nomeação social, representando para o policial e sua família a aquisição de *status*, por outro cobra um preço: a diferenciação entre esta família e o restante da comunidade, ensejada pela natureza da função policial, e que opera de duas formas: em uma mudança da autopercepção do policial enquanto cidadão, e em uma mudança de percepção da sociedade em relação a este indivíduo.

Bretas (1997) observa que, desde os primórdios da Corporação, os policiais são recrutados nas próprias camadas sociais que devem controlar. Dada esta proximidade

com o meio social de origem e a natureza das funções policiais, torna-se objetivo primordial do processo de formação do policial sua diferenciação em relação à sociedade, através da criação de um indivíduo impessoal, que represente de maneira legítima os ideais do Estado. Nesta diferenciação, o indivíduo adquire um olhar desencantado e suspeito (Muniz, 1999) em relação ao meio social, parte integrante do exercício de suas funções, mas potencialmente prejudicial quando transportado para seu âmbito de convivência social.

Este olhar, que se torna igualmente necessário por questões de segurança, vai engendrar um outro viés da inserção social da família do policial, com a adoção de medidas de segurança anteriormente desnecessárias - os filhos de policiais têm que esconder a condição do pai nas escolas e, como observa Silva (2006) o círculo de amizades da família pode se restringir. Como nas palavras de um policial entrevistado por esta autora: "perde-se a liberdade, tendo que escolher amigos, locais a frequentar e horários a circular". (p. 130)

Esta sensação de isolamento é também sustentada por um olhar que vem da própria comunidade em direção ao policial. Em nossa sociedade, os números são bem claros a este respeito: em pesquisa realizada em abril de 2008 e publicada no jornal O Globo, a PMERJ foi apontada, juntamente com a ALERJ, como a instituição estadual em que a população menos confia.

Ao colocar sua farda, recaem sobre o policial todas as representações atribuídas a esta instituição, que podem ser expressas na forma de gratidão por serviços prestados, mas que geralmente o são na forma de hostilidades, veladas ou não. Kirschmann (2007) observa este fenômeno nos Estados Unidos afirmando que, quando se trata de julgar as ações da polícia, "um erro vale por mil acertos", o que significa: não importa quantas vidas sejam salvas, quantas vezes com risco para a própria vida o policial desempenhe suas funções, ele dificilmente será reconhecido como herói social.

Silva (2006) em pesquisa sobre a forma como os policiais percebem a relação da Corporação com a população, observa que 65,5% dos policiais sentem que a população está *nada* ou *pouco* satisfeita com seu trabalho. Em suas palavras,

"a instituição, não importa o que faça, espera, na maioria das vezes, um retorno negativo do meio social. De certo modo, é como se os policiais entendessem que ninguém acredita no trabalho profissional que eles desejam executar." (p.136)

Tais considerações nos remetem a Goffman (1988), que traz uma caracterização da condição dos "indivíduos que estão inaptos para a aceitação social plena", denominando-os *estigmatizados*. Os indivíduos estigmatizados socialmente passam por um processo através do qual "pega-se um traço qualquer e infere-se o sujeito todo a partir deste traço estigmatizante"(p.24). Estes indivíduos tendem a ter qualquer ação, positiva ou negativa, avaliada em termos de seu estigma.

Ainda em Goffman (op. cit.), temos que apenas duas categorias de indivíduos seriam benevolentes com os indivíduos estigmatizados: os *semelhantes*, ou aqueles que compartilham do estigma e os *informados*, aqueles que convivem de maneira próxima com estes indivíduos, como os familiares e amigos mais próximos. Corroborando estas considerações, teríamos a fala de policial por nós entrevistado, segundo o qual "só quem gosta do policial é a mãe dele".

A partir desta afirmação, podemos ter uma noção de como se dá a relação do policial com a sociedade mais ampla, e somos levados a nos perguntar sobre os efeitos disto sobre sua formação identitária e sua família.

Diversos estudos apontam que a distância em relação à sociedade é um dos efeitos secundários mais penosos normalmente enfrentados pela família do policial. No Brasil, temos Silva (2006), Minayo et al. (2008) e Bretas e Poncioni (1999) indicando nesta direção.

Ao movimento de isolamento em relação à sociedade mais ampla, alguns autores apontam um outro, compensatório, que seria caracterizado pelo "espírito de corpo", por coesão intra-grupal. Kirschman (2007) observa a tendência de o policial procurar colegas do meio policial, por motivos de maior identificação com elementos deste meio que com pessoas de fora. Muniz (1999) observa a existência de um fechamento da socialização do policial em seu próprio meio. A expressão "família PMERJ" costuma ser utilizada para invocar o sentimento de união entre os membros da PM do Rio, sendo por vezes, mas nem sempre, adequado para descrever as relações entre estes.

A este termo, que suscita a possibilidade de o policial ter apoio social entre seus pares, se opõe outro de conotação diversa, comumente empregado para descrever o clima relacional dentro da Corporação: o de "autofagia", referente à competição interna por melhores postos de trabalho ou ascensão na carreira. Estudo de Bretas e Poncioni (1999) na Polícia Civil (que poderia muito bem ser transportado em seus resultados para a PMERJ) aponta para a divisão interna causada por disputas no ambiente de trabalho, fazendo com que o clima característico entre os membros da Corporação oscile entre a união engendrada pelo enfrentamento de adversários externos e as divisões geradas por benefícios internos. Tais embates tornariam o ambiente de trabalho incompatível com o surgimento de laços efetivos, diminuindo as possibilidades de o policial e sua família contarem com um círculo de apoio social significativo.

1.3 - ESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA DO POLICIAL MILITAR

Não dispomos de dados numéricos absolutos sobre a composição familiar e estrutura sócio-econômica da família policial militar. A necessidade de elaboração de um censo da PMERJ e sua população foi inclusive uma das diretrizes formuladas em seminário realizado no ano de 2005 pela PMERJ em parceria com a ONG Viva-Rio, intitulado "A Polícia que queremos", onde foram discutidas possíveis melhorias para a Corporação (Caruso et al., 2006).

Os dados que possuímos são estimativas estatísticas provenientes de pesquisa de Minayo et. al. (2008) que aborda aspectos pertinentes à composição das famílias de policiais, e a suas condições sócio-econômicas. A partir de uma amostra de 1120 policiais, as autoras nos fornecem dados que nos permitem ter um vislumbre desta realidade.

A investigação em questão foi conduzida de forma a separar a amostra em dois grupos, para permitir uma comparação de acordo com graduações: de um lado, soldados e cabos, e de outro, oficiais, subtenentes e sargentos. Os resultados indicam que 71,4% dos soldados e cabos são casados ou moram com companheiras, 24,3% são solteiros e 4,3% são viúvos. A maioria deles (66,5% do total) possui filhos.

Através de atendimentos clínicos e conversas informais na Corporação, percebemos como algo comum nos círculos menos graduados a tendência à coabitação da família do policial em terreno de familiares, geralmente pertencente a uma matriarca ou patriarca. Esta configuração, se por um lado promove uma redução do isolamento social, possibilitando maior contato com a família extensa, por outro pode trazer problemas de convivência, onde os familiares passam a interferir na dinâmica da família nuclear do policial.

Esta tendência à coabitação com parentes derruba algumas fronteiras, mas não impede que a maioria dos policiais (mesmo os de menor graduação), segundo a pesquisa citada, sejam os únicos responsáveis pelo sustento financeiro do lar. Nesta condição, segundo Minayo et al. se encontram 56,7% dos soldados e cabos, e 65,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos, indicando que com o passar do tempo e o conseqüente aumento de ganhos na Corporação, o policial assume cada vez mais esta condição.

Comparando as condições de moradia dos policiais militares com as da população geral do Rio de Janeiro e do Brasil, Minayo et al (op.cit) salientam que eles aparecem em desvantagem. Dentre os cabos e soldados 50,4% possuem imóvel ou o estão financiando, contra 60,0% dos oficiais, subtenentes e sargentos. Enquanto isto apontam, baseadas em dados do PNAD-IBGE (2007), que 75,5% dos domicílios da região metropolitana do Rio são próprios, e em âmbito nacional este índice chega a 73%.

1.4 - INTERSEÇÕES: O REPOUSO DO GUERREIRO

Como observamos mais adiante, a profissão policial, por fatores ligados à formação, à instituição militar ou mesmo ao exercício de seu trabalho, acaba por absorver de tal forma este trabalhador que altera mesmo a forma como ele se define, passando a se reconhecer não mais como um cidadão comum, mas como alguém dotado de uma missão (Muniz, 1999). A partir da adesão quase irrestrita do policial ao papel assumido em sua profissão, e da noção de que este papel media suas relações com o entorno, mesmo em sua vida privada, julgamos que talvez seja oportuno, para melhor compreender a identidade policial, recorrer não ao modelo do trabalhador,

mas ao do “guerreiro”. Um guerreiro que volta para casa entre as batalhas, e que, por isso mesmo, talvez tenham uma vivência mais radical desta situação do que aqueles que lutam em guerras pontuais e retornam para viver uma "vida normal".

Esta compreensão talvez seja importante para dimensionarmos a importância do grupo familiar para o policial: por estar plenamente identificado com sua função belicosa em um meio social que se lhe configura como adverso, é no convívio familiar que ele encontraria a possibilidade de se refugiar, e ter momentos de trégua.

Esta noção de valorização da família se refletiu nos resultados obtidos por pesquisa de Minayo et. al. (2008). Ao solicitarem que os policiais assinalassem as atividades priorizadas quando em seu horário de folga, chamou atenção o fato de que, entre 17 opções oferecidas, os seis itens mais citados foram referentes ao chamado "lazer domiciliar". Na ordem em que apareceram, tanto para oficiais quanto para praças, as atividades relacionadas foram: 1) Ficar em casa com a família; 2) Ver TV; 3) Descansar; 4) Dormir e 5) Ler. Apenas a partir da sexta colocação encontram-se opções de “lazer comunitário”, como encontrar os amigos, passear, namorar, ir a festas e praticar esportes.

Em conformidade com estes achados, quanto aos fatores de satisfação com a vida pessoal como um todo, tanto os oficiais quanto os praças colocaram em primeiro lugar em uma escala com 16 itens o fator “círculo familiar”.

Agora, um adendo: a partir de nossa vivência na Corporação, do conhecimento desta cultura e dos dados obtidos em diversos atendimentos clínicos, observamos que não é geralmente desta forma que o policial procura se mostrar, e ser reconhecido: a imagem que normalmente procura passar é muito mais identificada com um modelo viril e conquistador, o que seria facilitado pela sua exposição nas ruas enquanto objeto de desejo de mulheres de variadas classes sociais, como observa policial por nós entrevistado:

"...você pára a viatura e elas só faltam cair dentro da viatura. É o fetiche delas, elas gostam da farda, elas gostam da forma do polícia, elas gostam de ver uma arma, entendeu? Tem isso tudo, na rua é o que mais tem. Se o polícia não tem um certo controle, ele acaba perdendo a linha."

Tais situações levariam a uma tendência (enaltecida na Corporação) de manutenção de relacionamentos extra-maritais por parte do policial, que por vezes se estenderiam a mais de uma relação concomitante ao casamento, algumas vezes com filhos nestas relações.

Não dispomos de dados que nos permitam avaliar a factualidade de tal "mitologia", que a princípio parece muito contraposta ao referido apego do policial à família (mesmo porque este não é o foco de nossa pesquisa). O que devemos é ter em mente a complexidade e heterogeneidade desta população, sabendo que características aparentemente conflitantes podem às vezes se conjugar no mesmo indivíduo.

2 - O IMPACTO DO TRABALHO POLICIAL SOBRE A FAMÍLIA

O objetivo central do presente trabalho é a observação do impacto do trabalho policial sobre a família deste profissional. Esta noção - impacto - nos pareceu apropriada primeiramente porque traz para o centro de nossa análise a interação trabalho-família, nos indicando o foco de nosso debate, que se apóia na dupla noção: 1) o trabalho policial exerce uma influência capital sobre a família deste trabalhador, determinando sua dinâmica interna de funcionamento e sua relação com a sociedade mais ampla, e 2) a característica mais marcante deste trabalho seria determinada pela exclusividade do uso da força; logo, estaria ligado a este um aumento de percepções (e factuais) referentes ao risco.

Talvez se pudesse objetar que estamos simplesmente observando *efeitos* do trabalho policial sobre a família. Porém, o termo impacto nos parece mais apropriado, também indicando que os eventos de que estes profissionais fazem parte não devem ser - por sua magnitude - de fácil assimilação por ele e por seu grupo familiar. Julgamos que os efeitos resultantes do trabalho policial de certa forma merecem ser avaliados em termos de impacto. Ao fazê-lo, reforçamos a direção de nossas hipóteses, que obviamente poderão ser confirmadas ou rejeitadas na pesquisa empírica.

Em nenhum momento, porém, seja qual for sua intensidade, teremos acesso à observação direta deste fenômeno, mas apenas a descrições do mesmo, da forma como percebido pelas companheiras de policiais. Portanto, o mais correto seria dizer que estaremos avaliando a *percepção de impacto* do trabalho policial pelas esposas, e não o impacto em si.

Alguns outros autores já trataram de forma direta do impacto do trabalho policial sobre a família. Um trabalho que nos auxiliou a focalizar nossa questão foi realizado por Alexander e Walker (2006), em pesquisa junto a 425 esposas de policiais na Escócia. Neste estudo, foram aplicados questionários e escalas de auto-avaliação junto a esposas de policiais, a respeito da existência de transtornos mentais leves experimentados como consequência da profissão do marido, bem como de pontos negativos desta profissão segundo estas.

Apontando nesta direção, temos Silva (2006), constatando que 52% dos policiais de sua amostra consideravam que este trabalho afetava negativamente a família. Os fatores enumerados pelos policiais neste sentido foram a perda da liberdade social e de amigos, e a imagem negativa da Corporação diante da sociedade. Os policiais relataram que, devido ao trabalho, costumam "levar estresse para casa", além de ficarem muito ausentes do convívio com a família. A maioria deles (60,3%) acredita que o policial pode sofrer mudanças personalógicas negativas ao ingressar na Corporação.

Muniz (1999) abordou o distanciamento que passa a haver entre o policial e sua família devido à radicalidade das vivências laborais deste profissional, em uma realidade onde "não se pode chegar em casa contando tudo o que aconteceu em um dia de trabalho" (p.97).

Bretas e Poncioni (1999) apontam para a estigmatização do policial por parte da sociedade como um fator que afetaria a família. Segundo estes autores, diversos policiais sentem-se mal-vistos ou passam por experiências de discriminação junto a pessoas de seu círculo próximo de convivência devido à sua profissão. Alguns policiais relataram nesta pesquisa que separações conjugais ocorrem pelo fato de a esposa não dar suporte à sua opção profissional.

Kirschman (2007) levanta uma série de fatores que promovem impacto para o policial e que terminam por afetar a família. Entre eles, estariam a natureza do trabalho, a (im)possibilidade de controlar as demandas advindas deste, a cultura organizacional e liderança da unidade onde trabalham, a ausência de oportunidades de desenvolvimento profissional, as relações entre o departamento de polícia e a comunidade local, a personalidade do policial e a possibilidade de ter apoio social. Como observa, a família, ao invés de alívio, pode servir de gatilho ou de alvo para o estresse acumulado no trabalho. Listando os fatores presentes no trabalho policial que afetam a família, esta autora enumera: o trabalho em turnos, os horários estendidos, a imprevisibilidade do trabalho e a exigência física do trabalho, com constantes ferimentos.

Segundo a análise desta autora, os cônjuges de policiais podem ser afetados vicariamente pelo estresse organizacional, e não apenas pelos riscos do trabalho

policial. O dilema do policial seria advindo do fato de que em geral, ele tem muito poder nas ruas e quase nenhum na Corporação, onde normalmente a noção de hierarquia é muito importante. Diante disto, observa que a questão da autoridade poderia se tornar também um fator de desgaste no ambiente familiar.

Ao enumerarmos os possíveis fatores de impacto do trabalho policial sobre a família, percebemos que eles se dividem em duas categorias principais: alguns são experimentados pela família independentemente da maneira de o policial agir em casa, e estão relacionados a contingências do trabalho policial, a elementos concretos intrinsecamente associados a esta função como o risco, o horário e o salário. Outros são mediados pelo policial e dependem da forma como este profissional lida com o desgaste e com as exigências de sua profissão, tornando a família alvo de sentimentos negativos vivenciados em seu trabalho ou trazendo códigos de seu plano de atuação profissional para o ambiente familiar. Desta distinção chegamos à divisão dos fatores nos termos *direto* e *indireto*. Nos subcapítulos seguintes, tecemos uma descrição mais pormenorizada destes grupos de fatores.

2.1 – AS CIRCUNSTÂNCIAS DO TRABALHO POLICIAL E A FAMÍLIA: FATORES DE IMPACTO DIRETO

Abordaremos o impacto direto da profissão policial sobre a família a partir de 3 fatores: o *risco* para o policial e sua família, o *horário de trabalho* do policial e o *salário*. A escolha destes fatores como marcos referenciais de impacto direto se deve à percepção, em nossa atuação na Corporação e através de dados obtidos na bibliografia pesquisada, de que estes são os principais aspectos objetivos ligados a esta profissão a impactar a família, atuando independentemente da forma de agir do policial em seu lar.

O *risco* é um elemento intrínseco ao trabalho policial em qualquer parte do mundo, uma vez que sua matéria-prima é a lida com o desviante, que pode estar representado de diversas formas. Este elemento está estreitamente associado à imprevisibilidade, uma vez que é na capacidade de surpreender que se amparam as chances de sucesso de qualquer empreendimento criminoso. Embora um elemento

universal do trabalho policial, o risco se presentifica em níveis variados de acordo com o local onde este trabalho é realizado.

Assim, por exemplo, Kirschman (2007) observa que, nos EUA, a potencialidade do risco inerente ao trabalho policial dificilmente se concretiza na forma de situações de perigo real. Neste país, segundo a autora, a maioria dos policiais não necessitará usar a arma em serviço ao longo de toda sua carreira - neste país, em suas palavras, "ser taxista é mais perigoso que ser policial". No Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, como veremos, a situação é bastante diversa.

2.1.1 - O POLICIAL MILITAR NA CIDADE PARTIDA

Para trazer nossa reflexão para a realidade brasileira e, mais especificamente, a carioca, analisaremos brevemente alguns dados sobre o quadro de violência urbana em que se insere nosso policial. Traçando um percurso histórico, temos em Zaluar (1998) uma análise das causas para o quadro atual da violência no Brasil. Esta autora aponta para a urbanização acelerada dos anos 50-70, seguida pela estagnação econômica dos anos 80 e o crescimento das cidades médias ao redor de Rio de São Paulo como os fatores que criaram condições para o crescimento da violência nestas cidades.

Como denota a autora, coincidiu com o abrandamento da ditadura, e com a neutralização do que se entendia pelo inimigo interno da "ameaça comunista" o entendimento da violência urbana como principal problema a ser enfrentado pelos governos estaduais. Apesar desta percepção, e da adoção de políticas as mais variadas para conter este problema, a taxa de homicídios no Brasil praticamente triplicou na década de 80, passando de 23/100.000 habitantes para 63/100.000 habitantes, elevando o índice de mortes violentas no Brasil a um número equivalente ao dobro do americano. Nesta década, como observa, cresceu enormemente a discrepância entre os domínios da "casa" e da "rua", tendo as fronteiras da casa se fortalecido, vide o exemplo dos condomínios fechados e a progressiva instalação de grades nos edifícios residenciais.

Como a autora observa, o tráfico de drogas, notadamente o de cocaína, seria o mais importante eixo através do qual se movimentam as finanças do crime (mais de 400 bilhões de dólares anuais no mundo), e aquele sobre o qual se desenrola uma das guerras urbanas mais mortais do mundo, a guerra do tráfico carioca (56% dos homicídios no Rio estão ligados ao tráfico). Lessa (2000) nos traz uma idéia das dimensões desta guerra, apontando que ocorreram somente no Estado do Rio 92.000 mortes violentas entre 89 e 91, mais que as 70.000 ocorridas na guerra da Bósnia, as 50.000 mortes de americanos no Vietnã, e as 25.000 ocasionadas pelo Sendero Luminoso, no Peru.

Zaluar (1998) prossegue, observando que, após um primeiro momento em que se tornou a principal preocupação dos governos estaduais brasileiros, a violência teria a seguir adquirido a "invisibilidade das coisas naturalizadas", em um contexto de eufemização da violência pelos meios de comunicação, com o cinema e a mídia superexpondo seus atores, o que terminaria por banalizar a violência policial e celebrar os bandidos que aparecem na mídia.

Os efeitos do tráfico não se resumiriam às mortes, segundo esta autora: em seus domínios, ele alteraria as redes de sociabilidade nas comunidades carentes, enfraquecendo as associações de moradores. Como observa: "...a família não vai mais junta ao samba, os filhos vão para o funk e as igrejas se digladiam pelos fiéis". A autora conclui suas observações com constatações dolorosas: "a família está partida, e mesmo o processo civilizador retrocedeu" (p.291).

Pelo exposto, observamos que o policial do Rio de Janeiro atua em um ambiente conflagrado, bem denominado por Ventura (1994) como "Cidade Partida". O campo focal da guerra da qual participa são as comunidades carentes, identificadas como o local onde o tráfico exerce sua mais poderosa influência. Tal identificação termina por isolar estas comunidades do restante da sociedade e estigmatizar seus moradores. Burgos (2005) faz uma importante análise da dinâmica que se estabelece entre estas comunidades *versus* a cidade (entendida como local da cidadania plena), observando que a punição se tornou o meio quase exclusivo de atuação do Estado em tais comunidades, o que termina por promover um fechamento destas aos códigos da cidadania e uma "territorialização" de suas referências de poder, as quais se

"divorciam" do Estado. Resulta que, por falta de um meio de comunicação mais legitimado, o território às vezes assume uma postura francamente hostil em relação à cidade. A territorialização, nestes termos, tende a aumentar se a solidariedade continuar a ser paulatinamente substituída pela punição.

2.1.2 - TRABALHO, LAZER E RISCO

As considerações expostas anteriormente devem servir para, mesmo que brevemente, trazer uma contextualização acerca da realidade em que o policial do Rio de Janeiro se insere. Observemos que, enquanto elemento de execução do poder punitivo do Estado nos termos discutidos anteriormente, passa a ser dirigida à polícia e aos policiais a hostilidade de grande parcela das comunidades carentes, que associam a eles as representações de rivalidade e oposição.

Ao mencionarmos os dados sobre a violência na sociedade brasileira e carioca, devemos ter em mente que seus reflexos não se fazem sentir da mesma forma entre os diversos atores sociais. Como vimos acima, 56% dos homicídios no estado do Rio se referem à guerra do tráfico. A partir destes dados, podemos inferir que os policiais - cuja atribuição mais alardeada hoje é o controle do tráfico - se constituem como um dos grupos aos quais esta guerra afeta mais diretamente.

Minayo et. al. (2008), a partir de levantamento sobre as condições de trabalho do policial militar, consideram que este profissional exerce suas funções sob elevado *risco epidemiológico*, que diz respeito à probabilidade de ocorrência de lesões, traumas e mortes. Como observam, "...a Polícia Militar pode ser configurada como uma instituição em que este conceito (risco) faz parte da escolha profissional e desempenha um papel inerente às condições de trabalho, ambientais e relacionais." (p.17).

Para melhor dimensionarmos este chamado *risco epidemiológico* a que o policial está sujeito, tomemos estudo de Souza e Minayo (2005), que traça uma comparação das mortes por causas violentas (acidentes de automóvel e assassinatos) entre policiais militares, policiais civis e a população em geral (brasileira e carioca) entre os anos de 1999 e 2004. Segundo as autoras, no ano 2000 houve 26,7 mortes

violentas para cada 100.000 habitantes no Brasil. Para a população adulta masculina especificamente, este índice ficou em 49,7/100.000 hab. Os números associados ao Rio de Janeiro são muito superiores: o índice de mortes por causas violentas para a população geral ficou em 49,5/100.000 (maior que o da população masculina adulta no país todo), enquanto o índice para sua população masculina adulta ficou em 57,6/100.000. Notemos agora o índice atribuído à Guarda Municipal, Polícia Civil e Polícia Militar, para o mesmo ano: estes índices chegaram a 55,31/100.000, 206,80/100.000 e 356,23/100.000, respectivamente. Ou seja: mesmo entre os agentes de segurança pública a mortalidade dos PMs é elevada: tiveram um índice 72% maior de mortes que os policiais civis e superaram os guardas municipais em 6,4 vezes. Em comparação com a população masculina adulta do Rio, os PMs tiveram um índice de mortalidade 6,18 vezes maior.

O exercício de atividade fora da Corporação, segundo as autoras citadas, seria o principal fator de risco para os Policiais Militares do Rio, observando-se que aqueles que exercem outra atividade permanente têm uma probabilidade 5 vezes maior de sofrer morte violenta do que os que se restringem às suas atividades na PM. O (pouco) tempo de serviço também seria um importante fator de risco – um policial com menos de 10 anos de Corporação teria 2,4 mais riscos de vir a falecer por causas violentas que os policiais mais antigos.

Outra particularidade importante quanto ao risco: ao contrário do que se poderia supor, os policiais são mais frequentemente vitimados em folga que durante o horário de trabalho. Em 2004, morreram por ação violenta 2,8 vezes mais policiais em folga que em serviço. As causas para isto muitas vezes são relacionadas ao trabalho fora da Corporação, mas não de forma exclusiva: o risco está presente também nos momentos de folga e nas atividades de lazer do policial com sua família. Nestes, os policiais podem ser reconhecidos e sofrer ataques, como observa policial por nós entrevistado:

"Você leva ele preso, ele vê a tua cara, o cara marca tua cara e você pode estar com a sua família na rua, ele tá lá dentro, todo mundo que você prendeu vai lembrar de você, mas você não vai lembrar deles. Você pode estar com a sua família e acontecer de eles virem em cima de você."

Além da possibilidade de serem reconhecidos por meliantes quando fora de serviço, os policiais se expõem a riscos também pelo fato de, em sua maioria, utilizarem a arma nos períodos de folga. Isto faz com que possíveis conflitos como discussões na rua adquiram um potencial explosivo, e com que tentativas de assalto se transformem em situações do tipo "matar-ou-morrer", como no relato de policial ouvido por nós:

"Eu vinha da casa da minha mãe, nós tínhamos vindo de uma festa, por isso eu não estava com os meus filhos. Era por volta de duas e meia da manhã, vieram quatro caras em duas motos, esticaram, pararam na frente e cruzaram as motos no meio da estrada. Eu meti o braço pra fora e dei um monte de tiro em cima deles. Eles saíram batido. A cápsula caiu dentro do vestido da minha mulher e queimou o peito dela."

Muitos policiais militares da cidade do Rio de Janeiro moram em áreas de risco, às vezes dominadas pelo tráfico de drogas, e comumente devem ocultar sua condição de seus vizinhos. Já ouvimos diversos relatos de policiais que evitam secar a farda no varal, o que exporia sua condição, utilizando, para este fim, móveis no interior da casa. Em alguns casos, estabelece-se um acordo tácito de paz entre os policiais e os traficantes da região onde moram, mesmo com o conhecimento mútuo de suas condições, como relata outro policial:

"Moro na favela, e todo mundo sabe que eu sou policial onde eu moro, inclusive o pessoal do movimento. A maioria das pessoas que estão lá são pessoas que eu até levei pra nascer. Então, o que acontece... tem um respeito. Porque lá em cima eu não sou polícia, lá em cima eu sou morador. Não sou mais nada do que isso."

O maior problema parece ocorrer quando o policial reside na mesma área onde atua como policial, pois nesta situação tal acordo de boa convivência se torna impraticável, como nas palavras do mesmo policial:

"Morar no local onde atua é muito difícil. As pessoas que moram não fazem o trabalho realmente de polícia. Eles trabalham em serviço mais burocrático, se trabalham na rua trabalham bem "light", porque senão não tem como. Não dá pra administrar as duas coisas."

A percepção de risco pelos policiais foi objeto de pesquisa de Souza e Minayo (2005), onde constataram que 81,1% dos policiais militares de sua amostra percebiam-se em risco constante, contra 18,9% que percebiam riscos eventuais. Nenhum policial referiu ausência de risco em sua profissão, independentemente de sua operacionalidade (serviço interno ou externo).

Além de perceberem sua própria atividade como arriscada, os policiais também tendem a associar a esta um aumento de risco para sua família. Desta forma, 44,2% dos policiais abordados nesta pesquisa referem que sua família corre risco constante, e 50,5% consideram que a família corre risco eventual. Nesta amostra, apenas 5,3% consideraram que sua família não corre risco algum.

A mortalidade dos policiais por causas violentas é um problema complexo, que deve nos levar a questionar constantemente a adequação dos procedimentos e equipamentos de segurança adotados para este trabalhador. Mas, talvez, este problema não se preste a uma solução definitiva - uma vez que o risco não deixa de ser, de fato, “parte integrante” desta profissão. Por conta deste fato, algumas medidas vêm sendo tomadas pela PMERJ para minorar o sofrimento das famílias destes profissionais no caso de falecimentos de policiais por causas violentas. Um exemplo disto foi a criação, em 2004, do Grupo de Apoio aos Familiares de Policiais Militares Falecidos em Serviço, o GAFPMF. Com sede no Quartel-General da PM, esta unidade tem como função a orientação às companheiras de policiais militares falecidos, contando com um quadro de funcionários dedicados a orientá-las quanto a seus direitos, e encaminhando-as a outros mecanismos de assistência presentes na Corporação, seja no Quadro de Saúde ou na área de Assistência Social. A Unidade conta, em seu quadro, com uma psicóloga destacada para prestar atendimentos individuais e em grupo para estes casos específicos.

2.1.3 – HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de trabalho do policial é também um fator que, pelo que observamos em nossa vivência na Corporação e de acordo com a literatura pesquisada, pode

impactar ou afetar a dinâmica de funcionamento da família do policial de forma importante. O policial, principalmente do serviço externo (policiamento), trabalha em regime de turnos. As escalas realizadas pelos policiais são diversas, e podem ser alteradas de acordo com a função ou a unidade em que atuam.

O trabalho em turnos está frequentemente associado a diversos problemas de saúde física e mental, principalmente quando os turnos são alternados, prejudicando funções associadas ao ciclo circadiano do trabalhador (Selligmann-Silva, 1994). Além disso, como observa Kirschman (2007), o trabalho em turnos afeta o funcionamento da família, afastando o policial do modelo tradicional do trabalhador que sai de manhã e volta à noite. Este regime irregular de trabalho traz a necessidade de realização de arranjos incomuns de rotina, de forma que o policial mantenha contato com sua família e possa cumprir algumas tarefas no lar. Esta autora acrescenta, ainda, que o trabalho noturno está mais associado ao uso de álcool e sedativos, bem como de estimulantes.

O círculo de relações da família do policial pode ser afetado pelo horário de trabalho, pois se tornam raros os momentos de confraternização, (geralmente em fins de semana ou no período noturno) que não coincidem com o trabalho do policial. A imprevisibilidade é um fator que se soma ao do horário em turnos, fazendo com que este indivíduo necessite, por vezes, prolongar seu expediente por causa de alguma ocorrência surgida no final de sua jornada. Como Kirschman (op. cit.) observa, as necessidades do trabalho policial frequentemente suplantam as da família. Devido a uma configuração como esta, e somando o trabalho policial ao trabalho fora da Corporação, muitos policiais relatam que "não vêem os filhos crescerem" (Silva, 2006).

2.1.4 – A QUESTÃO SALARIAL

Estaremos analisando o salário, também, como um possível fator de impacto direto experimentado pela família do policial militar. Resultados da pesquisa de Silva (2006) indicam que 76% dos policiais de sua amostra haviam experimentado desemprego antes de ingressar na Corporação. Segundo esta pesquisa, um dos

principais motivos para ingresso na PMERJ seria a possibilidade de estabilidade financeira oferecida por um emprego público. Porém, muitos policiais, após atingirem este objetivo, percebem que os ganhos ali obtidos não são suficientes para o sustento adequado de sua família, e o percebem mesmo como incompatível com o risco que correm. Minayo et. al. (2008) observam que a insatisfação em relação ao salário é justificada, uma vez que a PM do Rio de Janeiro seria uma das mais mal pagas do país.

Os baixos salários terminam, segundo estas autoras, por causar problemas sistêmicos no funcionamento da vida familiar destes profissionais, afetando desde o horário de trabalho e tempo de convivência com a família, à qualidade da educação a ser oferecida para os filhos, e às condições de saúde e moradia (que se refletem em segurança no caso destes trabalhadores). O baixo rendimento leva grande parte dos policiais a adotar atividades paralelas às da Corporação para complementar seus ganhos. As autoras apontam para uma porcentagem 61,1% dos cabos e soldados exercendo outra atividade fora da Corporação.

2.1.5 – FATORES ANALISADOS

Analisaremos em nossa pesquisa a percepção do impacto direto sobre a família do policial a partir das seguintes questões:

- Você considera que o tempo que você (ou seus filhos) convivem com ele [o policial] é suficiente?
- Ele exerce outra atividade além do trabalho policial?
- Você e sua família se preocupam com a segurança dele no trabalho?
- Ele já passou por alguma situação de perigo no trabalho?
- Ele anda armado normalmente?
- Você acredita que a segurança de sua família pode se afetada pelo fato de seu companheiro ser policial?
- Você ou alguém de sua família já passou por alguma situação de perigo com ele?
 - Em caso positivo, por qual motivo?

Outras questões relacionadas indiretamente a este tópico encontram-se no questionário, vide Anexo 1.

2.2 – O IMPACTO INDIRETO DA PROFISSÃO POLICIAL SOBRE A FAMÍLIA: "TRAZENDO OS PROBLEMAS PARA CASA"

Além da possibilidade da família do policial ser afetada diretamente por elementos presentes neste trabalho, observamos que ela também pode se ver comprometida de forma *indireta* por esta profissão, ou seja: através da transferência, pelo policial, do impacto de suas vivências laborais para o ambiente familiar, "trazendo os problemas para casa", como se costuma dizer na Corporação.

Ao contrário do que poderíamos imaginar, o impacto indireto não é necessariamente menor que o impacto direto. Acreditamos, de outro modo, que este pode se caracterizar mesmo como a mais importante "invasão" do plano da rua sobre o da casa, pois, enquanto o impacto direto advém de elementos externos à família, os fatores indiretos operam internamente, na dinâmica do relacionamento do policial com sua família. Além disso, o impacto indireto pode se fazer presente mesmo na ausência de elementos deflagradores, se configurando como um processo duradouro, e não como um evento específico e passageiro.

Analisaremos o impacto indireto da profissão policial sobre a família em dois vieses: o da *determinação identitária* engendrada pelo curso de formação e pela prática profissional cotidiana, e o da transferência, para o âmbito familiar, do *desgaste mental e estresse* vivenciados pelo policial no exercício de suas funções.

2.2.1 – FATORES IDENTITÁRIOS

A importância de abordarmos as questões identitárias do policial na análise de sua interação com sua família se torna evidente quando observamos, em nosso trabalho clínico na Corporação, inúmeros relatos tanto de policiais quanto de familiares acerca de mudanças comportamentais do policial como resultado de sua entrada na Corporação. Estas mudanças são geralmente percebidas como negativas, com o indivíduo se tornando aos olhos de seus familiares como mais duro, mais

agressivo ou menos vinculado à família. Este discurso, também observado por Silva (2006), encontra expressão nas palavras de policial por nós entrevistado:

"... tem cara que antes de ser polícia era um cordeiro. Entra pra polícia ele vira um leão, entendeu? Na área dele ele é o chefe de tudo, quer mandar em tudo... Então porque não vai ser em casa? Não são todos, mas eu já vi isso acontecer. Perto de onde eu moro, por exemplo, tinha um cara que ninguém respeitava antes de ele ser policial, então ele queria ter o respeito agora como policial, porque anda armado. Então o policial muda, ele muda demais."

O trabalho policial não é algo realizado apenas mecanicamente, que se resume à adoção de procedimentos técnicos e ao cumprimento de normas - ele implica na atuação específica de um indivíduo em situações de confronto social, impondo a ordem e mediando interesses conflitantes, por vezes com o uso da força. A maior exigência que recai sobre o policial é subjetiva, diz respeito à forma como ele se estrutura diante de seu trabalho, como observa Bicalho (2005), em pesquisa onde aponta a abordagem à população - a lida com o público - como a principal dificuldade dos policiais militares do Rio de Janeiro.

Esta profissão exige o empenho de características específicas de personalidade para sua efetiva consecução, os quais podem terminar por se constituir como parte da identidade global do indivíduo. Twersky-Glasner (2008) procura estabelecer os termos constituintes desta chamada "personalidade policial" e analisar as forças que operam em seu surgimento. Utilizando diversas referências, chega a elementos como *assertividade e vigor* (Rubin, 1974), *pragmatismo, orientação para a ação e cinismo* (Watson e Sterling, 1969), *tendência ao isolamento e desconfiança* (Skolnick, 1966, 2000), entre outros.

O autor analisa a formação desta dita "personalidade policial" através de três fatores: o processo de *admissão*, que selecionaria para ingresso na corporação apenas indivíduos dotados de perfil adequado ou "adequável" a este trabalho, o processo de *formação*, que teria a transformação identitária como um de seus objetivos primordiais, e o *exercício da profissão* policial, que engendraria o desenvolvimento de características próprias a este trabalho como o autoritarismo, a assertividade e a agressividade.

O trabalho policial seria tão absorvente em termos subjetivos, e engendraria transformações identitárias tão importantes para Turner (1980), que este autor chega a afirmar que esta profissão não seria um "fazer", mas um "ser". Muniz (1999), analisando os fatores que moveriam esta transformação, chama atenção para as noções de virilidade e heroísmo que moldariam o imaginário a partir do qual o policial age, dotando seu trabalho de uma dimensão praticamente missionária. "Grandes poderes trazem grandes responsabilidades", diz o adágio do herói - e uma vez munido do poder de polícia e da legitimidade do uso da força, recairiam sobre este profissional exigências que podem ser consideradas mesmo sobre-humanas.

Iremos analisar a transformação identitária do policial a partir de dois mecanismos: o processo de *formação* (instrução) estaria relacionado a uma transformação específica, em certa medida planejada, operando de acordo com uma lógica institucional que visa despir o indivíduo de idiosincrasias e personalismos, em favor da obediência a um *ethos*, aos ideais do Estado e da Lei. A *vivência laboral*, por sua vez, traria aqueles elementos oriundos da maneira de ser que o policial constrói com sua prática cotidiana, em uma mescla daquilo que foi obtido com a formação e dos elementos que formam a cultura informal estabelecida no contato com a população. A identidade policial, uma vez formada, poderia promover um "transbordamento" da forma de agir policial para o âmbito do lar, operando aquilo que da Matta (1985) caracterizou como "deslocamento", de elementos do plano da "rua" para o plano da "casa".

2.2.1.1 - O CURSO DE FORMAÇÃO COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SUBJETIVA

Além da capacitação dos policiais para o exercício de suas tarefas, Sirimarco (2004) observa que o curso de formação policial teria como objetivo a transformação subjetiva de seus agentes, de forma a adequá-los não apenas às suas funções, mas ao papel que devem representar no cenário social. Suas observações sobre o curso de formação de policiais em Buenos Aires se aplicam de forma direta ao que percebemos na Polícia Militar carioca. Sua análise se inicia com Turner (1980), acerca do processo pelo qual se opera a transformação identitária em uma instituição.

Segundo este autor, a formação institucional visa não a uma simples aquisição de saber, mas a uma mudança ontológica. Esta mudança se daria em três momentos: o primeiro se caracterizaria por um desfazer-se do antigo *self*, com a supressão de manifestações comumente atribuídas à personalidade individual progressa, como a maneira de se expressar, o gestual e a vestimenta. O segundo momento, denominado *Zona Intermediária*, seria aquele no qual o indivíduo já se desfez de características antigas, mas ainda não age com naturalidade segundo o modelo esperado pela instituição. O terceiro momento caracteriza-se pela internalização da nova forma de agir e por um estranhamento de aspectos da personalidade progressa, o que marcaria o sucesso do empreendimento transformador.

Recorrendo a Foucault (1987), Sirimarco observa que a instrução se baseia maciçamente na noção de obediência, sendo a disciplina um dos principais pilares da instituição policial. A instrução física e os rituais militares seriam, assim, operadores daquilo que este autor denominou "docilização dos corpos" - visando a sujeição subjetiva através do treinamento do corpo. Assim, o marchar, o ficar longos períodos "em formação", a correta disposição de cada parte do corpo nos exercícios de ordem unida, a atenção minuciosa à conformidade em cada gesto serviriam para transmitir a noção de que existe uma instância disciplinadora à qual o indivíduo deve obediência irrestrita e automática. "Abaixar a cabeça", segundo a autora, seria a função primordial do policial em formação. Com isto, se alcançaria a meta do curso de soldados: construir sujeitos submetidos à hierarquia e à disciplina, os dois pilares da instituição policial.

A autora ressalta a existência, na corporação policial, de elementos comuns àqueles apontados por Goffman (2007) no que denominou Instituições Totais, representados pela busca em promover uma incompatibilização entre o indivíduo pertencente à sua ordem e os hábitos e códigos do mundo exterior. Através de elementos como a vestimenta, uso do espaço, o gestual e linguagem, cria-se um quadro onde "todas as formas de expressão estão a serviço da manutenção da hierarquia", e a noção de autodeterminação subjetiva é esmagada, em prol da ordem estabelecida pela instituição.

Outra importante observação desta autora diz respeito à orientação que subjaz à lógica da instrução policial. Utilizando Giddens (1989), sinaliza que este treinamento se baseia na assimilação de tradições corporativas, em um movimento caracterizado pela orientação do futuro de acordo com o passado, com normas estabelecidas ancestralmente, as quais por vezes não têm uma aplicação prática no presente a não ser a de dotar a própria instituição de uma identidade estável, algo especialmente importante no caso da polícia, organização que visa exatamente salvaguardar a estabilidade social.

Castro (1990), em análise sobre o Curso de Formação de Cadetes do Exército Brasileiro na AMAN, utiliza Berger (1978) em suas observações sobre o elemento primordial para o sucesso do empreendimento formador do militar: a *socialização secundária*. Esta teria como objetivo a "alternação" da identidade, formada na socialização primária, no âmbito familiar. A socialização secundária operaria através da mediação institucional no estabelecimento de relações entre pares, de maneira tal que a aceitação do indivíduo pelo grupo é condicionada à adesão aos valores da instituição. Este seria um eficaz agente de transformação subjetiva, uma vez que através dele o grupo se apropria da aplicação das sanções para aqueles que não se adequam às normas institucionais. Esta busca de rompimento e diferenciação em relação aos elementos de socialização primária é evidente na atitude de rejeição por policiais em relação aos que insistem em manter uma postura familiar no ambiente militar, ou que demonstram alguma inadequação a seus moldes, dando-lhes apelidos jocosos ou excluindo-os dos círculos informais de relações.

Corroborando estas observações, temos na PMERJ o *militarismo* como um valor institucional amplamente aceito como ideal pessoal, valor este incentivado nos círculos informais de socialização, principalmente nos cursos de formação. Apesar de em alguns momentos serem vistos como excessivamente rígidos e arcaicos, os valores do militarismo freqüentemente são evocados como qualidades positivas entre os policiais de diversas patentes, sendo percebidos como um diferencial positivo deste profissional em relação ao restante da população. Características como a organização, a formalidade de expressão e a estrita adesão ao modelo militar dotam o indivíduo de boa reputação na instituição, caracterizando-se como um sinal de

confiabilidade e seriedade - um oficial militarizado inspira reverência; um praça militarizado inspira respeito.

Outro elemento estaria associado ao que Albuquerque e Machado (2001) denominam "ethos guerreiro". Percebemos, em grande parcela dos policiais militares, uma adesão aos ideais *viris* do "bom combatente", que têm sua expressão máxima na Unidade Operacional Especial do BOPE. No curso de especialização conduzido por esta Unidade, o policial é enaltecido ao superar uma série de adversidades propostas pelos instrutores, de forma que, ao final, passa a receber a honrosa denominação de "caveira", que confere ao indivíduo no meio policial uma imagem associada à coragem e virilidade.

Desta forma, temos alguns elementos ensejados pela formação que irão afetar a forma como se estrutura a identidade do policial: a diferenciação em relação ao cidadão comum, advinda do treinamento, e a adoção de um novo modo de ser, calcado no militarismo e no *ethos* guerreiro. Serão estas características aplicáveis apenas à realidade laboral, ou elas se desdobram para a identidade total do indivíduo? Se assim ocorrer, de que forma estas características enaltecidas no período de formação afetam a vivência do policial em família?

2.2.1.2 - O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO E A IDENTIDADE POLICIAL

Uma outra ordem de determinantes da identidade policial militar está relacionada ao *exercício cotidiano* deste trabalho. Os atributos desenvolvidos nesta prática não seriam resultantes, ao contrário do que ocorreria na formação, de uma modificação subjetiva mais ou menos planejada, mas da imersão do indivíduo no entrecruzamento entre a ordem institucional (que ele deve representar) e a cultura das ruas (onde deve operar). Tal inserção exigiria a adoção de uma postura específica diante da sociedade, terminando por forjar aquilo a que poderíamos denominar a *identidade profissional* do policial.

Podemos dizer, com Muniz (1999), que a identidade do policial começa a ser formada na instrução e continua em seu contato com a realidade urbana. A autora ilustra como se dá a inserção gradual do policial nesta cultura: a prática policial

envolve uma constante busca deste profissional em aproximar-se do plano da rua, "domesticando-o" e tornando-o menos ameaçador e anônimo. Comparando o trabalho policial com o do *etnólogo*, observa que o policial "mergulha" na realidade observada, vivenciando a realidade das ruas, estabelecendo contato com indivíduos que transitam predominantemente neste meio, como moradores de rua, prostitutas, vigias e outros. A autora observa, porém, uma diferença fundamental entre os objetivos destes dois "pesquisadores" da realidade social: enquanto o etnólogo constrói um saber puramente teórico, buscando minimizar sua interferência sobre o meio, o policial teria uma abordagem mais processual sobre este saber - para este, mapear a sociedade em termos de seus atores e seus círculos hierárquicos invisíveis importaria para interferir, salvaguardar a própria segurança e mediar interesses conflitantes. O policial buscaria, assim, transformar a "rua" em "casa", dotando os indivíduos ali presentes de contornos pessoais e reduzindo ao máximo possível o caráter mais ameaçador deste plano: sua imprevisibilidade.

Ao mesmo tempo, porém, o policial age a partir de um prisma diverso, pois não é apenas *mais um* ator neste cenário, mas sim alguém que deve ordenar este plano, adequando, como Poncioni (2003) aborda, "*o mundo das leis às leis do mundo*". Sua entrada na sociedade é diferenciada, assim como determina seu treinamento e sua inserção institucional: ele é o *indivíduo-estado*, aquele que deve medir a todos com a mesma régua, a da lei, regente suprema dos indivíduos no plano da rua. Então, aqui passa a operar um corte em sua relação com este plano, pois ali ele não transita como um igual, uma vez que deve obediência a seus códigos e está revestido de um poder especial. Os códigos e o poder, então, mediam a todo momento suas relações com os outros atores sociais, e é a partir desta constrição (do regulamento), por um lado, e deste alargamento (do poder), por outro, que se estabelece seu *modus operandi* no mundo.

Ao mesmo tempo em que busca transformar a *rua* em *casa*, o movimento inverso pode se dar, uma vez que o policial transporte para sua interação familiar a mediação do código institucional e do poder de polícia. Um exemplo de deslocamento de elementos entre o planos da rua e da casa nos é fornecido por Kirschman (2007), em caso sobre policial que passou a adotar procedimentos de

investigação em relação a seu filho, de quem desconfiava não estar cumprindo suas obrigações escolares. Como esta autora observa, "os policiais passam tanto tempo controlando os outros quanto a si próprios" (p. 34).

Como Johnson et al. (2005) observam, a chamada "*voz de comando*" seria outro elemento de especial importância para analisar a interferência entre estes dois planos. O trabalho policial, explica, exige do indivíduo o desenvolvimento da autoridade, o que pode se traduzir pela adoção de uma voz firme, e de uma atitude enérgica e rude. Ao exercer constantemente tal atitude em sua profissão, o policial terminaria transportando-a para sua vivência familiar, o que resultaria em um aumento de agressões físicas e verbais dirigidas a seus familiares.

Como exemplo de elemento identitário apresentado por policiais como resultado do exercício de suas funções, Muniz (1999) destaca a atitude de *reserva* diante da família em relação ao que vivenciam no trabalho, pois a realidade a que têm acesso é por vezes muito dura para ser abordada neste âmbito.

Uma outra atitude possível relatada por esta autora e também por Kirschmann (2007) diz respeito a um certo *endurecimento emocional* do policial, causado pela vivência de situações onde extremo controle emocional é requerido. Pela grande necessidade de controle diante do caráter extremo das situações que vivencia, o policial poderia desenvolver certa indiferença emocional e impassibilidade diante dos problemas "menores" presentes na esfera doméstica, em comparação com aqueles que ele enfrenta em seu trabalho. A expressão de afeto para seus familiares também seria prejudicada por esta tendência ao auto-controle, o que é observado por policial entrevistado por nós:

"A polícia em si ela deixa você uma pessoa muito fria. A regra em si nos dá essa visão de o policial tem que ter cara de mau, tem que ser frio, intimidar. Mas essa intimidação, o cara tem que ter a atitude na hora certa."

2.2.1.3 – FATORES ANALISADOS:

Analisaremos o impacto dos fatores identitários sobre a família do policial a partir das seguintes questões dirigidas às companheiras dos policiais:

- Você considera que ele mudou após entrar na polícia?
- Ele fala sobre o trabalho em casa?
- Ele é presente na criação dos filhos?
- Ele é afetuoso?
- Ele é autoritário?

Outras perguntas indiretamente relacionadas a estes fatores de impacto serão abordadas no questionário, vide Anexo 1)

2.2.2 - O ESTRESSE POLICIAL E A FAMÍLIA

O segundo grupo de fatores *indiretos* a ser analisado em seu impacto sobre a família do policial é relativo ao *desgaste mental e estresse* experimentado pelo policial como consequência de seu trabalho. Cabe ressaltar que este tópico é o mais abordado na literatura estrangeira, talvez pelo fato de estes fatores serem os mais relevantes nos países de origem destes trabalhos, acima dos fatores diretos (risco, horário e salário) e de outra ordem de fatores indiretos (identitários).

O campo de saúde do trabalho nos oferece um arcabouço teórico importante para pensarmos estes efeitos. Esta é uma área multidisciplinar que vem ganhando expressão no meio acadêmico e nas práticas de empresas públicas e privadas, caracterizado pela atenção à forma pela qual o trabalho afeta a saúde física e mental do trabalhador. Representa a busca de mecanismos que possam tornar a organização do trabalho mais adequada às necessidades dos funcionários, complementando a ergonomia, a qual visa adequar o aparato de instrumentos ao trabalhador (Seligmann-Silva, 1994).

Inseridas neste contexto, as já citadas Minayo et. al. (2008) realizaram estudo sobre as condições de saúde e trabalho entre policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, no qual utilizaram uma escala para medir o sofrimento psíquico ou o que denominam "distúrbios psiquiátricos menores" (Mari & Williams, 1986) entre os policiais militares. Os principais distúrbios relacionados por policiais foram, em ordem de ocorrência: problemas de sono (57,2%), nervosismo, tensão e agitação (53,7%); dores de cabeça (39,8%); tristeza (37,4%) e cansaço constante (37,3%).

Em nosso trabalho clínico na Corporação e a partir das entrevistas realizadas junto a policiais e suas esposas, observamos que existe um esforço por parte do policial em isolar as vivências de seu trabalho, não as deixando "contaminar" o ambiente familiar, o que para muitos se torna uma verdadeira façanha.

O principal elemento a aparecer na literatura como causador de estresse para o policial é relativo ao impacto de suas vivências no trabalho de rua. Como Kirschman (2007) observa, os policiais nos Estados Unidos “vêm muito mais desespero nos 3 primeiros anos de carreira que uma pessoa normal em uma vida inteira” (acreditamos que o policial do Rio de Janeiro experimente uma realidade ainda mais impactante). Como consequência direta destas vivências, prossegue a autora, o policial torna-se um *expert* em controlar suas emoções, o que seria efetuado a princípio como atuação, e a seguir se tornando uma “segunda natureza”. Os policiais, como aponta, teriam receio de “abrir os portões das emoções contidas e não conseguir mais segurá-las” (p.31). Porém, como observa, a família detecta por outras vias aquilo que o policial tenta esconder, e acaba sendo afetada de qualquer forma, o que se reflete na fala de policial ouvido por nós:

"Por mais que você não queira levar os problemas do serviço pra casa, sempre leva alguma coisa. Mesmo que seja psicologicamente, você leva, chega meio quieto e a mulher já pergunta o que foi que houve ,e tal, essas coisas sempre teve (sic)."

A mesma autora aponta que, por conta do grande comprometimento com seu trabalho, muitos policiais desenvolvem um quadro de *hipervigilância*, caracterizado por um constante estado de alerta em relação a possíveis ameaças externas, acompanhado de alterações fisiológicas como taquicardia, dilatação da pupila e sudorese, que surgem mesmo na ausência de sinais concretos de perigo.

Diversos autores apontam o trabalho policial como potencialmente, ou mesmo *especialmente* desgastante, por razões específicas. Woody (2006) observa que o estresse policial pode levar este profissional a um risco mais elevado que o do cidadão comum de apresentar *burnout*, alcoolismo, abuso de substâncias, problemas conjugais, depressão e suicídio. Aponta como causas deste problema, entre outros, o contexto ambíguo no qual o policial toma decisões discricionárias, o perigo que corre

ao lidar com marginais e o fato de ser visto pelo público com suspeita e desdém. O autor enfatiza o papel que o isolamento social intrínseco à cultura policial exerce na geração de estresse. Morash, Haarr e Kwak (2006), por sua vez, enumeram entre os elementos geradores de estresse policial a falta de controle sobre as atividades, as condições da comunidade onde o policial atua, questões organizacionais e a falta de apoio familiar e de colegas para atividades do trabalho. Moore (2004), em pesquisa qualitativa junto a seis policiais, juntamente com suas esposas, chegou à conclusão de que problemas organizacionais, e não os relativos à atuação dos policiais nas ruas, seriam a maior fonte de estresse. Estes seriam relativos a disputas entre cargos e à relação com as chefias dos departamentos.

2.2.2.1 - A DINÂMICA DO DESGASTE

Acreditamos que o desgaste experimentado pelo policial, além de trazer malefícios à saúde física, atuaria como um vetor a distorcer o processo de aquisição da identidade policial, transformando elementos necessários para o exercício de sua profissão em outros que seriam, por assim dizer, uma espécie de *sombra* destes: assim, o controle emocional se transformaria em falta de afeto, a firmeza em agressividade, a autoridade em autoritarismo. Desta forma, acreditamos que não seria a "personalidade policial", mas sua combinação com o desgaste que resultaria em um impacto adverso sobre a família. O que vai ao encontro das palavras de soldado entrevistado por nós:

"...lá em casa não tem nem discussão mais. Hoje em dia ela [sua esposa] não esquentava mais, porque eu ando muito sem pavio. Eu saio de casa, ah, vou pra rua. Não vale a pena. O negócio é automático, (...) quem vive na condição em que eu vivo, é um dia de estresse, outro dia de estresse, todo dia."

Alguns elementos de desgaste para o policial se ligam a fatores de impacto direto. Assim, os baixos salários recebidos levam muitos policiais a realizar outra atividade concomitantemente, em geral na área de segurança privada (Cortes, 2004), o que praticamente dobra sua jornada de trabalho.

A falta de repouso decorrente das jornadas estendidas (dentro ou fora da Corporação) levam à privação de sono, que é apontada por Seligmann-Silva (1994) como um importante fator de adoecimento, tanto físico quanto mental, para qualquer classe de trabalhadores que opere neste regime. Em pesquisa realizada junto a trabalhadores de período noturno e turnos alternados, observou que é mais alto o número de acidentes entre estes profissionais. A autora conclui igualmente que a falta de repouso pode levar à depressão ou mesmo facilitar a eclosão de psicoses em indivíduos predispostos.

A percepção do risco pelos policiais merece considerações especiais: apesar de estar presente de forma muito palpável em seu trabalho, o perigo freqüentemente pode ser representado como elemento de satisfação por policiais (Minayo et. al., 2008). Muniz (1999) chega mesmo a detectar um certo “hedonismo policial” relacionado ao risco, como se o trabalho representasse antes de tudo, para alguns, a possibilidade de aventurar-se.

Esta atitude de desafio pode ser considerada à luz de teorias pertinentes ao campo de saúde mental do trabalho como produto de um mecanismo de defesa psíquico denominado *negação* (Seligmann-Silva, 1994). Este mecanismo possibilitaria o exercício de profissões muito arriscadas, trazendo ao indivíduo um sentimento de invulnerabilidade, de estar acima de todo e qualquer perigo, não importando o grau de ameaça que enfrente.

A negação, porém, caracteriza-se por sua fragilidade, e na presença de evento especialmente impactante, pode se esvanecer, com o indivíduo subitamente se dando conta da periculosidade de suas atividades, e passando a apresentar um temor agudo, por vezes incapacitante, em relação a seu trabalho. A queda do mecanismo de negação pode ensejar o surgimento de sintomas próprios ao que se convencionou denominar *Transtorno de Estresse Pós-Traumático* (TEPT). Este seria caracterizado pela conjugação de três grupos de sintomas, a partir de uma experiência especialmente impactante, sofrida por um indivíduo predisposto estrutural ou circunstancialmente (Câmara Filho e Sougey, 2001): 1) reexperiência traumática - consistindo na repetida recordação da experiência causadora do distúrbio, às vezes com riqueza de detalhes e associações sensoriais correspondentes de odor, sons ou

imagens; 2) esquiva e distanciamento emocional - na tentativa de evitar qualquer situação ou assunto que "ative" a reexperiência, e 3) hiperexcitabilidade psíquica - caracterizada por taquicardia, sudorese e alterações na respiração.

Kirschman (2007) observa que aproximadamente 15% dos trabalhadores de emergência dos EUA apresentam sinais de TEPT. A autora percebe algumas particularidades em relação ao trauma em policiais: assinala a alta frequência das ocasiões nas quais este profissional chega em casa com alterações fisiológicas decorrentes de eventos recém-vividos, os quais podem levar semanas para se normalizar. Observa que as ocorrências atendidas por policiais, em sua maior parte relacionadas a causas humanas, seriam mais traumatizantes que desastres naturais, por darem a impressão de que poderiam ter sido evitadas. A autora acrescenta que a superação do trauma seria dificultada entre estes profissionais, devido a uma noção comum entre policiais, segundo a qual devem ser inabaláveis diante do perigo – o sentimento de menos-valia do policial traumatizado dificultaria seu tratamento, o qual requer a aceitação de sua vulnerabilidade psicológica – o reconhecimento do problema seria o primeiro passo para a recuperação do indivíduo.

Violanti (1999) observa como a morte de policiais gera uma “onda de choque” na comunidade policial, propagando o trauma ocasionado por tais eventos. Observa que, enquanto a perda de um policial é algo lamentável para a sociedade, é emocionalmente devastador para colegas, amigos e familiares, contrariando a noção segundo a qual os policiais seriam menos sensíveis à perda que o cidadão comum, de que os policiais se “acostumariam” a esta realidade com o passar do tempo de serviço.

Alguns estudos apontam para a possibilidade de o trauma vivenciado pelo policial ser experimentado de forma vicária por seus familiares. Assim, Dwyer e Hofstra (2005) constataram que 28,2% de uma amostra composta por 85 esposas de policiais apresentavam sintomatologia indicativa do que denominam *trauma secundário*. Em sua pesquisa, apontam o desenvolvimento adjacente de outras desordens psicológicas em esposas de policiais, associadas a este quadro de trauma. Danieli (1999) considera o trauma uma parte integrante do trabalho policial,

observando que seus efeitos intergeracionais seriam semelhantes aos encontrados em familiares de vítimas do holocausto e veteranos de guerra.

2.2.2.2 – OUTROS REFLEXOS

Além dos reflexos diretamente associados à jornada de trabalho do policial e ao risco, encontramos na literatura discussões acerca de outros possíveis transtornos associados ao trabalho policial.

O uso de álcool é frequentemente apontado como proeminente entre policiais e associado ao desgaste no trabalho. Porém, como observa Lindsay (2008), através da análise de extensa bibliografia sobre o assunto, poucas pesquisas sistematizadas foram realizadas até o presente para permitir tais conclusões. Visando preencher esta lacuna, esta autora realizou pesquisa com um grupo de 663 policiais nos EUA, observando ali um índice de uso de álcool equivalente ao da população geral.

Kirschman (2007), analisando as particularidades do uso de álcool entre policiais, observa que este seria mais tolerado que as drogas ilícitas, em primeiro lugar devido ao regulamento policial, que em geral prevê pesadas punições aos policiais usuários destas, e também pelo fato destas não fazerem parte da cultura policial. A autora aponta que o uso de álcool pode se tornar um problema entre estes profissionais na medida em que seja utilizado para amenizar o estresse cotidiano, sustentando uma atitude de “superar os problemas e seguir adiante”, em uma substituição a uma real elaboração emocional dos eventos, o que seria comum entre policiais, normalmente pressionados pela rotina de trabalho e pelo temor de entrar em contato com emoções dolorosas.

A *violência doméstica*, outro fator encontrado na literatura, é comumente tida pelo senso comum como mais freqüente entre policiais que na população em geral, porém não encontramos resultados conclusivos a este respeito. Johnson et al. (2005) apontam manifestações de agressividade como proeminentes entre policiais que atuam nas ruas, observando como possíveis causas para isto o *burnout*, advindo do fato de os policiais "lidarem com as piores pessoas, e com o pior das pessoas normais" (p.15). Segundo os autores, outro fator desencadeador da violência

doméstica entre policiais seria o autoritarismo, pois uma vez treinados para desenvolver a autoridade, os policiais teriam dificuldade de deixar de ser autoritários em casa.

Kirschman (2007), em revisão bibliográfica, observa que, embora a literatura não aponte maior incidência de violência em famílias de policiais, alguns fatores tornariam o policial mais suscetível de cometer abusos: o fato de possuírem arma, o alto grau de agressão a que estão acostumados em seu trabalho e o fato de conhecerem o funcionamento do sistema legal, facilitando suas possibilidades de defesa. Aponta ainda algumas particularidades na dinâmica da agressão doméstica por parte do policial, observando que muitas esposas não denunciam o abuso por temer que o marido perca seu emprego, devido à abrangência dos regulamentos internos em relação à conduta do policial fora das corporações. Observa igualmente a existência de um mecanismo de proteção entre os policiais, que teriam a tendência de ser negligentes ao lidar com ocorrências geradas por agressões de colegas. Apoiando suas observações, a autora aponta pesquisa realizada em Baltimore (Gershon, 1999), segundo a qual 80% das denúncias de abuso doméstico de policiais naquela cidade não seriam investigadas.

Outro elemento freqüentemente associado ao desgaste policial na literatura é o do *suicídio*. Schmidtke et al. (1999) observam que a maior parte dos estudos americanos sobre o assunto indica maior número de suicídios entre policiais que na população geral. Os autores creditam este alto número ao fácil acesso destes profissionais a armas de fogo, conjugado ao grande estresse engendrado por esta profissão. Miller (2005) também observa que o estresse policial pode levar ao suicídio com freqüência, constatando que, no Canadá, mais policiais morrem por suicídio que pelas mãos de outrem, em uma indicação de que, mesmo em um ambiente de menor perigo, a profissão policial pode trazer grande estresse para o indivíduo.

2.2.2.3 – FATORES ANALISADOS:

Analisaremos o impacto dos fatores relativos ao estresse laboral sobre a família do policial a partir das seguintes questões dirigidas às companheiras dos policiais:

- Você considera que ele é afetado por estresse no trabalho?
- Como ele fica quando está com problemas no trabalho?
- Você considera que seus filhos passam por estresse pela profissão do pai?
- Eles têm o rendimento escolar afetado por isto?
- Você já sofreu agressão verbal por parte de seu companheiro policial?
- Você já sofreu agressão física por parte de seu companheiro policial?
- Em que medida você considera que ele faz uso de álcool?

- Outros fatores não ligados especificamente a impacto direto ou indireto serão também analisados, vide questionário no Anexo 1.

3 – METODOLOGIA

Nosso trabalho constitui-se de estudo exploratório realizado junto a esposas e companheiras de policiais militares, com o intuito de verificar o grau e a forma do impacto atribuído por estas ao trabalho policial sobre sua família.

3.1 - SUJEITOS

A escolha pelas companheiras de policiais como sujeitos de nossa pesquisa se deve à noção de que estas constituem o observador privilegiado a respeito do fenômeno que desejamos pesquisar. Consideramo-las desta forma pelo fato de serem as co-responsáveis pelo funcionamento deste grupo familiar, ao mesmo tempo mais conscientes que seus filhos acerca dos possíveis efeitos da profissão policial sobre a família, e mais distanciadas que o próprio policial deste trabalho, podendo avaliar a existência do impacto a partir de uma perspectiva um pouco mais isenta que este, imerso que está em sua vivência laboral (observe-se que realizamos entrevistas com 3 policiais, as quais foram utilizadas para melhor ilustrar algumas hipóteses teóricas, não constando na parte de resultados).

Com o intuito de focalizar o fenômeno a ser analisado (impacto do trabalho policial sobre a família), e maximizar a possibilidade de sua observação, elegemos três condições gerais, a partir de nossas hipóteses, para nortear a escolha das respondentes:

- 1) Deveriam residir na Capital ou na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - pois tanto os policiais quanto seus familiares, nestas regiões, experimentariam com maior intensidade os fatores de impacto analisados;
- 2) Deveriam estar vinculadas a praças da PMERJ (especificamente soldados, cabos e sargentos) - pois estes são os elementos de execução das tarefas de policiamento, travando contato direto com fatores de impacto pertinentes a este trabalho;
- 3) Deveriam estar vinculadas a policiais da ativa - pelos motivos citados de maior contato com os fatores de impacto no momento presente.

Inicialmente, colhemos os dados de companheiras de policiais inativos, porém esta amostra se mostrou um tanto heterogênea e, também, distante de nosso objetivo imediato, sendo seus dados arquivados. Colhemos dados, também, junto a viúvas de policiais. Porém, terminamos por arquivar os dados obtidos junto a estas, por não se revelarem pertinentes ao presente estudo. Os dados obtidos junto às companheiras e esposas de policiais foram considerados conjuntamente. Em nosso estudo, nos referimos a todas como *companheiras*, para simplificar sua nomeação. Desta forma, obtivemos uma amostra total de 123 respondentes, entre estas 111 companheiras de policiais e 12 separadas, cujos resultados foram utilizados em separado, para efeitos comparativos com os das casadas em capítulo específico.

3.2 - COLETA DE DADOS

Para efetivação da coleta dos dados, construímos um questionário composto de três partes:

1) Composição familiar e dados socioeconômicos: no qual buscamos estabelecer, entre outras coisas, a fase do ciclo de vida destas famílias (Carter & McGoldrick, 1989) a partir de itens como idade dos filhos e tempo de relacionamento com o policial, bem como as bases demográficas de nossa amostra, localizando-a em um contexto social específico, dentro da realidade social do Estado do Rio. Foram observados neste item dados como número de componentes da família, grau de escolaridade das respondentes, propriedade de residência e estimativa de renda mensal.

2) Trabalho e Família: nesta parte procuramos sondar a interação entre o trabalho e a família, com questões visando avaliar a intensidade e a forma do impacto experimentado pelas companheiras dos policiais. Os fatores de impacto foram divididos em dois grupos principais, relativos à forma como são experimentados pela família: fatores de impacto direto e indireto.

3) Outros dados: Esta parte, que terminou por ser pouco aproveitada em nossa pesquisa, pois não tinha relação imediata com o impacto do trabalho policial, constou

de avaliações das respondentes sobre os serviços de saúde da PMERJ e outros itens. Nesta, deixamos um espaço onde elas poderiam se manifestar livremente com observações, as quais são abordadas de forma breve ao longo do texto.

3.3 - CAMPO DE COLETA DE DADOS

O local escolhido para aplicação dos questionários foi o Hospital Central da Polícia Militar, localizado no bairro do Estácio, próximo ao centro do Rio. Mais precisamente, aplicamos os questionários nos saguões de espera dos ambulatórios de Ginecologia e Pediatria. A escolha por estes locais se deu pelo fato de para eles afluírem, diariamente, companheiras de policiais de todos os postos e graduações, bem como de todas as Unidades da Corporação, sendo-nos possível ter acesso a um público bastante heterogêneo, no que diz respeito à "família-policial". Desta forma, pudemos ter acesso a respondentes de idades variadas e, portanto, vinculadas a policiais de diversas graduações e das duas condições de operacionalidade (serviço externo e interno), sem que necessitássemos fazer um direcionamento mais específico em nossa coleta.

3.4 - ANÁLISE DOS DADOS

Uma vez de posse dos questionários preenchidos, procedemos à digitação de seus dados, utilizando-nos do programa Microsoft Excel, onde construímos uma base posteriormente transposta para o programa SPSS, para tratamento estatístico.

Para análise comparativa de elementos intra-amostrais, dividimos nossa amostra em grupos distintos, de acordo com a graduação e a operacionalidade dos policiais vinculados às respondentes. Por *graduação* entende-se a posição hierárquica que o policial ocupa na Corporação – em nossa pesquisa, tratamos apenas de três graus específicos – o de soldado, o de cabo e o de sargento (em ordem ascendente). O interesse em analisar nossa amostra em termos de graduação se deve à possibilidade de observarmos os efeitos do tempo de serviço do policial sobre a percepção de impacto deste trabalho por suas companheiras. Isto porque o grau hierárquico é um

fator estreitamente associado ao tempo de serviço, salvo raríssimas exceções (promoção por bravura, por exemplo). Desta forma, o soldado possui um tempo de serviço de no máximo oito anos, o cabo costuma apresentar de oito a doze anos de serviço e o sargento normalmente atinge esta graduação após aproximadamente doze anos de serviço (ressalte-se que estes não são períodos fixos ou universais).

A divisão em termos de *operacionalidade* separa os policiais do serviço externo – a chamada “atividade-fim” da polícia, ou seja, o policiamento ostensivo – daqueles do serviço interno, ou da “atividade-meio” - caracterizada pelo desempenho de funções administrativas nas diversas unidades da Corporação. A análise a partir deste prisma – operacionalidade – serve ao propósito de avaliarmos a influência da exposição ao risco (risco este muito mais presente no trabalho dos policiais do serviço externo) na percepção de impacto das respondentes.

Os resultados obtidos foram submetidos a testes de significância não-paramétricos, apropriados para uma amostragem livre (sem comparação com o total da população, mas com índices específicos de significância). Os testes utilizados foram o de Kruskal-Wallis, para a análise da significância de dados ordinais (médias) por graduação (composta de 3 variáveis), o de Mann-Whitney, para a análise da significância de dados ordinais por operacionalidade (composta de 2 variáveis), e o qui-quadrado para 2 variáveis nominais.

4 – APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Para melhor apreciação e compreensão dos resultados ora expostos, traçamos algumas observações a respeito de sua apresentação.

Nosso questionário constou de algumas questões cujas respostas deveriam ser dadas em termos de gradações nominais, com termos designando intensidades ascendentes ou descendentes (ex: *não / levemente / moderadamente / muito / extremamente*). Para efeito de análise, transformamos os termos nominais em valores numéricos ordinais (o que resultou para algumas questões em valores de 0 a 4 e para outras, de 0 a 3), e a seguir, obtivemos a média das atribuições para as questões em cada um dos grupos de nossa amostra. Esta transformação de gradações nominais em valores numéricos foi feita nos moldes do proposto por Levin e Fox (2004) que consideram esta uma possibilidade, uma vez que as gradações nominais estejam escalonadas de forma valorativa. A obtenção de escores médios nos possibilitou realizar comparações entre os diversos grupos de nossa amostra, e nos forneceu uma noção mais apropriada da forma geral como cada um dos grupos analisados experimenta os fatores de impacto.

Todos os resultados obtidos foram tratados estatisticamente, no intuito de averiguar se nossas comparações através dos eixos graduação e operacionalidade apresentam *significância* estatística. O cálculo da significância opera relacionando o tamanho da amostra com a magnitude das diferenças encontradas entre os distintos grupos analisados, de forma tal que se possa afirmar com segurança que: 1) as diferenças encontradas se relacionam à separação entre os grupos, e 2) são generalizáveis para a população total a ser estudada. Assim, quanto maior a amostra pesquisada, menor a diferença de valores necessária entre os grupos para a obtenção da significância, uma vez que uma amostra maior se presta melhor à generalização de seus resultados.

Observamos que, apesar de termos encontrado algumas variações importantes entre os grupos estudados, a maior parte dos resultados obtidos não se caracterizou como estatisticamente significativa após realizados os cálculos neste sentido, ainda que tenham, em grande parte, apontado na direção por nós esperada. Creditamos isto

ao número relativamente reduzido de nossa amostra. Ao expor nossos resultados, portanto, só utilizaremos o termo "significativo" para aqueles resultados que assim o foram caracterizados após esta análise. Os resultados não-significativos se fazem acompanhar apenas do grau de significância, representado pelo chamado "valor-p".

4.1 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

O principal público-alvo de nossa pesquisa constou de esposas e companheiras (aqui tratadas apenas como *companheiras*, para simplificar sua nomeação) de praças da PM (soldados, cabos e sargentos), tanto do serviço interno (expediente nos batalhões - serviço administrativo), quanto externo (policiais atuantes em atividades operacionais).

Para a consecução da pesquisa, aplicamos 220 questionários, dos quais aproveitamos 123 como válidos, pois muitos não foram corretamente preenchidos ou o foram por indivíduos fora do perfil por nós traçado (como observamos na Metodologia).

Embora não constassem de nosso principal público-alvo, incluímos dados obtidos junto a ex-companheiras de policiais, com o intuito de avaliar atitudes em relação aos policiais nesta amostra, comparando-os com o das companheiras atuais (os dados referentes às separadas serão apresentados em capítulos posteriores). Na Tabela 2, temos a distribuição da amostra por grupo estudado.

Tabela 2: Número de componentes da amostra

Graduação dos policiais vinculados às respondentes	Situação de Serviço (operacionalidade)		TOTAL
	Externo	Interno	
Soldado	15	12	27
Cabo	21	18	39
Sargento	24	21	45
Total casadas	60	51	111
Ex-mulheres	Número		Total
Separadas	12		12
TOTAL GERAL	123		123

Procederemos a uma descrição de nossa amostra de acordo com a *graduação* e a operacionalidade (nos termos anteriormente definidos) dos policiais vinculados às respondentes. Esperamos assim caracterizar com maior propriedade as famílias dos soldados, dos cabos e dos sargentos dos serviços interno e externo, para posteriormente analisar a forma como sua família é afetada pela profissão policial.

4.1.1 - COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA FAMILIAR

Idade das respondentes

Em nossa amostra, observamos uma proximidade muito grande entre as idades das companheiras de soldados e de cabos, o que deve se refletir em termos de fase do ciclo de vida familiar (como conceituado por Carter & Mc Goldrick, 1989), ou seja, de idade dos filhos e estágio do casamento, entre outros parâmetros. A média de idade das companheiras dos soldados, cabos e sargentos de nossa amostra ficou em torno de 31, 32 e 39 anos, respectivamente.

Tempo de relacionamento com o policial e idade dos filhos

A noção de que as famílias de soldados e cabos por nós pesquisadas estão no mesmo estágio do ciclo de vida se confirma ao verificarmos a proximidade no tempo de relacionamento com o policial, que é de 9 anos no caso dos soldados e 10 no caso dos cabos. A proximidade da idade de seus filhos também contribui para esta noção, ficando em torno de 7 anos a idade dos filhos de policiais destas duas graduações. As famílias de sargentos estariam em outra fase do ciclo de vida, o que se reflete em um tempo médio de relacionamento de 18 anos e média de idade dos filhos de 15 anos.

Tempo de serviço e graduação do policial

A proximidade na idade de companheiras de soldados e cabos, bem como da idade dos filhos e tempo de relacionamento, favorece a comparação de seus dados diante da forma como o tempo de serviço policial afeta a estas, pois este se torna o maior elemento de diferenciação entre estas. O tempo médio de serviço dos soldados

de nossa amostra ficou em torno de 6 anos e o de cabos em torno de 10 anos, o que marca duas maneiras distintas de inserção na Polícia Militar. O tempo médio de serviço dos sargentos ficou em torno de 21 anos, o que marca mais uma diferença importante entre este grupo e os outros dois.

Idade das mulheres ao iniciar relacionamento com policial

Uma informação que se depreende dos dados até aqui expostos é referente à idade em que estas mulheres constituíram família. Em nossa amostra, observamos que as companheiras de policiais das três graduações se casaram com média de idade em torno de 21 anos. Observando estes dados à luz dos dados expostos por Berquó (1998), segundo os quais a média de idade de casamentos das mulheres brasileiras na década de 90 foi de 24,3 anos, concluimos que estas mulheres se casaram cedo.

A idade de casamento nesta amostra reflete o que observamos na Corporação de maneira informal, o que aponta para uma cultura onde, aos 20 anos, o indivíduo já é considerado um adulto formado, que deve assumir todas as implicações do fato de se tornar o chefe de uma família. Esta tendência seria própria de classes média-baixa e baixa da sociedade, e se opõe à observada por Henriques et. al. (2006) entre indivíduos das classes média-alta e alta da sociedade carioca, que saem da casa dos pais na faixa dos 30 anos, configurando o que denominaram "Família-Canguru".

Relacionamentos prévios

Existe na cultura da Corporação uma noção segundo a qual o policial é eminentemente infiel e tem a tendência a estabelecer, além das relações consecutivas, relações concomitantes, às vezes com filhos nestas relações. Porém, como nossa pesquisa foi dirigida às esposas e companheiras de policiais, não pudemos constatar a existência de relações concomitantes dos policiais. A presença de relações consecutivas, porém, foi observada, e com maior frequência entre policiais do que entre suas companheiras, como mostram as Tabelas 3 e 4.

Tabela 3: Relacionamento prévio - Policiais (número de relacionamentos entre parênteses)

Graduação do policial	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	1 (1)	14	3 (3)	9	27
Cabo	5 (7)	17	5 (7)	13	39
Sargento	4 (6)	20	4 (5)	17	45
Total	10	51	12	39	111

Tabela 4: Relacionamento prévio - Mulheres (número de relacionamentos entre parênteses)

Graduação do policial	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	1 (1)	14	4 (4)	8	27
Cabo	3 (4)	19	4 (4)	14	39
Sargento	0	24	2 (3)	19	45
Total	4	57	10	41	111

Os números entre parênteses se referem à quantidade de relacionamentos prévios totais em cada grupo, de forma que podemos observar, por exemplo, que dentre os 22 policiais (do serviço interno e externo somados) que tiveram relacionamento anterior, a média de relacionamentos foi de 1,31. Entre as 14 mulheres de policiais do serviço externo e interno com relações prévias, o número médio de relações foi de 1,14.

Com estes dados pudemos confirmar nossas hipóteses quanto a um maior número de policiais que de mulheres com relações consecutivas. Um dado inesperado, porém, foi a frequência muito maior de policiais do serviço interno com relacionamentos prévios do que de policiais do serviço externo, pois segundo o que se diz na Corporação, o policial do serviço externo, por sua exposição, estaria mais propenso a estabelecer diversas relações amorosas. Logicamente, podemos inferir que esta amostra talvez não seja representativa da polícia como um todo. Porém, podemos igualmente observar que muitos policiais do serviço interno já estiveram em serviço externo, e pode vir deste período seu alto número de relacionamentos consecutivos, o que "salvaria" a noção de que o policial de rua seria mais propenso a um maior número de relações. De qualquer forma, não dispomos de dados em nossa pesquisa que nos permitam um aprofundamento neste tópico.

Filhos de outras relações

Pudemos constatar, além da presença de relações prévias, a existência de filhos destas relações, tanto por parte dos policiais quanto de suas companheiras, com um maior número de policiais com filhos de outras relações (24 policiais contra 10 mulheres com filhos prévios), e maior número de filhos destes *por* relação que suas companheiras em situação similar (1,7 por parte deles contra 1,1 delas).

Notamos, neste item, um achado peculiar: o número de policiais com relacionamentos prévios foi inferior ao número de policiais *com filhos* em relacionamentos prévios (22 contra 24 policiais). Temos assim que 100% dos policiais com relacionamento prévio têm filhos, e outros dois sem relacionamento prévio "oficial" também os possuem. Em contrapartida, 71% (10 entre 14) das mulheres com relacionamentos prévios tiveram filhos nestas relações (Tabela 5).

A média de filhos por policial com filhos em relacionamento prévio foi de 1,7; entre as mulheres esta média foi de 1,1. O número de filhos de policiais do serviço interno com relacionamentos prévios foi maior que entre os policiais de serviço externo (média de 1,92 por policial contra 1,4). Ou seja: em nossa amostra, os policiais do serviço interno têm mais relacionamentos prévios e mais filhos por relação que os do serviço externo.

Tabela 5: filhos em relacionamento prévio

Graduação do policial	Policiais		Mulheres	
	Com filhos prévios	Número de filhos prévios	Com filhos prévios	Número de filhos prévios
Soldado	6	10	5	6
Cabo	10	18	3	3
Sargento	8	13	2	4
Total	24	41	10	13

Filhos com o policial

O número de filhos das mulheres de nossa amostra com seus companheiros policiais aumenta de acordo com o tempo de relacionamento, e conseqüentemente, de acordo com a graduação, principalmente no que diz respeito às famílias de sargentos. Na amostra pesquisada, a média do número de filhos das mulheres com os soldados

foi de 1,31, com os cabos, 1,46 e com os sargentos, 2,04, o que é esperado, dado o fato de haver uma diferença média de 7 anos do tempo de relacionamento deste grupo comparado aos de menor graduação. O número de filhos de sargentos em nossa amostra indica uma aproximação com os dados do sistema de saúde da PMERJ, segundo os quais cada policial tem, em média, 2,7 dependentes (incluindo-se aí a esposa).

4.1.2 - DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Para melhor caracterização da amostra pesquisada, colhemos alguns dados sobre o nível sócio-econômico destas famílias: renda mensal, propriedade da residência onde moram, propriedade de automóvel, grau de escolaridade das mulheres, trabalho destas fora do lar e trabalho dos policiais fora da Corporação, entre outros.

Estimativa de renda

Foi solicitado às respondentes que estimassem a renda mensal de sua família, em faixas de mil reais, desde menos do que R\$ 1.000,00 até mais do que R\$ 5.000,00. A partir das respostas, chegamos a uma aproximação da média de proventos das famílias de Soldados, Cabos e Sargentos, como podemos observar na Tabela 6 e no Gráfico 1.

Tabela 6: Estimativa de renda (por freqüência de respostas):

Graduação do Policial	FAIXA DE RENDA ESTIMADA				
	até 1000	de R\$ 1.001 a R\$ 2.000	de R\$ 2.001 a R\$ 3.000	de R\$ 3.001 a R\$ 5.000	Mais de R\$ 5.000
Soldado	13	13	1	0	0
Cabo	4	31	4	1	0
Sargento	1	35	7	1	1
Total	18	79	12	2	1

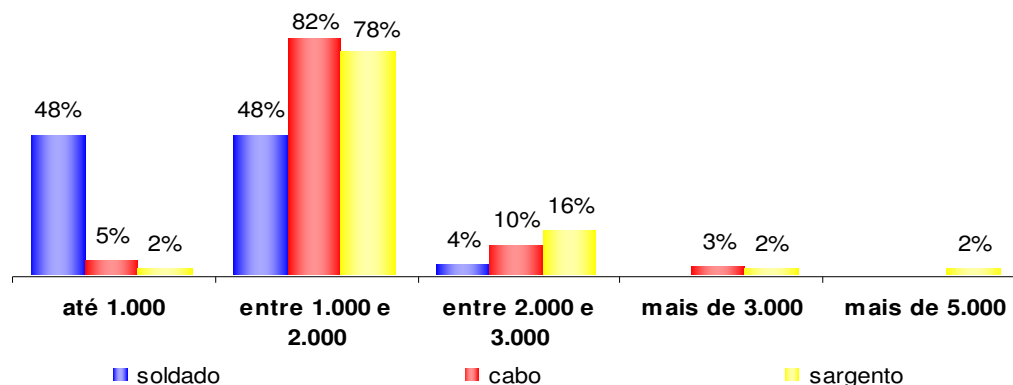


Gráfico 1: Estimativa de renda (percentuais)

Neste item, percebemos uma maior diferença entre soldados e cabos que nos itens até aqui abordados, o que se torna mais um fator a diferenciar sua constituição familiar, além do tempo de serviço. Percebemos um aumento gradual da renda declarada pelas companheiras de policiais conforme ascende o grau hierárquico. Isto pode estar relacionado ao aumento salarial gradual na polícia, mas também a uma possível complementação da renda da família por trabalho da esposa fora de casa ou do policial fora da Corporação.

Trabalho das companheiras ou esposas fora do lar

A importância de analisarmos a inserção das companheiras de policiais no mercado de trabalho não repousa apenas na possibilidade de estimarmos seu nível socio-cultural, mas também na de compreendermos como se dá a hierarquia de poder nesta família, refletida em termos de poder econômico.

Analisando os dados de acordo com a graduação e a operacionalidade do policial a que estas mulheres estão vinculadas, temos que o número de mulheres de policiais do serviço *externo* que trabalham fora não sofre grandes alterações de acordo com a graduação, ficando a distribuição nas três graduações em torno de 50%.

Maior diferença foi observada entre as companheiras de policiais do serviço externo e interno, confirmando uma tendência de maior diferença de papéis de gênero quando comparamos as famílias por operacionalidade do policial, a exemplo do que ocorre no que diz respeito a relações prévias. Em todas as graduações de policiais do serviço interno, percebemos uma tendência de a companheira não trabalhar, em uma

porcentagem geral de 71% que trabalham fora. Uma vez que os policiais dos dois tipos de serviço recebem o mesmo salário, não nos parece adequado atribuir a causas econômicas o maior número de mulheres de policiais do serviço externo que trabalham fora.

Tabela 7: Número de mulheres de policiais que trabalham fora de casa

Graduação do policial	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	8	7	2	10	27
Cabo	11	10	7	11	39
Sargento	11	13	6	15	45
Total	30	30	15	36	111

Trabalho de policiais fora da corporação

Diversos autores (como Minayo et al., 2008; Cortes, 2004 e Muniz, 1999) apontam para o trabalho de policiais fora da corporação como uma prática corrente entre estes profissionais, em busca de complementação salarial. Esta prática estaria associada a diversos problemas de convívio com seus familiares e outros relativos ao estresse, como observaremos mais adiante. O fato é que um segundo emprego pode proporcionar ao policial um incremento significativo de seus ganhos, apesar dos problemas engendrados por esta atividade. Na Tabela 8, temos um demonstrativo numérico dos policiais que trabalham fora da Corporação, segundo suas companheiras.

Tabela 8: Policiais com segunda atividade profissional

Graduação do policial	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	5	9	4	6	24
Cabo	11	9	9	9	38
Sargento	7	16	6	13	42
Total	23	34	18	29	104

Podemos observar que existe uma equivalência entre os policiais de serviço interno e externo no que toca ao exercício de outra atividade profissional, com um maior número de policiais não exercendo outra atividade (60% dos externos e 62% dos internos nesta condição, $p=0,994$). Notamos também, por graduação, que o grupo dos cabos, isolado, contraria esta tendência, com um índice geral de 53% que trabalham fora da Corporação, contra 38% dos Soldados e 31% dos Sargentos ($p=0,403$).

Grau de Escolaridade das companheiras de policiais

Como podemos observar pelo exposto na Tabela 9 (quantitativo) e Gráfico 2 (percentagem dentro da graduação específica), as companheiras de policiais têm uma instrução predominante de ensino médio completo. Interessante é observar uma maior proporção de companheiras de cabos e soldados com nível superior, o que pode refletir uma tendência atual de busca por qualificação profissional entre as mulheres desta classe sócio-econômica, a qual seria consequência de outras transformações sociais mais amplas.

Tabela 9: Grau de escolaridade das companheiras de policiais

Graduação do Policial	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação
Soldado	4	18	4	0
Cabo	3	30	5	1
Sargento	8	32	3	1
Total	15	79	13	2

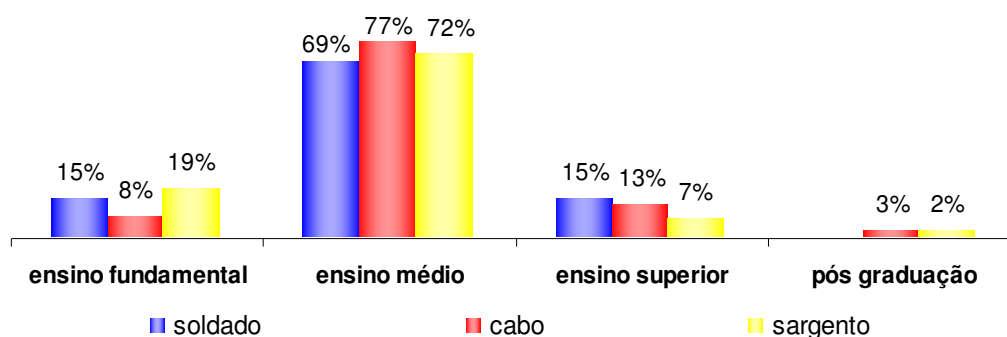


Gráfico 2: Grau de escolaridade das companheiras de policiais (valores percentuais)

Propriedade de residência

Para o policial, a aquisição do imóvel onde reside é sinal de que atingiu talvez o principal patamar de realização material. Nesta realidade, comum à de grande parte da população brasileira, a posse do imóvel é produto de uma correta e diligente aplicação de recursos ao longo da vida, e se configura, mais que em um sinal de status, em um marco de solidez pessoal e de capacidade de assunção do posto de chefe de família, o que nesta cultura é de suma importância.

Em nosso trabalho clínico na polícia, observamos a presença de uma cultura onde é comum a coabitação de famílias extensas, com diversas famílias nucleares morando em casas construídas no terreno de uma matriarca ou patriarca, nos chamados “puxadinhos”. Notamos em muitas ocasiões a atuação de uma rede de solidariedade que se forma entre estas famílias extensas que convivem de maneira tão próxima, o que provoca igualmente diversos conflitos familiares engendrados por tal configuração de moradia. O policial, talvez por uma forte noção de cadeia de subordinação derivada de sua profissão, muitas vezes não se conforma em estar sujeito a um “comandante” em casa, seja ele seu pai ou sua sogra, ou mesmo o proprietário do imóvel a quem paga aluguel. Uma casa própria é mais “casa” no sentido de da Matta (1985), é mais “lar”, pois ali o policial não está sujeito aos desmandos de uma autoridade informal (no caso dos que moram com parentes) ou formal (no caso dos que alugam o imóvel), e pode em seu território ser soberano, “supercidadão”, nos termos do autor supracitado.

Podemos considerar as três condições de propriedade residencial, *própria*, *alugada* e *de parentes* como representando distintas gradações de autonomia individual. No nível mais restritivo, estaria a coabitação com parentes, pois o indivíduo está em uma condição de maior submissão ao outro, pois “vive de favor”. A seguir, estaria a condição de inquilino, onde o indivíduo tem maior autonomia para negociar condições e direitos a desfrutar. A condição de proprietário concederia aos policiais o pleno comando sobre seu “território”, o que é uma noção muito cara a estes.

Podemos notar a passagem entre estes níveis no Gráfico 3, bastante ilustrativo da busca por maior autonomia do policial conforme ascende em sua carreira,

abandonando a configuração de moradia conjunta com parentes (liderada pelos soldados), para a alugada (tendo os cabos como principais representantes em termos percentuais) e a seguir para a residência própria (mais comum entre sargentos).

Esta mobilidade em termos de propriedade residencial pode refletir um maior poder aquisitivo dos sargentos, com a natural ascensão e acumulação de recursos ao longo dos anos, mas pode também refletir uma maior facilidade de aquisição de imóvel em épocas anteriores, quando, se diz, o poder aquisitivo do policial era maior (antes de perdas salariais progressivas, nunca compensadas). Porém, não podemos tender para uma ou outra afirmação; isto demandaria a comparação com pesquisas pregressas ou futuras, sobre propriedade de residência em épocas distintas.

Tabela 10: Propriedade de imóvel onde residem (em valores numéricos):

Graduação do Policial	Própria	Alugada	De parentes	Outros	Total
Soldado	9	8	6	4	27
Cabo	15	15	6	3	39
Sargento	29	10	5	1	45
Total	54	33	18	7	111

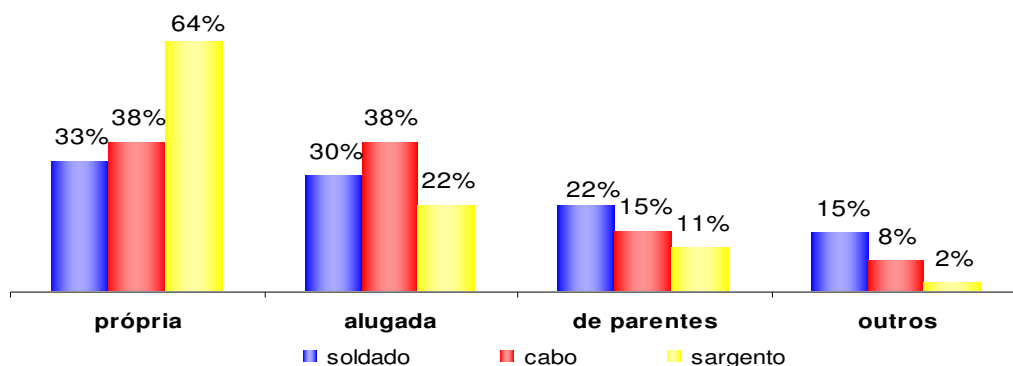


Gráfico 3: Propriedade do imóvel onde residem (em valores percentuais por graduação)

Propriedade de automóvel

A propriedade de automóvel, se é um importante sinal de status nas camadas médias-baixas da sociedade, adquire uma conotação particular entre os policiais. Observamos entre os policiais militares uma cultura na qual o carro é mais que um símbolo de poder: é visto como a possibilidade de se locomover para o trabalho e residência de maneira mais segura, uma vez que se configuraria como uma barreira

física contra o mundo da rua, onde ele não deve ser reconhecido como policial. Inúmeras são as estratégias adotadas por policiais para se manterem incógnitos, como cidadãos comuns, e o uso do carro é uma delas, pois ali eles acreditam estar mais protegidos. De qualquer forma, não sabemos ao certo se esta estratégia é mesmo eficaz, uma vez que o automóvel pode tornar o indivíduo uma vítima preferencial de assaltantes.

Analisando os resultados obtidos, porém, notamos uma tendência inversa à que ocorre em relação à propriedade de residência - conforme ascende a graduação, diminui o percentual de proprietários de automóvel (Tabela 11 e Gráfico 4). Estes dados se tornam mais curiosos ao observarmos que o poder aquisitivo dos policiais aumenta ao longo da carreira, tanto pelo fato de receberem melhor quanto por gastarem menos com moradia, pois passam a pagar menos aluguel. O que nos resta é conjecturar sobre as possíveis causas para isto: soldados dão maior importância ao automóvel? Seria o carro o símbolo de realização econômica acessível a eles? A precaução diminuiria ao longo do tempo de serviço, ou mudariam as estratégias de segurança?

Não poderemos responder no momento a estas indagações, pois não investigamos esta questão nas entrevistas. De qualquer forma, considerando estes dados sob o aspecto sócio-econômico, podemos constatar que a maioria dos policiais de nossa amostra possui automóvel.

Tabela 11: Propriedade de automóvel (valores numéricos)

Graduação	Externo	
	Sim	Não
Soldado	22	5
Cabo	28	11
Sargento	30	15
Total	81	31

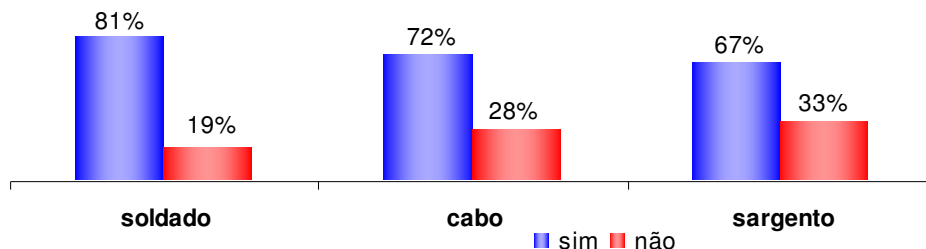


Gráfico 4: Propriedade de automóvel (valores percentuais por graduação)

4.1.3 - RELIGIOSIDADE

Embora não tenhamos nos aprofundado na questão da religiosidade, julgamos importante traçar um perfil neste sentido em relação à nossa amostra, uma vez que percebemos que a crença religiosa pode proporcionar ao policial e à sua família um recurso importante para lidar com as incertezas de sua condição profissional. Nas entrevistas realizadas, foi atribuída à crença religiosa a relativa tranquilidade de diversas respondentes, pois, como algumas relataram, tudo estaria "nas mãos de Deus". Na tabela 12, temos o quantitativo de respondentes que afirma que a família pratica alguma religião, e no Gráfico 5, esta distribuição pelos grupos de policiais investigados nesta pesquisa, por operacionalidade e graduação. Observamos que as companheiras de policiais do serviço interno apresentaram maior índice de prática religiosa que as de policiais do serviço externo (77% contra 23%), o que vai contra o esperado, uma vez que o trabalho nas ruas é mais perigoso e ensejaria, em nossa concepção, maior procura por amparo religioso.

Tabela 12: Presença de prática religiosa

Graduação do policial	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	10	5	9	3	27
Cabo	14	6	16	2	38
Sargento	20	4	18	3	45
Total	44	15	43	8	110

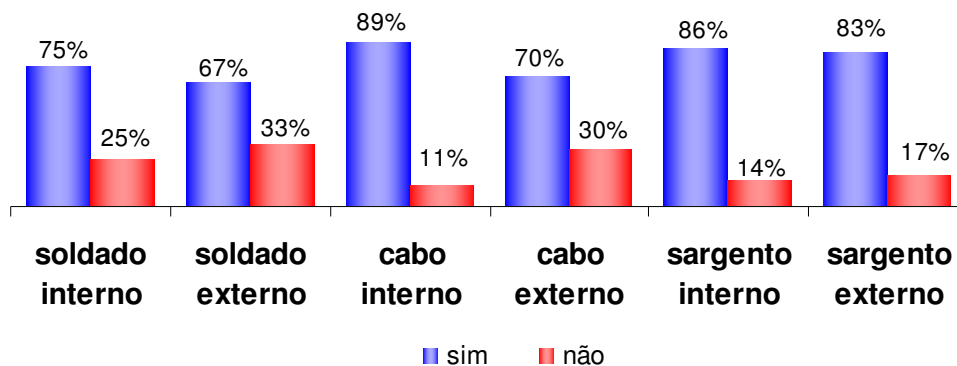


Gráfico 5: Prática religiosa

Natureza da prática religiosa

Ao indagarmos sobre a religião que praticam, oferecemos 3 opções de resposta, de acordo com as denominações predominantes na cultura brasileira: Católica, Evangélica e Espírita. Oferecemos a opção *outros* para aqueles que não se encaixassem em nenhuma delas. Esta opção se mostrou pertinente, uma vez que 80% das respostas se deu entre as 3 opções oferecidas. Quanto a estas, observamos que predominam entre as famílias de nossa amostra as denominações de cunho evangélico, com 46% das respostas, seguidas pela Igreja Católica, com 30%, aparecendo as denominações Espíritas com 4% do total (Gráfico 6).

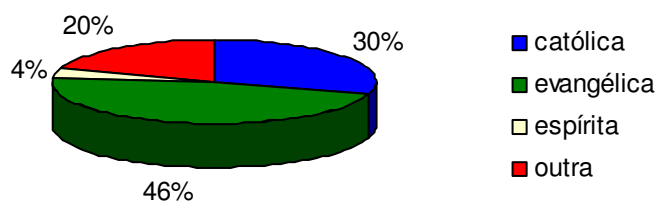


Gráfico 6: Religião praticada

4.2 - INTRODUÇÃO AOS FATORES DE IMPACTO NA FAMÍLIA

No presente subcapítulo, iniciamos a exposição de resultados referentes à parte central de nossa pesquisa: a avaliação do impacto da profissão policial sobre a dinâmica da família dos policiais militares. Entendemos por dinâmica familiar sua forma de funcionamento interno (relações entre seus membros) e externo (relações com a sociedade mais ampla). Por ora, apresentaremos uma noção geral acerca da percepção das respondentes sobre o impacto causado pela profissão policial na família, sem nos aprofundarmos nas causas geradoras do impacto. Nos subcapítulos seguintes abordaremos mais a fundo o problema a partir de suas causas: os fatores de impacto direto e indireto, como anteriormente definidos. Os dados serão analisados de acordo com a graduação e a operacionalidade dos policiais - como já mencionado, os dois principais eixos de análise adotados em nossa investigação.

Percepção de impacto negativo

Para uma apreciação inicial dos termos do impacto da profissão policial sobre a família, julgamos por bem propor, em primeiro lugar, uma questão direta, referente à forma como as companheiras de policiais o percebem: "*Você acha que o trabalho policial de seu companheiro afeta (ou afetou) negativamente sua família?*". Embora esta possa parecer uma forma simplista de abordar o tema, nos pareceu adequada, podendo nos propiciar uma clara noção inicial da percepção deste impacto, como experimentado pelas respondentes. Os resultados encontrados deverão servir como parâmetro para relativizarmos outros achados.

A partir de 5 possibilidades de resposta, variando entre *não afeta* e *afeta extremamente*, contabilizamos os resultados de forma a obter um escore absoluto ao final, com valores entre 0 e 4 em termos de grau de impacto.

Os resultados obtidos foram, de certa forma, surpreendentes, dadas as nossas hipóteses, formuladas através da literatura e do conhecimento da cultura policial. Os seis grupos abordados demonstraram um nível relativamente baixo de afetação negativa, variando entre um escore de 1,33 para soldados do serviço interno (o índice mais baixo) e 1,77 para cabos do serviço interno (o mais alto), todos correspondendo

em nosso questionário a uma resposta entre *levemente* e *moderadamente* (Tabela 13 e Gráfico 7).

Surpreendente, também, foi constatar que o índice de impacto atribuído pouco diferiu por operacionalidade, ou seja, entre as companheiras de policiais do serviço interno e externo, com índice ligeiramente mais elevado no último grupo (1,61 contra 1,51, $p=0,680$). Este primeiro olhar confirma a hipótese de que o trabalho em policiamento ostensivo traria aumento de impacto no âmbito familiar do policial, porém esperávamos uma diferença maior nesta atribuição entre os dois grupos estudados, devido à maior exposição o policial do serviço externo aos fatores a princípio mais “impactantes” deste trabalho.

A maior variação encontrada foi entre graduações, sendo as esposas de cabos as que atribuem ao trabalho policial o maior grau de impacto negativo na família (score de 1,71 contra 1,46 dos soldados e 1,49 dos sargentos, $p=0,544$).

Tabela 13: Grau de percepção de impacto na família

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	2	4	8	4	3	8	29
<i>Levemente</i>	7	4	2	2	4	3	22
<i>Moderadamente</i>	3	8	7	4	6	5	33
<i>Muito</i>	2	5	6	2	4	4	23
<i>Extremamente</i>	1	0	1	0	1	1	4
Total	15	21	24	12	18	21	111

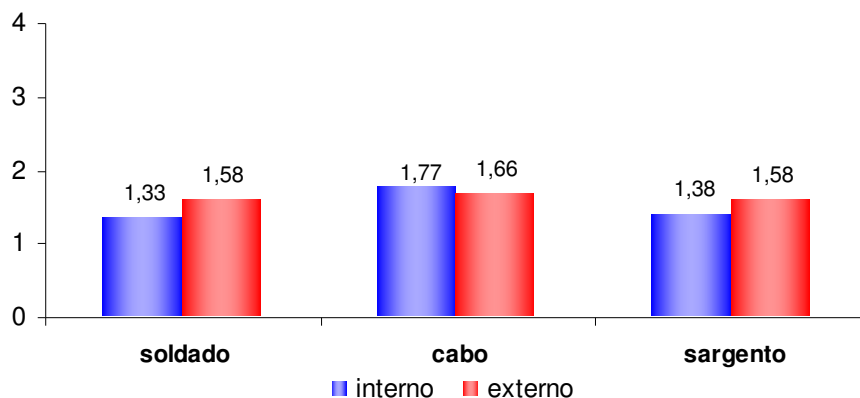


Gráfico 7: Avaliação do grau de impacto negativo na família

Fatores que mais afetam a família

A formulação da questão "*Quais seriam os fatores que mais afetam (ou afetaram) sua família?*" atendeu a um interesse em identificarmos os termos do impacto desta profissão sobre a família. Elegemos, assim, 6 opções de resposta entre fatores diretos e indiretos para averiguar o peso de cada um em relação aos outros, antes de os analisarmos em separado nos capítulos seguintes. Limitamos as possibilidades de resposta a apenas dois itens, de forma a levar as respondentes a eleger apenas os fatores de impacto negativo que percebem como mais importantes. Os fatores abordados foram: *Preocupação com a Segurança do Policial*, *Preocupação com a Segurança da Família*, *Salário*, *Horário de Trabalho do Policial*, *Atitudes do Policial em Casa* e *Outros*.

A Tabela 14 apresenta os valores absolutos e o Gráfico 8 os resultados por operacionalidade, de acordo com a frequência percentual em que cada item foi mencionado dentro do número total de respostas em cada grupo.

Os resultados obtidos destacam claramente os principais fatores de impacto: a *preocupação com a segurança do policial* e o *salário*, sendo que as companheiras de policiais do serviço externo demonstram maior grau de preocupação com a segurança do policial que as de policiais do serviço interno (40% do total de respostas do primeiro grupo contra 34% do segundo, $p=0,554$). A diferença entre estes dois grupos em relação a este fator, porém, é menor do que esperávamos, considerando que as atividades dos policiais do serviço interno não oferecem riscos diretos a estes profissionais. Abordaremos mais adiante os possíveis motivos para a relativa proximidade neste índice.

O *salário* foi o segundo fator mais citado a impactar a família, com 31% do total global de respostas. Como observamos, este fator termina por gerar efeitos sistêmicos na estrutura familiar, inclusive com a realização, por alguns policiais, de outros trabalhos para complementar seus ganhos na polícia, o que diminui seu contato com a família. Em nossos questionários, grande parte das observações escritas pelas respondentes tratou deste item, onde expressam a insatisfação com o que denominam uma desvalorização dos policiais, diante do risco que correm.

Em ordem decrescente de impacto, os outros fatores assinalados: *preocupação com a segurança da família, atitudes do policial em casa, horário de trabalho do policial e outros.*

Tabela 14: Fatores que mais afetam a família (valores absolutos)

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Preocupação com o policial</i>	10	16	16	4	14	15	75
<i>Preocupação com a família</i>	5	2	6	3	4	4	24
<i>Salário</i>	9	11	11	5	16	12	64
<i>Horário de trabalho</i>	4	3	1	0	4	4	16
<i>Atitudes do policial em casa</i>	3	3	4	2	4	5	21
<i>Outros</i>	0	0	0	1	0	0	1
Total	31	35	38	15	42	40	201

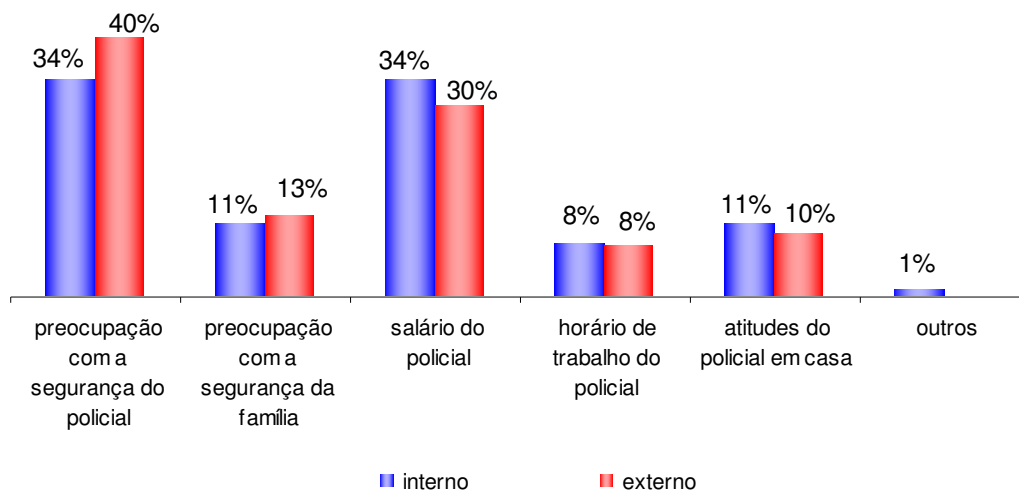


Gráfico 8: Fatores que mais afetam a família (valores percentuais - operacionalidade)

Analisando a mesma questão sob o eixo da *graduação*, podemos perceber a ação do tempo de serviço sobre a percepção dos fatores de impacto pelas companheiras de policiais. Os dados sofrem pouca alteração substancial entre as graduações, sendo mantidos os fatores de impacto observados na divisão por operacionalidade: em primeiro lugar, aparece a *preocupação com a segurança do policial* e em segundo lugar o *salário*. O que podemos observar de mais ilustrativo

neste quadro é um aumento da gradual da *preocupação com a segurança do policial*, o que contraria a noção de que a família se "acostumaria" ao risco. Como observamos no Gráfico 9, a *preocupação com a segurança da família* decresce entre soldados e cabos, e torna a subir um pouco entre as companheiras de sargentos, em uma indicação de que a percepção de risco torna-se mais localizada no policial, após um primeiro momento em que suas companheiras percebem a família como mais sujeita a riscos. Mais adiante estaremos nos referindo a outros achados obtidos a partir desta questão.

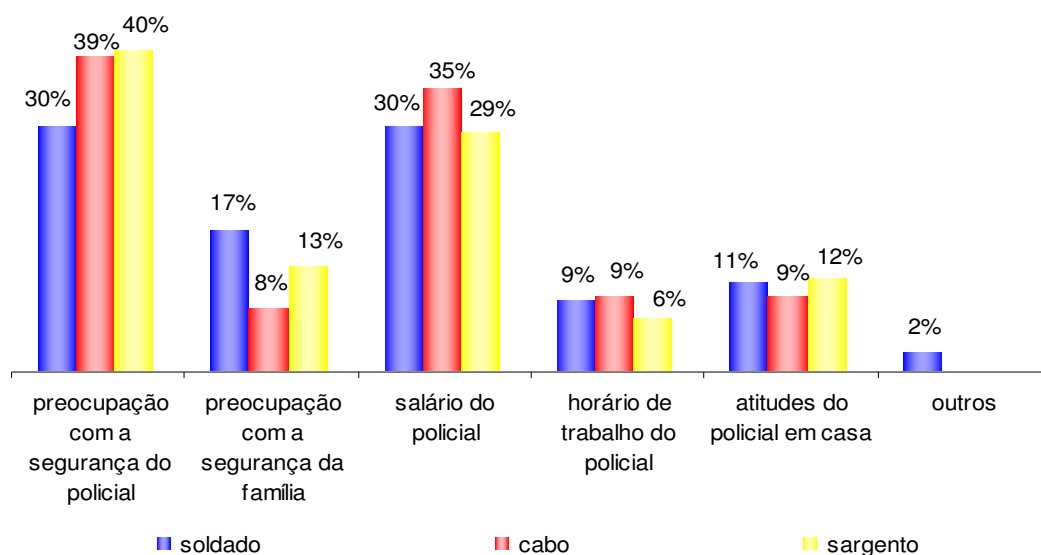


Gráfico 9: Fatores que mais afetam a família (valores percentuais - graduação)

Grau de estresse atribuído ao policial

A percepção, pelas companheiras de policiais, do grau de estresse vivido por eles, foi avaliada através da pergunta: *Você acha que o policial ao qual você é vinculada é (ou era) afetado por estresse no trabalho?* As respondentes deveriam determinar a medida de estresse percebida no policial através de 5 gradações, entre *não* e *extremamente*. A seguir, as respostas foram quantificadas em um escore de 0 a 4.

Analisando os resultados (tabela 15) de acordo com operacionalidade, nos surpreendemos ao observar que o serviço interno é percebido pelas companheiras como mais estressante para os policiais que o serviço externo (escore atribuído de 2,29 para os internos contra 2,18 para os externos, $p = 0,443$). Estes dados contrariam

nossas hipóteses de que o policiamento, o confronto armado e o risco geram um impacto especial sobre o policial, e indicam que o estresse organizacional (experimentado pelo policial do serviço interno) é um importante fator a afetar os policiais.

Através do eixo da *graduação*, observamos que as companheiras atribuem um grau crescente de estresse ao policial entre a graduação de soldado (com escore atribuído de 2,15) e as de cabo (2,25) e sargento (2,26), indicando uma tendência à estabilização após um período de aumento de estresse do policial ($p = 0,860$).

Apesar das diferenças, os dados obtidos na comparação por operacionalidade e graduação revelaram variações pequenas, nos levando a nos perguntar se é a *condição policial* que os afeta de maneira similar, ou se apenas a intensidade do impacto é similar, sendo cada grupo afetado por motivos distintos.

Tabela 15: Grau de estresse do policial percebido por suas companheiras:

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	0	2	1	1	4	1	9
<i>Levemente</i>	5	2	7	3	2	5	24
<i>Moderadamente</i>	4	7	7	1	2	2	23
<i>Muito</i>	5	7	5	7	7	9	40
<i>Extremamente</i>	1	3	3	0	3	4	14
Total	15	21	23	12	18	21	111

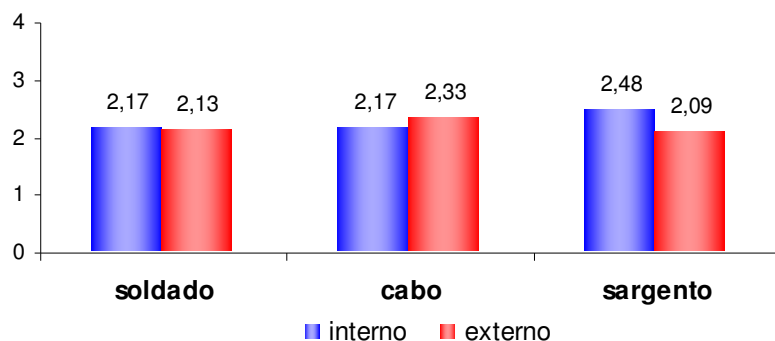


Gráfico 10: Grau de estresse do policial percebido por suas companheiras

A função amortecedora da família

Um dado que julgávamos importante analisar pôde ser obtido a partir da comparação entre o nível de afetação negativa da família e a atribuição de estresse do policial. Podemos supor que se estes resultados fossem iguais, seria indício de uma ressonância, na família, do estresse vivido pelo policial no trabalho. Caso o nível de afetação da família fosse maior que o do policial, seria indicativo de uma amplificação do estresse neste âmbito, o que poderia dificultar a convivência e gerar uma tendência à desagregação familiar. Caso a família fosse menos afetada que o policial, seria indício da existência de uma *função amortecedora* da família em relação ao impacto deste trabalho.

Pudemos notar, a partir dos dados observados, a presença de um menor grau de afetação da família que de estresse policial atribuído. A comparação entre estes dados nos permite pensar que, em sua maior parte, as famílias de nossa amostra têm bom funcionamento, caracterizando-se propriamente como um local relacional de alguma estabilidade, em contraste às dificuldades que os policiais encontram em seu trabalho. No Gráfico 11, temos uma noção mais clara da comparação entre o nível de afetação da família e de estresse policial, como percebido por suas companheiras. Nas três graduações, a família apresenta-se menos afetada que o policial. Entre os cabos, a distância entre estes dois resultados diminui suavemente, mostrando uma atribuição de impacto na família que chega um pouco mais próxima da atribuição de estresse ao policial, mas ainda se mantendo abaixo desta.

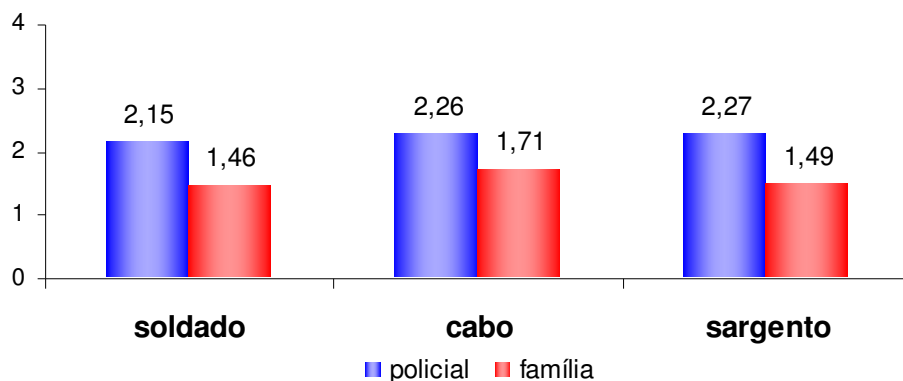


Gráfico 11: Comparativo entre afetação da família e atribuição de estresse policial

Formas de manifestação de estresse

Para determinar a maneira específica pela qual o trabalho policial incide na dinâmica de funcionamento desta família, ou seja, para compreendermos a *forma de manifestação* do estresse laboral em casa, formulamos a seguinte pergunta: *Como ele fica (ou ficava) quando tem (ou tinha) problemas no trabalho?* Condicionamos a esta pergunta a apresentação de no máximo duas respostas, entre 7 opções possíveis: *Quieto, distante / Triste, deprimido / Irritado / Agressivo / Aumenta (ou aumentava) uso de bebidas alcoólicas / Não sei / Outro – Especificar.*

A Tabela 16 apresenta os resultados por escore bruto (número de vezes em que cada item foi assinalado), e o Gráfico 12, a frequência percentual dos itens em cada grupo de operacionalidade. Os percentuais de respostas demonstram que os policiais manifestam seu estresse, predominantemente, ficando *irritados* (32% do total de respostas), e manifestando comportamento *quietos ou distantes* (30% do total). Bem abaixo destas duas formas de manifestação estão a *tristeza e depressão* (16%), seguidas de *agressividade* (9) e de *aumento do uso de álcool* (7%).

Ao analisarmos os escores por *operacionalidade* (Gráfico 12), observamos que os policiais do serviço externo apresentam um escore significativamente mais alto de comportamento *quieto e distante* que seus companheiros do serviço interno (38% contra 20% do total de respostas em cada grupo de operacionalidade, $p = 0,005$). Também apresentam um nível maior de *irritação* que estes (35% contra 29%, $p = 0,283$).

Os policiais do serviço interno, por sua vez, tiveram uma atribuição de *agressividade* maior que os do serviço externo (12% contra 6%, $p = 0,232$), o que contraria nossas hipóteses e a literatura abordada, que atribui ao policial de rua maior tendência à manifestação de agressividade em casa. Este resultado parcial é inclusive diverso dos resultados que obtivemos na análise em separado dos fatores de impacto indireto, como veremos adiante. A este grupo também foram atribuídos mais frequentemente reações de *tristeza e depressão* (22% contra 11% dos externos, $p = 0,108$), bem como *de aumento de uso de álcool* (8% contra 6%, $p = 0,788$).

Tabela 16: Manifestação de estresse no lar (frequência de respostas)

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Quieto, distante</i>	8	11	12	2	4	7	44
<i>Triste, deprimido</i>	3	5	1	5	4	5	23
<i>Irritado</i>	8	8	12	5	8	6	47
<i>Agressivo</i>	1	2	2	0	2	6	13
<i>Aumenta uso de álcool</i>	1	2	2	0	2	3	10
<i>Não sei</i>	1	1	0	0	1	0	3
<i>Outro</i>	0	0	1	2	1	2	6
Total	22	29	30	14	22	29	146

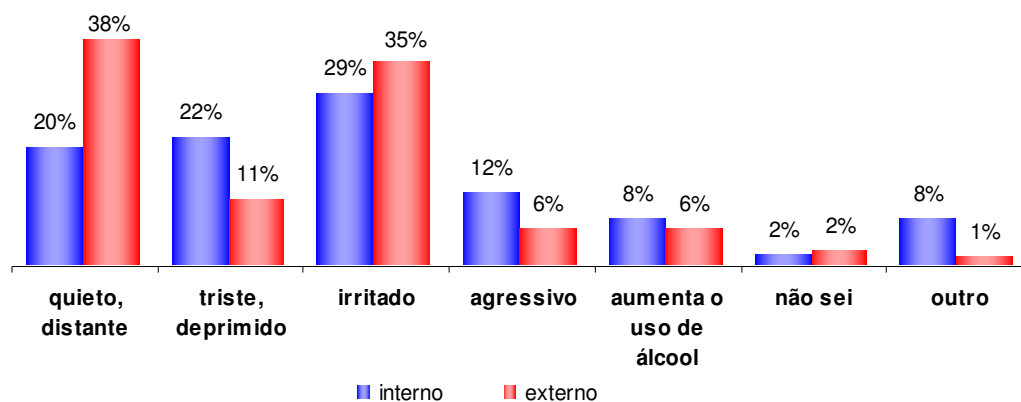


Gráfico 12: Manifestação de estresse no lar – operacionalidade

Ao abordarmos os dados por graduação (Gráfico 13), observamos como manifestações crescentes ao longo da carreira policial o comportamento *quieto e distante* ($p = 0,209$), a *agressividade* ($p = 0,068$) e o *uso de álcool* ($p = 0,320$). As atribuições de *tristeza e depressão* ($p = 0,090$) e *irritação* ($p = 0,283$), por sua vez, diminuem em nossa amostra conforme ascende a graduação do policial - e seu tempo de serviço ($p = 0,090$). Em uma tentativa de uma análise conjunta destes fatores, parece haver uma tendência na direção do isolamento dos policiais em relação às suas companheiras com o passar do tempo, as quais os percebem ao mesmo tempo como mais *distantes* e *agressivos* (dois comportamentos que evocam afastamento) e menos *tristes* (uma manifestação que evocaria afeto e cooperação).

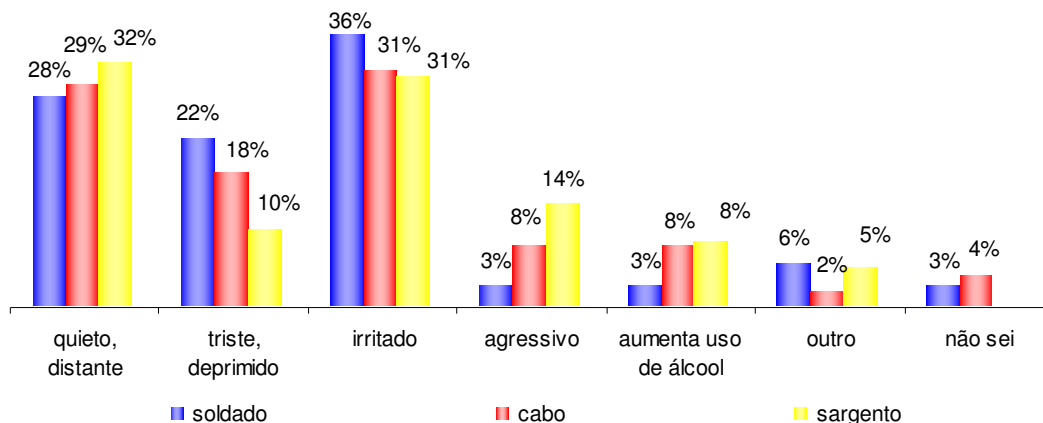


Gráfico 13: Manifestação de estresse no lar - graduação

Atribuição de estresse nos filhos

Para determinar a presença do impacto da profissão policial sobre os filhos, formulamos a pergunta: "*Você acredita que seus filhos sofram estresse pelo fato do pai ser policial?*" Cinco opções de resposta foram oferecidas, entre *não* e *extremamente*, nos permitindo a seguir obter escores numéricos de 0 a 4.

Os escores obtidos demonstram um impacto menor para os filhos de soldados (0,74) que nas duas graduações seguintes (1,35 para filhos de cabos e 1,30 para filhos de sargentos, $p = 0,130$). O único dado colhido por nós que pode explicar esta diferença é o tempo de serviço do policial, uma vez que a média de idade de filhos de soldados e cabos é praticamente a mesma, e que teriam, a princípio, condições semelhantes quanto à capacidade de compreender o que se passa com o pai.

Um dado importante observado a partir dos resultados (Tabela 17) foi a percepção de maior afetação dos filhos de policiais do serviço *externo*. Nas três graduações o escore de percepção de estresse nos filhos foi maior para este grupo, e em termos gerais, temos um sensível contraste, da ordem de 1,26 pontos para este grupo contra 1,01 para os filhos de policiais do serviço interno ($p = 0,313$). Estes resultados nos levam a atribuir a percepção de risco para o policial (pelos filhos) como fator responsável pela maior atribuição de estresse para este grupo.

Os resultados encontrados para esta questão, de maneira geral, foram menores do que esperávamos a partir de nossas hipóteses, ficando a média de suas respostas entre *levemente* e *moderadamente*.

Tabela 17: Atribuição de estresse nos filhos

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	8	4	10	8	9	10	49
<i>Levemente</i>	4	7	3	1	3	3	21
<i>Moderadamente</i>	2	3	3	2	1	3	14
<i>Muito</i>	0	3	6	1	4	3	17
<i>Extremamente</i>	1	2	2	0	1	2	8
Total	15	19	24	12	18	21	109

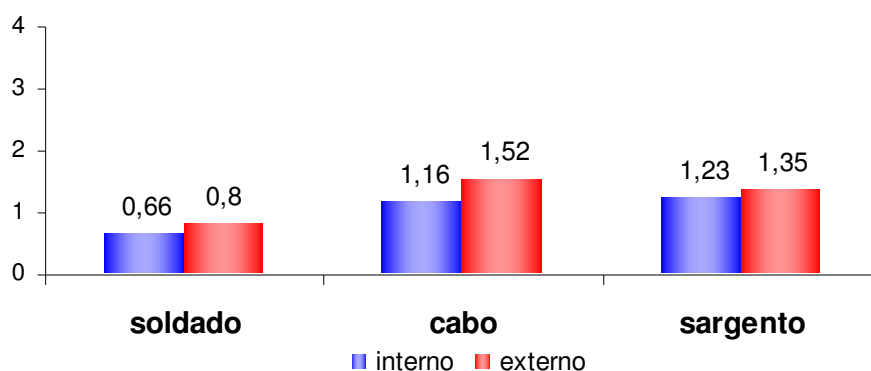


Gráfico 14: Atribuição de estresse nos filhos

Afetação do rendimento escolar

Para determinar o impacto do eventual estresse dos filhos através de um indicador mais objetivo, formulamos a questão: *Você acredita que o rendimento escolar deles (os filhos) já foi afetado por isso (trabalho dos pais)?*

Os escores obtidos a partir desta questão (Gráfico 15) foram menores que os relativos ao estresse, e demonstram que nem sempre o estresse dos filhos (como percebido pela mãe) se traduz na mesma medida em prejuízos ao rendimento escolar. O escore médio das respostas relativas a este item foi de 0,57 contra 1,17 de estresse atribuído. Estes resultados não acompanharam as tendências da questão anterior, quando os analisamos de acordo com graduação e operacionalidade. Ou seja: nem sempre os grupos percebidos como mais estressados foram os mais prejudicados em termos de rendimento escolar. Não podemos explicar estes resultados a partir de nenhum outro dado colhido em nossa pesquisa, o que enseja a necessidade de uma

análise mais aprofundada a respeito do assunto, para verificar sua pertinência e possíveis causas.

Tabela 18: Grau de afetação do rendimento escolar

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	14	10	15	8	12	17	76
<i>Levemente</i>	0	3	6	2	1	2	14
<i>Moderadamente</i>	1	2	1	1	2	1	8
<i>Muito</i>	0	1	2	0	2	0	5
<i>Extremamente</i>	0	1	0	1	1	1	4
Total	15	17	24	12	18	21	107

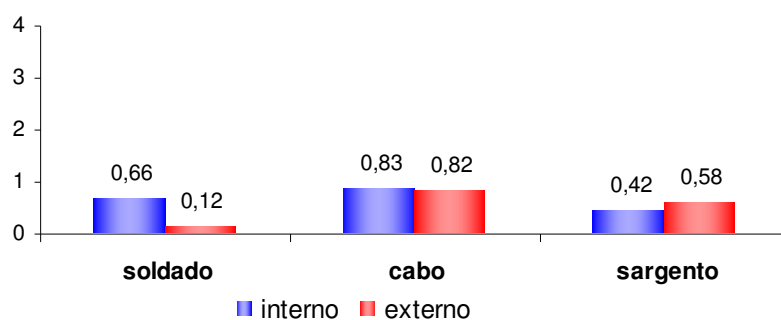


Gráfico 15: Grau de afetação do rendimento escolar

A sociabilidade da família policial-militar

Ainda em uma avaliação geral sobre o impacto do trabalho policial sobre sua família, temos um importante item a considerar: o da sociabilidade da família policial. Como observamos anteriormente, a literatura sobre a cultura policial aponta para a tendência de um fechamento destas famílias em relação a pessoas de fora da família extensa ou mesmo do círculo de relações da polícia, em um isolamento que amplificaria os problemas normalmente enfrentados por este grupo familiar.

Para analisarmos a sociabilidade das famílias de nossa amostra, elaboramos uma primeira pergunta direta: *A profissão dele (policial) restringe a vida social de sua família?* Esta questão foi analisada em cinco graus possíveis entre *não* e *extremamente*, e nos forneceu resultados que demonstram que existe a percepção da restrição social pelo trabalho policial como sendo de leve a moderada (1,67), com um

aumento gradual do nível de restrição social experimentado pela família ao longo da carreira, tanto para policiais do serviço externo quanto do interno, com escores gerais da ordem de 1,44, 1,68 e 1,80 entre as companheiras de soldados, cabos e sargentos, respectivamente ($p=0,616$). Estes resultados, expostos no Gráfico 16 por graduação e operacionalidade, nos levam a supor que a família percebe gradualmente as implicações da profissão policial para as relações sociais, passando a se fechar ou a sentir mais acentuadamente o isolamento ao longo do tempo.

O sentimento de restrição social é, de maneira geral, mais acentuado entre as esposas de policiais do serviço externo (1,82 contra 1,51 dos internos, $p = 0,217$). Este resultado está de acordo com o que ouvimos durante as entrevistas e com as nossas hipóteses, segundo as quais o policial do serviço externo evitaria se expor em horário de folga, para evitar riscos para si e para sua família. A exceção é a graduação de soldado, que aparece com um escore maior de restrição social para os policiais do serviço interno, o que pode se dever ao fato de este policial ainda não se sentir visado como os outros.

Tabela 19: Atribuição de restrição social da família pela profissão policial

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	3	5	5	3	6	7	29
<i>Levemente</i>	5	2	4	3	5	3	22
<i>Moderadamente</i>	6	6	6	3	3	5	29
<i>Muito</i>	1	4	5	2	3	3	18
<i>Extremamente</i>	0	4	4	1	1	3	13
Total	15	21	24	12	18	21	111

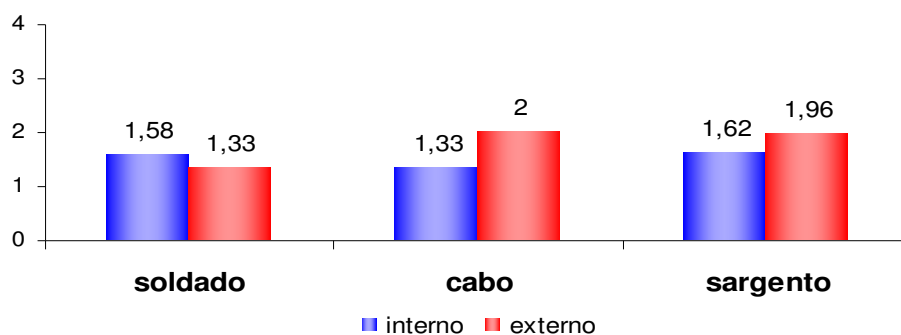


Gráfico 16: Atribuição de restrição social da família pela profissão policial

Círculos de convivência da família do policial

Para melhor avaliação da sociabilidade da família policial, incluímos em nosso questionário perguntas acerca de seu círculo habitual de relações - da frequência com que têm contato com amigos do meio policial, amigos de fora da polícia e familiares. Para cada grupo, as respondentes poderiam escolher uma dentre quatro gradações, que iam de *nenhum* (contato) a *muito*. Foram obtidos escores de 0 a 3 para cada grupo social, que ora apresentamos, segundo a graduação e operacionalidade dos policiais vinculados às respondentes.

Como podemos observar no Gráfico 17, houve total consistência nas respostas dos diversos grupos de graduação e operacionalidade quanto a um maior contato com familiares, seguido de amigos de fora da polícia, ficando por último o contato com amigos do meio policial. O grande contato com familiares está de acordo com nossas hipóteses, ficando este escore em 2,57. O grau de contato com amigos do meio policial e amigos de fora da polícia, porém, foi diverso do esperado. Acreditávamos que haveria uma tendência de diminuição de contato com indivíduos de fora da polícia, correspondente a um aumento do contato com amigos do círculo policial, como resultado da passagem do tempo na Corporação. Os dados obtidos não sustentam esta hipótese, pois observamos que o escore médio de contato com amigos de fora da polícia *aumenta* entre soldados e cabos, permanecendo estável entre os sargentos (2,00, 2,33 e 2,33 respectivamente, $p = 0,245$), e o escore médio de contato com amigos da polícia oscila, aumentando sensivelmente e depois recuando, com escores de atribuídos 2,46 para soldados, 2,64 para cabos e 2,58 para sargentos ($p = 0,753$). Estes resultados indicam, de maneira geral, que talvez a "família policial" não seja tão unida como se diz, pelo menos no convívio social. Por outro lado - e isto é um fator positivo - vemos que também não está tão isolada do restante da sociedade como propalam as noções correntes.

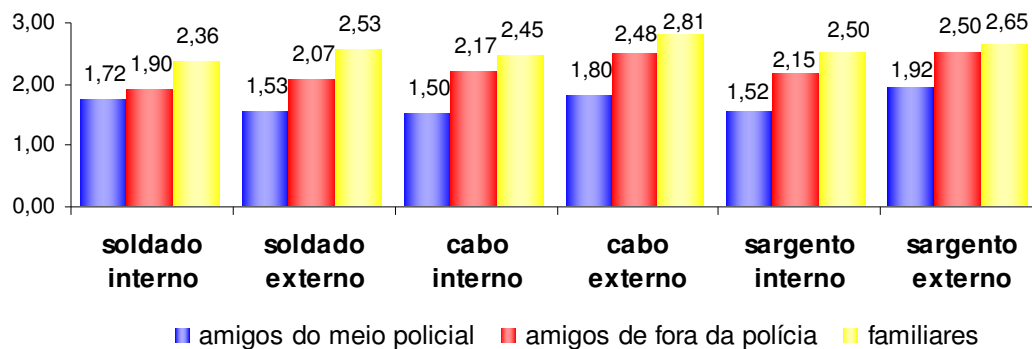


Gráfico 17: Círculos de convivência da família policial

Tabela 20: Contato com amigos do meio policial

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Muito</i>	0	5	8	2	3	0	18
<i>Mais ou menos</i>	9	7	9	5	5	14	49
<i>Pouco</i>	5	9	4	3	8	4	33
<i>Não</i>	1	0	3	1	2	3	10
Total	15	21	24	11	18	21	110

Tabela 21: Contato com amigos de fora da polícia

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Muito</i>	6	11	14	2	8	8	49
<i>Mais ou menos</i>	5	9	5	6	6	7	38
<i>Pouco</i>	3	1	3	1	3	5	16
<i>Não</i>	1	0	0	1	1	0	3
Total	15	21	22	10	18	20	106

Tabela 22: Contato com familiares

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Muito</i>	12	17	17	6	12	11	75
<i>Mais ou menos</i>	1	4	5	3	3	8	24
<i>Pouco</i>	0	0	0	2	2	1	5
<i>Não</i>	2	0	1	0	1	0	4
Total	15	21	23	11	18	20	108

4.3 - ANÁLISE DO IMPACTO DIRETO DO TRABALHO POLICIAL SOBRE A FAMÍLIA

Como vimos no subcapítulo anterior, o *salário* e o *risco* - para o policial e para a família - são percebidos pela maior parte de nossas respondentes como os fatores que mais afetam a família, os que causam maior impacto negativo. Estes três itens têm em comum o fato de se caracterizarem como fatores diretos, ou seja, são experimentados pela família independentemente da mediação do policial. Isto não significa que a relação policial-família seja isenta de desafios, o que analisaremos em separado. No presente subcapítulo, analisaremos mais detidamente os termos de incidência dos fatores *risco* e *horário de trabalho do policial*.

Preocupação com a segurança do policial

Os resultados de nossa pesquisa apontam este item como o principal fator a afetar a família do policial. Como podemos observar pelos dados expostos no item 2.1, não faltam motivos que justifiquem tais preocupações. O trabalho policial é o que mais risco traz à integridade física de seu agente em nossa sociedade; é aquele no qual, como apontaram Souza e Minayo (2003), o risco é a profissão.

Para identificarmos propriamente os grupos de famílias sobre os quais esta preocupação incide de maneira mais aguda, realizamos uma comparação da percepção de risco entre companheiras de policiais dos diferentes grupos de graduação e operacionalidade. A primeira pergunta a este respeito foi: *Você e sua família se preocupam (ou se preocupavam) com a segurança dele no trabalho?* Esta permitiu 5 gradações de resposta, entre *não* e *extremamente*, a partir das quais obtivemos um escore numérico de 0 a 4. Os resultados (Tabela 23 e Gráfico 18) indicam um grau significativamente mais elevado de preocupação com os policiais do serviço externo do que com os do serviço interno (3,53 contra 2,88, $p = 0,000$). Isto era um dado esperado, porém, ainda consideramos alto o grau de preocupação com os policiais do serviço interno, uma vez que estes não estão sujeitos à mesma realidade de confrontos que os policiais do serviço externo.

TABELA 23: Preocupação da família com a segurança do policial

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	0	0	0	0	0	1	1
<i>Levemente</i>	0	0	0	0	0	1	1
<i>Moderadamente</i>	0	0	0	1	0	4	5
<i>Muito</i>	6	10	12	9	15	9	61
<i>Extremamente</i>	9	11	12	2	3	6	43
Total	15	21	24	12	18	21	111

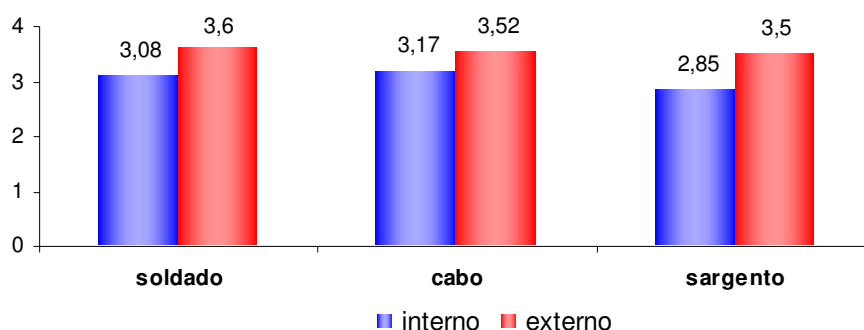


Gráfico 18: Preocupação com a segurança do policial

Para melhor compreendermos a percepção das respondentes a respeito do risco do trabalho policial, e determinarmos em que medida ele se presentifica como fato ou como possibilidade apenas, julgamos pertinente verificar seu conhecimento acerca de situações de perigo que seus companheiros teriam experimentado no trabalho. A pergunta: *"Ele já passou por alguma situação de perigo no trabalho?"* poderia nos trazer uma noção a respeito de um dado que permanece oculto nas estatísticas: o do número de policiais que passam por situações de perigo e sobrevivem, muitas vezes saindo ilesos destas. Pois, para cada PM falecido ou ferido por arma de fogo, existem muitos outros que escaparam por pouco deste destino. Observe-se, porém, que os resultados obtidos não refletem necessariamente o número de policiais que de fato passaram por perigo em seu trabalho, mas sim o número de companheiras de policiais que tomaram conhecimento destes acontecimentos na nossa amostra, podendo o número real ser ainda mais elevado que este.

A Tabela 24 e o Gráfico 19 expõem os resultados mais contundentes de nossa pesquisa até o momento, indicando que não uma maioria, mas quase a totalidade de

policiais, tanto os do serviço externo quanto interno, já passaram por alguma situação de risco em seu trabalho. Logicamente, podemos questionar as respostas das entrevistadas, quanto ao que elas entendem por risco. Mas isto não anula a radicalidade destes resultados, sem paralelo em outras profissões. Chama atenção também o número de policiais do serviço interno que já passaram por situações de risco, o que explica o alto grau de preocupação de suas companheiras com eles (cabe lembrar que muitos deles já trabalharam em serviço externo).

TABELA 24: Situação de perigo no trabalho (valores absolutos)

Graduação	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	10	1	10	0	21
Cabo	16	0	16	1	33
Sargento	21	1	18	2	42
Total	48	2	44	3	97

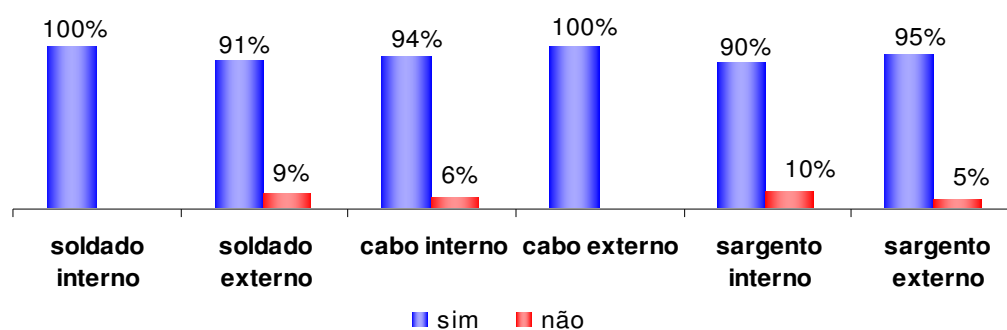


Gráfico 19: Situação de perigo no trabalho

Preocupação com a segurança da família

Como vimos anteriormente, este foi o terceiro item mais citado entre os fatores de impacto na família do policial, atrás do *risco para o policial* e do *salário*. No presente capítulo, observamos mais detidamente como este fator incide sobre as famílias de policiais de diferentes grupos de graduação e operacionalidade. Para abordá-lo, formulamos a questão: "*Você acredita que a segurança de sua família pode ser afetada pelo fato de seu companheiro (ou ex) ser policial?*". O score obtido entre 5 opções de resposta (entre *não* e *extremamente*) está exposto no Gráfico 20, que indica

uma grande proximidade entre os diversos grupos de graduação (2,55 para soldados, 2,62 para os cabos e 2,53 para os sargentos, $p = 0,955$) e operacionalidade (2,55 para os internos e 2,58 para os externos, $p = 0,975$). Podemos perceber em nossos resultados (Gráfico 20) um leve predomínio de preocupação com a segurança da família entre companheiras de policiais do serviço interno nas graduações de soldado e cabo, bem como entre as companheiras de sargentos do serviço externo. Estes resultados, por serem muito próximos, nos levam a acreditar que existe uma equivalência no (relativamente alto) impacto deste fator nestes diferentes grupos, ficando a média geral deste escore em 2,56, o que corresponderia a uma resposta entre *moderadamente* e *muito*.

TABELA 25: Preocupação com a segurança da família

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	0	3	2	1	1	4	11
<i>Levemente</i>	4	2	0	1	0	3	10
<i>Moderadamente</i>	2	3	7	1	4	3	20
<i>Muito</i>	7	7	9	7	11	4	45
<i>Extremamente</i>	2	6	6	2	2	7	25
Total	15	21	24	12	18	21	112

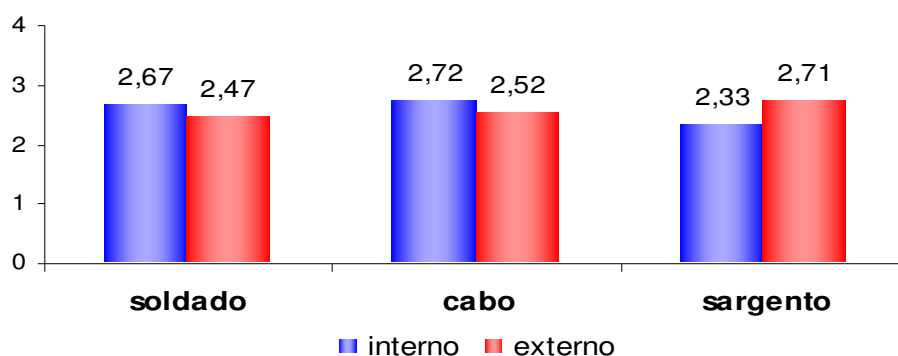


Gráfico 20: Preocupação com a segurança da família

Incidência de situações de risco

O grau de preocupação ou percepção de risco pode estar associado ou não à vivência específica de alguma situação perigosa. No caso das famílias de policiais, existem diversas situações que podem torná-las mais suscetíveis a riscos: o policial

pode ser reconhecido em horário de folga por marginais, pode se ver impelido a atuar em ocorrência como policial, ou ter maior tendência a reagir a assaltos, pelo fato de frequentemente usar a arma fora do horário de serviço. Na tentativa de traçar um perfil da incidência direta do fator *periculosidade para a família do policial*, formulamos três perguntas. A primeira delas é: "Você ou alguém de sua família já passou por alguma situação de perigo com ele?". Os resultados obtidos nos mostram que 31% das respondentes já passaram por alguma situação de risco com o policial. Na análise por operacionalidade, observamos uma proporção ligeiramente maior de situações de risco entre as famílias de policiais do serviço externo (32% contra 29% do serviço interno, $p = 0,798$). Esperávamos uma diferença maior nestes termos, uma vez que o policial do serviço externo seria mais sujeito a ser reconhecido nas ruas e, por isto, estaria mais exposto a situações de risco.

Na análise deste quesito por graduação, observamos que a incidência de situações de risco tende a aumentar ao longo da carreira policial, com 26% dos soldados, 31% dos cabos e 33% dos sargentos ($p = 0,518$). Entendemos este aumento como consequência do maior tempo de exposição da família a esta possibilidade, e do maior tempo de exposição pública como policial.

TABELA 26: Incidência de situações de risco da família com o policial

Graduação	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	4	11	3	9	27
Cabo	7	14	5	13	39
Sargento	8	16	7	14	45
Total	19	41	15	36	111

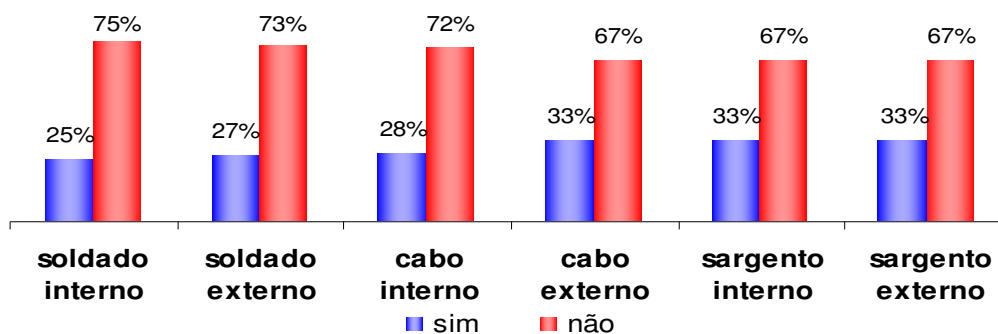


Gráfico 21: Incidência de situações de risco da família com o policial

Natureza do incidente de risco

Buscamos analisar as causas das situações de risco enfrentadas pela família, observando a possibilidade de terem sido precipitadas ou agravadas pela profissão policial, através da pergunta: "*Caso positivo* [caso tenham passado por alguma situação de risco junto ao policial], *por qual motivo?*" Quatro alternativas de resposta foram oferecidas: (*o policial*) *Reagiu a assalto / Atuou em ocorrência como policial / Envolveu-se em agressão / Outro*. Na Tabela 27, temos os resultados absolutos relativos às causas da situação de risco. No Gráfico 22, os percentuais de cada tipo de situação. Os resultados apontam que a atuação como policial ocorreu em 24% dos casos em que a família esteve em risco. Enquanto isto já seria um dado revelador, não devemos descartar a possibilidade de parte das outras situações estarem, igualmente, relacionadas à profissão policial, devido ao fato de o policial normalmente andar armado. O envolvimento em agressão (16%) e as situações descritas como *outras* (41%), podem, igualmente, guardar alguma relação com esta profissão, porém não as examinamos mais a fundo em nossa pesquisa.

TABELA 27: Natureza dos incidentes de risco da família com o policial

Opções de Respostas	Situação do policial						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Reagiu a assalto</i>	1	0	0	0	0	4	6
<i>Atuou como policial</i>	1	1	3	1	0	2	9
<i>Envolveu-se em agressão</i>	1	2	1	2	1	1	6
<i>Outro</i>	2	4	6	4	1	1	15
Total	5	7	10	7	2	8	33

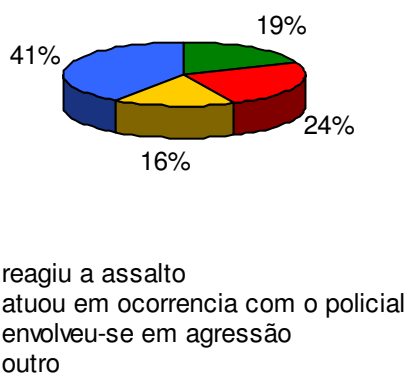


Gráfico 22: Situações de risco da família junto ao policial (percentuais)

Uso da arma fora de serviço e risco para a família

Para melhor inferir a presença do risco e avaliar a forma como o policial se posiciona diante deste quando em folga, incluímos em nosso questionário uma questão referente ao uso de arma fora de serviço, o que inclui os momentos em que ele está com sua família. A seguir, realizamos uma comparação da incidência de situações de risco entre as famílias de policiais que usam arma fora de serviço e as dos que não usam. Um total de 76 mulheres respondeu que seu companheiro usa arma fora de serviço, contra 35 que responderam que ele não anda armado normalmente, o que em termos percentuais resulta em um índice de 68% armados. O índice de respondentes que indicam já ter passado por situação de risco junto ao policial é semelhante: 34 relatam que já passaram por alguma situação perigosa com ele e 77 dizem nunca terem passado por perigo com o policial, o que resulta em 31% de incidência de situações de risco em nossa amostra.

Analisando tal incidência separadamente, entre o grupo "armado" e o "desarmado", encontramos um surpreendente empate nos resultados. Do grupo "armado", 23 relatam ter passado por alguma situação de risco com o policial, e 52 afirmam não ter passado por isto, o que resulta em uma incidência de risco de 31% neste grupo. A mesma percentagem foi encontrada no grupo "desarmado", com 11 que já passaram por perigo com o policial contra 24 que não viveram esta situação.

Estes resultados são surpreendentes, e não nos trazem uma resposta definitiva sobre as vantagens ou desvantagens quanto ao uso da arma fora de serviço pelo policial.

Horário de trabalho

O horário de trabalho foi o fator circunstancial, ou de impacto direto, menos mencionado como afetando a família. Mesmo não aparecendo como representativo em termos comparativos com outros fatores, acreditamos que ele poderia, em termos absolutos, representar uma fonte de dificuldades para o convívio desta família, face à pouco convencional rotina de trabalho do policial, muitas vezes realizado em turnos e com ausências prolongadas devido a serviços extras na Corporação, ou mesmo fora dela.

Para melhor consideração acerca do impacto do horário de trabalho sobre a família do policial, formulamos a pergunta: "*Você considera que o tempo que você ou seus filhos convivem (ou conviviam) com ele é suficiente?*". Condicionamos a esta questão apenas duas possibilidades de resposta: *sim* ou *não*. A idéia de não incluir a possibilidade de respostas em gradações atendeu ao interesse em levar as respondentes a estabelecer um julgamento em termos mais definitivos a este respeito.

Ao analisarmos os resultados por operacionalidade, observamos que as companheiras de policiais do serviço *externo* demonstram maior insatisfação com o tempo de convívio do policial com a família, com 61% das respostas apontando que o tempo de convívio é insuficiente. As companheiras de policiais do serviço interno, por sua vez, apresentam-se em sua maioria satisfeitas com o tempo de convívio com o policial, com 60% das respostas apontando neste sentido. Tal resultado pode estar relacionado ao fato de o policial do serviço externo trabalhar em turnos, enquanto o de serviço interno trabalha em horário de expediente (9hs às 17hs).

Ao analisarmos os resultados por graduação, observamos que entre as companheiras de soldados predomina o sentimento de que o tempo de convívio com o policial é suficiente (65% das respostas). Entre as companheiras de cabos esta tendência se inverte (43% satisfeitas), e entre as de sargentos há uma divisão em termos de operacionalidade: as companheiras de sargentos do serviço externo demonstram insatisfação, e as do serviço interno dizem que seu convívio é suficiente, em uma média entre estes dois grupos de 42% satisfeitas em relação a este tempo de convívio.

Tabela 28: Tempo de convivência com policial

Graduação	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	7	6	8	2	23
Cabo	7	9	6	8	30
Sargento	4	13	10	6	33
Total	18	28	24	16	86

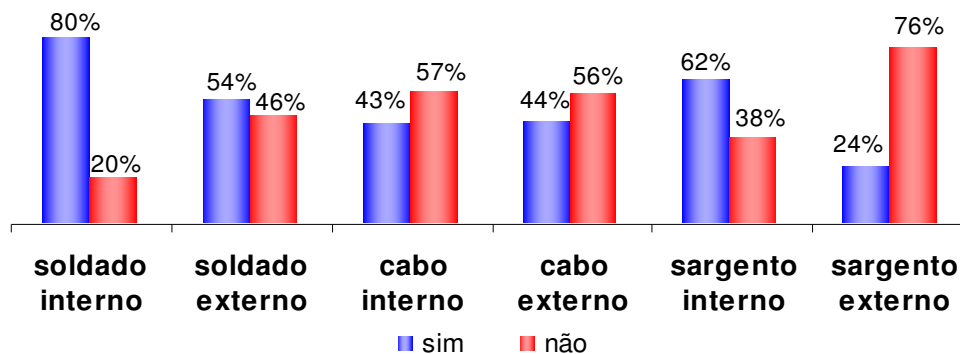


Gráfico 23: Tempo de convivência com o policial (valores percentuais)

Trabalho fora da Corporação

Julgamos que seria pertinente, em uma tentativa de melhor compreender as causas da satisfação ou insatisfação em relação ao tempo de convívio com o policial, a comparação destes dados com aqueles referentes à realização de trabalho, pelo policial, fora do âmbito da Corporação. Para realizar nossa análise, separamos a amostra em dois grupos, de acordo com a realização ou não de atividade paralela. Os resultados indicam que o trabalho fora da Corporação é responsável por prejuízo importante do convívio dos policiais com suas famílias. A insatisfação quanto a este tópico foi manifestada por 68% das companheiras dos policiais que exercem atividade extra, contra 48% no grupo vinculado aos policiais que trabalham somente na Corporação.

Tabela 29: Atividade extra e convívio familiar

	Companheiras satisfeitas com o convívio	Companheiras insatisfeitas com o convívio
Policial exerce atividade paralela	10	21
Policial não exerce atividade paralela	21	19

Tabela 30: Policiais que exercem outra atividade profissional

Graduação	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	5	9	4	6	24
Cabo	11	9	9	9	38
Sargento	7	16	6	13	42
Total	23	34	19	28	104

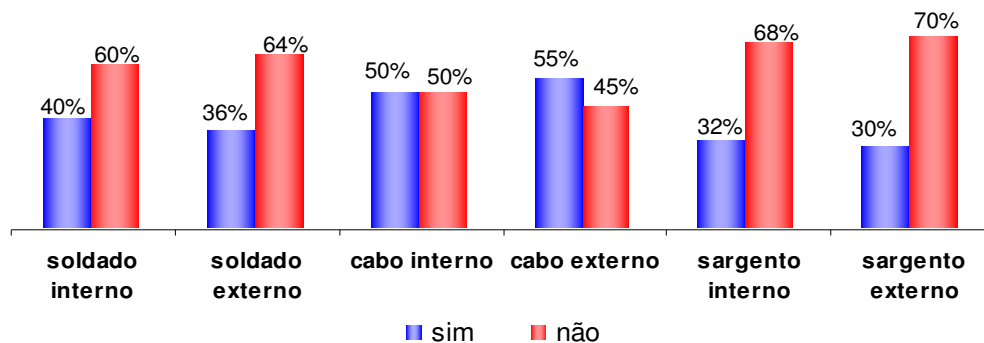


Gráfico 24: Policiais que exerce outra atividade profissional

4.4 - ANÁLISE DO IMPACTO INDIRETO DO TRABALHO POLICIAL SOBRE A FAMÍLIA

O peso relativo dos fatores indiretos foi representado no subcapítulo 4.2, *Introdução aos fatores de impacto na família*, sob a égide "*atitudes do policial em casa*". Certamente, trata-se de um termo por demais sintético para descrever uma ampla gama de comportamentos, costumes e reações possíveis do policial sob diversas circunstâncias, que configuram seu modo de ser em família. Tal denominação atendeu à necessidade de estabelecermos o peso relativo destes fatores, comparando-os com fatores de outra ordem. Nesta comparação, este grupo de fatores foi o quarto colocado em número de menções, com 10% do total de respostas. Munidos de tais resultados, podemos agora realizar uma análise mais pormenorizada das diversas formas de manifestação do modo de ser do policial em família.

Para melhor apreciação do que compreendemos por fatores de impacto indireto, dividimos suas manifestações em dois grupos principais: um relativo a uma hipotética "*identidade policial*" e outro relacionado a efeitos do *estresse laboral*, que estariam presentes não como traços personalógicos "neutros", mas como padrões de comportamento que denotariam algum desequilíbrio nas relações do policial com sua família.

É fato que pode existir uma estreita ligação entre traços específicos de personalidade e distúrbios de relacionamento, bem como distúrbios derivados do estresse podem modificar o que entendemos como a "personalidade" do indivíduo,

conformando um verdadeiro ciclo de influências causais, o que torna difícil delimitar as fronteiras de cada manifestação. De qualquer forma, julgamos poder, para efeitos heurísticos, separar as manifestações em dois grupos, de acordo com a presença ou ausência, em cada uma delas, de indícios de distúrbios de relacionamento do policial com sua família.

Para melhor apreciação da influência do impacto indireto do trabalho policial sobre diversos tipos de famílias, optamos por incluir neste capítulo alguns dados obtidos junto a ex-companheiras de policiais. Nossas hipóteses se baseiam na noção de que estas teriam uma vivência mais adversa com o policial que o grupo de atuais companheiras, o que se refletiria nos fatores analisados. Dado este fato, julgamos importante incluir aqui estes dados, embora observando que o tamanho desta amostra em nossa pesquisa é reduzido (contamos com 11 respondentes nesta situação), servindo mais como uma estimativa inicial a respeito deste grupo, e enriquecendo nossa análise sobre o grupo das atuais companheiras a partir desta comparação.

Os dados obtidos junto às atuais companheiras serão tratados como até o momento o foram, de acordo com a operacionalidade e graduação dos policiais a elas vinculados. Apenas no final de cada tópico, os escores médios do total da amostra de atuais companheiras serão comparados com os escores das separadas.

Mudanças personalógicas ao entrar na Corporação

A primeira pergunta a respeito do impacto indireto refere-se à percepção das respondentes quanto a mudanças na personalidade do policial desde sua entrada na Corporação. A formulação desta pergunta se deu a partir de falas freqüentes na clínica psicológica de policiais e seus familiares, segundo os quais mudanças neste sentido poderiam ocorrer como conseqüência da entrada do indivíduo na Polícia (como também apontamos no subcapítulo 2.2).

A questão referente a este ponto foi formulada da seguinte maneira: "*Você considera que ele (o policial em questão) mudou após entrar para a polícia?*". As possibilidades de respostas oferecidas foram: *Mudou para melhor / Não mudou muito / Mudou para pior / Não sei*. Os resultados expressos na Tabela 31 e no Gráfico 25 (percentagem) indicam que 52% das atuais companheiras não atribuem maiores

modificações na personalidade do policial após a entrada na Corporação, contra 60% das separadas. No grupo de separadas, porém, nenhuma das respondentes apontou modificações positivas após a entrada do ex-companheiro na polícia, contra 10% do total de casadas. No mesmo sentido, temos 30% das separadas atribuindo mudanças negativas no policial após a entrada na polícia, contra 18% das casadas ($p = 0,199$).

Em suma: como hipotetizado, as mulheres separadas em nossa amostra têm maior tendência de atribuir ao policial modificações negativas após a entrada na polícia que as atuais companheiras de policiais. Esta diferença demonstra que o trabalho policial pode ter tido um impacto maior sobre estas famílias que nas famílias das respondentes casadas, e contribuído de alguma forma para o término destas relações.

Estes resultados, se não se conformam como definitivos devido ao tamanho reduzido de nossa amostra (principalmente de mulheres separadas), podem ter a função de nos balizar para a análise das outras questões referentes à identidade policial na família, nos dando a noção de que os resultados negativos ou positivos que porventura apareçam mais adiante são apenas parcialmente atribuídos pelas respondentes ao trabalho policial.

Tabela 31: Modificação após entrada na polícia

Opções de Respostas	Situação de Serviço do Policial						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Mudou para melhor</i>	4	0	2	0	3	2	11
<i>Não mudou</i>	6	15	13	6	7	9	56
<i>Mudou para pior</i>	4	3	3	2	3	4	19
<i>Não sabe</i>	1	3	5	3	5	5	22
Total	15	21	23	11	18	20	108

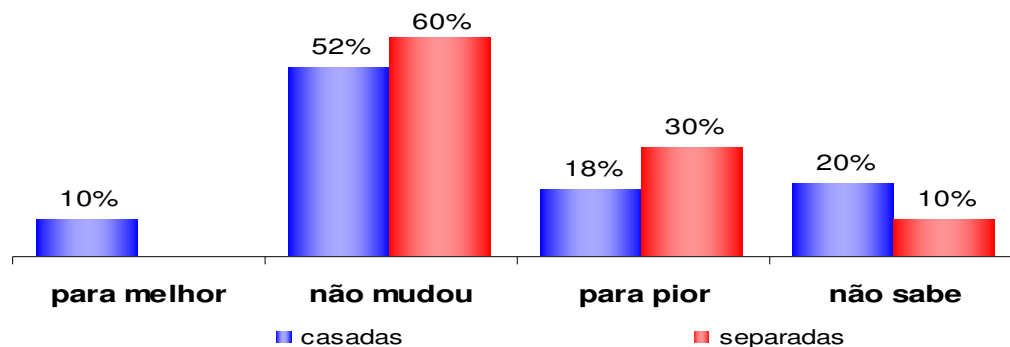


Gráfico 25: Modificação após entrada na polícia (percentual)

4.4.1 - FATORES IDENTITÁRIOS

A seguir, analisaremos os resultados obtidos a partir de perguntas referentes a itens atribuídos comumente na literatura à hipotética *personalidade policial*, mais especificamente no que diz respeito à interação do policial com sua família. As questões tiveram como objetivo avaliar a atribuição das companheiras quanto aos itens: *comunicação sobre o trabalho policial / autoritarismo / grau de manifestação de afeto e presença na criação dos filhos*. As respostas das atuais companheiras estão comparadas por graduação e operacionalidade dos policiais, e seus escores médios são posteriormente comparados com os das separadas.

Comunicação sobre o trabalho policial

Como mencionamos anteriormente, a literatura por nós abordada refere-se a uma tendência de o policial não se comunicar com seus familiares a respeito de seu trabalho, o que teria como objetivo inicial poupá-los de preocupações, mas traria como efeito colateral tornar o policial mais isolado de seus familiares. Para avaliar a percepção da existência de tal fechamento entre as respondentes, incluímos em nosso questionário a pergunta: "*Ele costuma (ou costumava) falar do trabalho em casa?*". Foram oferecidas 4 possibilidades de resposta: *Muito / Mais ou menos / Pouco e Não*, que nos permitiram chegar a um escore numérico de 0 a 3. Em termos gerais, tivemos um escore médio nas respostas de 1,68 entre as atuais companheiras, indicando que, se o policial não se caracteriza pela abertura quanto a seu trabalho, também não se fecha extremamente, ou pelo menos consegue passar a impressão de que fala suficientemente do trabalho para sua companheira.

Comparando as respostas por graduação, notamos pequena oscilação entre os escores: os soldados tiveram média de 1,67 pontos, os cabos de 1,77 e os sargentos de 1,62 ($p = 0,935$). Em termos de operacionalidade, temos um escore maior para os policiais do serviço interno, com média de 1,86, contra 1,53 dos policiais do serviço externo ($p = 0,110$). Esta diferença, embora pequena, corrobora nossas hipóteses de que os policiais do serviço externo seriam mais reservados em relação ao trabalho, o que atribuímos à natureza de suas atividades, por vezes muito extrema para ser

abordada com a família. Tal diferença se mostra de forma mais clara quando notamos que os policiais do serviço externo se tornam mais fechados em relação ao trabalho com o passar do tempo na polícia (ver no gráfico 26, por graduação dos policiais de serviço externo), e os policiais do serviço interno apresentam tendência oposta a esta.

Tabela 32: Comunicação sobre o trabalho com a companheira

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Muito</i>	3	5	2	2	6	8	26
<i>Mais ou menos</i>	7	8	8	5	4	7	39
<i>Pouco</i>	4	5	7	2	7	6	31
<i>Não</i>	1	3	7	3	1	0	15
Total	15	21	24	12	18	21	111

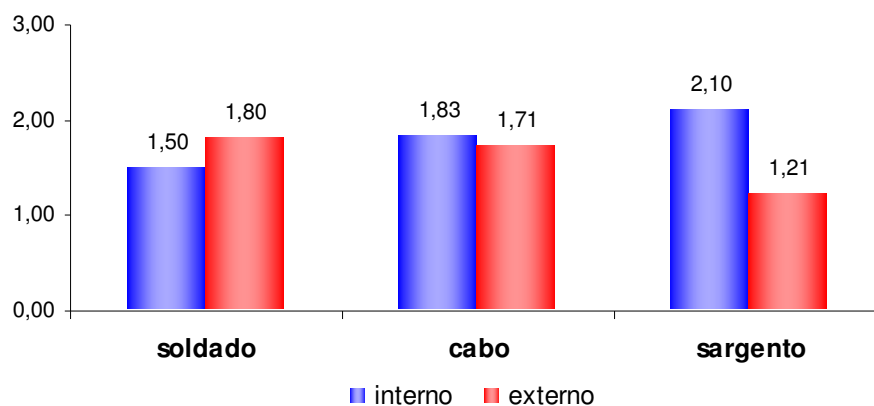


Gráfico 26: Comunicação sobre o trabalho policial

Comparando os resultados das atuais companheiras com as separadas (Gráfico 27), temos escores mais elevados para o primeiro grupo (1,68 contra 1,27 das separadas, $p = 0,008$), o que nos leva a supor que, em conjugação com outras características, a menor comunicação sobre o trabalho pode ser indicativo de relacionamentos menos funcionais. Os dois grupos, de todo modo, apresentaram escores medianos (que se situariam entre as respostas “fala pouco” e “mais ou menos”), indicando que o policial não é tão reservado como se supunha. Para dizê-lo com maior segurança, entretanto, seria necessário comparar estes resultados com os

de outras categorias profissionais, ou mesmo em uma pesquisa junto a policiais, pois eles teriam melhor a medida do quanto revelam ou escondem de suas companheiras.

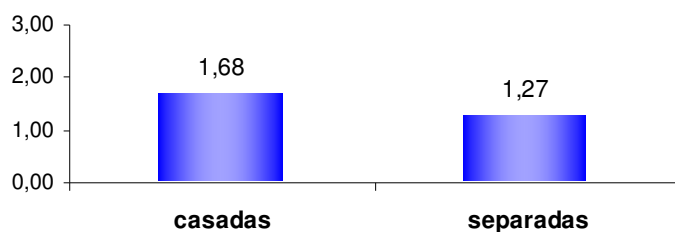


Gráfico 27: Comunicação sobre o trabalho policial (casadas e separadas)

Autoritarismo

O autoritarismo, como observamos no subcapítulo 2.1, é um dos principais fatores atribuídos ao policial na literatura sobre a identidade deste profissional. Segundo diversos autores (abordados no subcapítulo 2.2), o trabalho nas ruas estimularia o desenvolvimento desta característica, pois da "voz de comando" dependeria a capacidade de o policial se impor enquanto agente da lei. Assim, supúnhamos que haveria uma transferência significativa deste traço da identidade profissional para a vida familiar do policial, principalmente entre os policiais do serviço externo. Ao analisar os resultados das respondentes casadas, porém, observamos que este dito autoritarismo não parece se transferir para o âmbito doméstico da maneira prevista, sendo os valores atribuídos pelas respondentes a policiais do serviço interno superiores aos atribuídos aos do serviço externo (1,60 contra 1,42, $p = 0,589$). Mais uma vez, cabe a observação de que muitos policiais de serviço interno já passaram pelo serviço externo, e disto poderia advir seu maior grau de autoritarismo. Não nos parece razoável, porém, atribuir ao serviço de policiamento realizado em épocas remotas este índice, pois julgamos improvável que uma característica perdesse de tal forma sem fatores mantenedores no presente. Uma explicação para estes resultados poderia residir no fato de que, no serviço interno, os policiais estão em contato mais próximo com chefias mais graduadas, e isto incrementaria suas noções de hierarquia, as quais seriam transferidas para seu âmbito doméstico.

Analisando os resultados por graduação, observamos uma elevação da atribuição de autoritarismo do policial (com escores de 1,16, 1,57 e 1,67 para soldados, cabos e sargentos, respectivamente, com $p = 0,129$), o que nos leva a supor que a noção de subordinação e mando, vivenciada na Corporação, se intensifica ao longo da carreira.

TABELA 33: Grau de autoritarismo atribuído aos policiais

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Muito</i>	2	4	5	1	5	4	21
<i>Mais ou menos</i>	2	6	7	7	5	7	34
<i>Pouco</i>	2	5	4	0	1	3	15
<i>Não</i>	8	3	4	3	6	3	27
Total	14	18	20	11	17	17	97

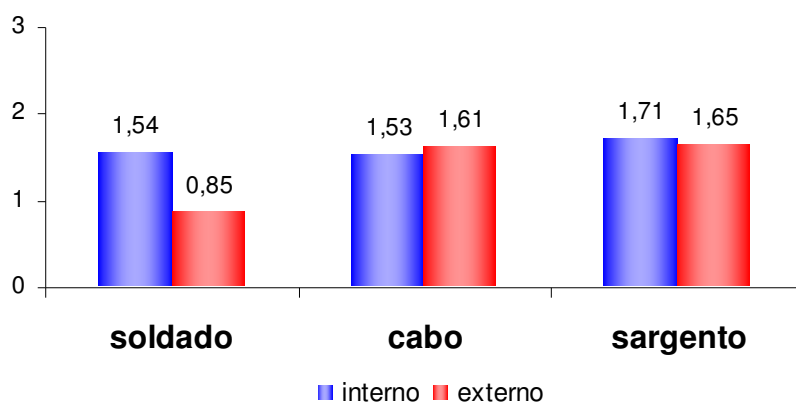


Gráfico 28: Grau de autoritarismo atribuído aos policiais

Entre as respondentes separadas, a atribuição de autoritarismo foi levemente superior à das casadas (1,7 contra 1,5, $p = 0,019$). Este resultado indica que este fator pode se constituir, também, como parte integrante de uma série de atributos no policial que levariam à dissolução de relacionamentos conjugais.

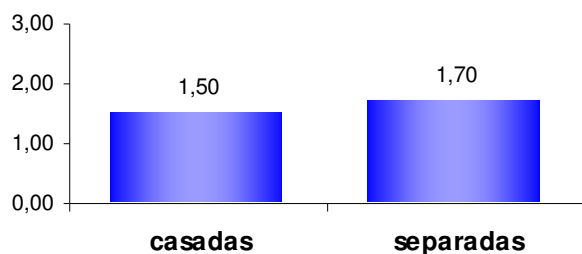


Gráfico 29: Grau de autoritarismo (casadas e separadas)

Manifestação de Afeto

Ainda nos remetendo ao subcapítulo 2.2, supomos de que o policial teria a tendência de se manter emocionalmente distante de sua família, como consequência da necessidade de controlar suas emoções diante dos infortúnios que presencia, e do esforço em manter a postura inabalável requerida por sua identidade profissional. Os resultados encontrados em nossa pesquisa entre respondentes casadas apontam para uma direção bem diversa desta, sendo atribuído ao policial um alto índice de expressão de afetividade junto a seus familiares (Tabela 34 e Gráfico 30). A pergunta “[em casa] *Ele é afetuoso?*” permitiu quatro níveis de resposta, entre *não* e *muito*, e nos possibilitou chegar a escores que nos mostram um alto nível geral de expressão de afetividade, com média de 2,41, entre 3 pontos possíveis.

Na análise por graduação, observamos uma tendência à diminuição da expressão de afeto, com índice atribuído a soldados, cabos e sargentos de 2,54, 2,43 e 2,31 respectivamente ($p = 0,449$). Esta tendência pode estar relacionada à profissão policial, ou mesmo a uma possível acomodação dos indivíduos com o passar do tempo de relacionamento. Na análise por operacionalidade, os policiais do serviço interno apresentaram escores mais elevados, porém muito próximos aos dos policiais do serviço externo (2,43 contra 2,40, $p = 0,614$).

TABELA 34: Manifestação de afeto do policial junto à família

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Muito</i>	10	9	12	6	11	9	57
<i>Mais ou menos</i>	3	7	5	2	7	7	31
<i>Pouco</i>	1	2	1	2	0	2	8
<i>Não</i>	0	1	2	0	0	1	4
Total	14	19	20	10	18	19	101

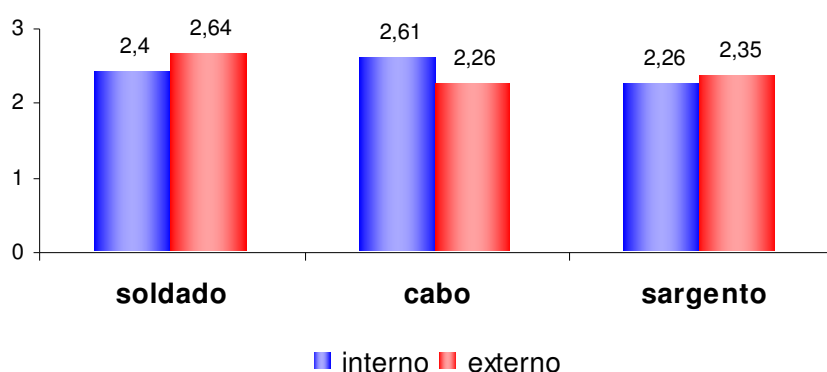


Gráfico 30: Manifestação de afeto do policial junto à família

Observamos uma diferença significativa ($p = 0,046$) nestes escores entre o grupo de companheiras atuais e separadas (2,41 e 1,77, respectivamente), indicando a (ausência de) manifestação de afeto como o principal fator observado por nós associado à dissolução de relacionamentos dos policiais. Pelo que observamos (Gráfico 31), a ausência das manifestações “positivas” parece ter contribuído mais para a dissolução destes relacionamentos que a presença de manifestações personalógicas “negativas” (autoritarismo e distanciamento).

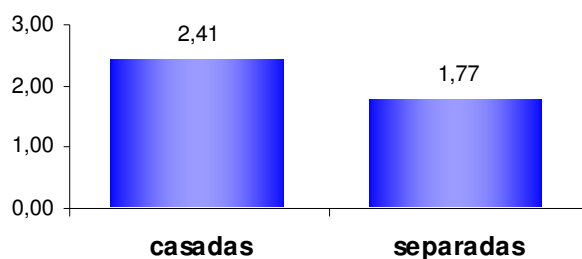


Gráfico 31: Manifestação de afeto (casadas e separadas)

Presença na criação dos filhos

Completando a análise da influência de fatores identitários do policial em sua relação com seus familiares, inquirimos sobre o quanto ele seria presente na criação de seus filhos. Também aqui esperávamos um escore relativamente baixo, devido às hipóteses formuladas através da literatura e do que observamos na clínica psicológica na Corporação. Os resultados neste item mais uma vez nos surpreenderam, tendo os grupos analisados atribuído uma presença significativa do policial na criação de seus filhos. Os resultados obtidos em termos de graduação e de operacionalidade foram similares, com média de 2,63 para os policiais do serviço interno e 2,67 para os do serviço externo ($p = 0,327$). Observamos um suave decréscimo na atribuição de presença junto aos filhos entre as graduações de soldado (2,73) e cabo (2,70), o qual se faz mais acentuado entre os sargentos (2,55, $p = 0,275$). Os resultados atribuídos a este último grupo podem estar relacionados à idade de seus filhos, que não requereriam tanta atenção quanto os filhos de cabos e soldados (mais novos).

TABELA 35: Presença do policial na criação dos filhos

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Muito</i>	12	15	17	10	14	14	82
<i>Mais ou menos</i>	1	3	4	1	3	6	18
<i>Pouco</i>	1	1	2	0	0	0	4
<i>Não</i>	0	0	1	1	1	1	4
Total	14	19	24	12	18	21	108

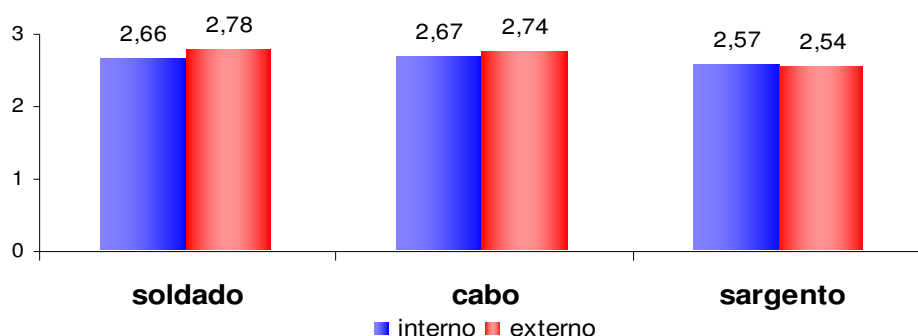


Gráfico 32: Presença na criação dos filhos

Entre as respondentes separadas, houve uma atribuição significativamente menor de presença do policial junto aos filhos, da ordem de 1,36 contra 2,65 das casadas ($p = 0,003$). Quando nos reportamos a outra pergunta formulada no mesmo sentido: "*O tempo que seus filhos convivem com ele é suficiente?*", também notamos uma importante diferença entre estes grupos: entre as casadas, 51% consideram que o tempo de convívio dos filhos com o policial *não* é suficiente. Entre as separadas, tal número atingiu 100% das respostas. Tal ausência pode ser atribuída ao fato de os policiais separados não morarem com seus filhos, mas também pode indicar uma tendência que já existia enquanto estavam casados. Não poderemos verificar a natureza desta ausência, portanto não teremos condições de saber se este é um fator indicativo de maior predisposição à separação, ou resultado desta.

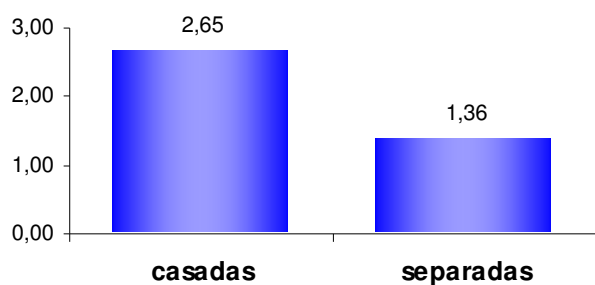


Gráfico 33: Presença na criação dos filhos (separadas e casadas)

4.4.2 - FATORES RELACIONADOS AO ESTRESSE E DESGASTE MENTAL

O próximo grupo de fatores, como observamos anteriormente, guarda estreita relação com o grupo de fatores identitários. Na verdade, podemos dizer que eles também conformam, em certa medida, aspectos da identidade do indivíduo, uma vez que se referem a padrões de comportamento usuais ou de reação diante de uma situação estressante. Ainda mais: nem mesmo podemos afirmar com segurança que as tendências ora expostas são resultado de estresse laboral. Para examinar as causas *reais* das manifestações a seguir analisadas, necessitaríamos de um espaço maior do que nos permite o presente trabalho; aqui as consideramos desta forma por estarem comumente associados na literatura a maior desgaste laboral, vide os autores

abordados no subcapítulo 2.2. O que caracteriza estes comportamentos com mais propriedade é sua condição de manifestações francamente adversas do policial no convívio com seus familiares, diferentemente dos aspectos personalógicos, que podem se constituir como características um pouco mais “neutras” em termos valorativos.

Investigamos a medida de três elementos específicos neste sentido: presença de *agressão verbal*, *agressão física* e *nível de uso de álcool*. Os dados do grupo de mulheres casadas deverão ser analisados nos termos já utilizados de operacionalidade e graduação. Posteriormente, traçaremos comparações entre os escores das casadas (em conjunto) e das separadas.

Agressão verbal

Os escores médios atribuídos à agressão verbal por parte dos policiais entre as respondentes casadas foram da ordem de 1,36, com pequena variação ascendente entre as graduações: os soldados receberam escores médios de 1,04, os cabos de 1,13 e os sargentos de 1,20 ($p = 0,979$). Estes achados estão de acordo com o observado no subcapítulo 4.2, onde notamos que as atribuições de agressividade do policial aumentam de acordo com a ascensão entre as graduações.

Ao analisar os escores por operacionalidade, temos um índice atribuído de agressão verbal maior para os policiais do serviço externo: 1,23 contra 1,02 dos policiais do serviço interno, o que aponta para uma maior tendência deste grupo em direcionar ao outro sua agressividade ($p = 0,255$).

TABELA 36: Atribuição de agressão verbal ao policial

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	6	8	10	5	11	12	52
<i>Leve</i>	5	4	4	2	3	2	20
<i>Moderada</i>	3	5	5	2	1	2	18
<i>Grande</i>	1	1	3	1	2	3	11
<i>Extrema</i>	0	3	2	1	1	2	9
Total	15	21	24	11	18	21	111

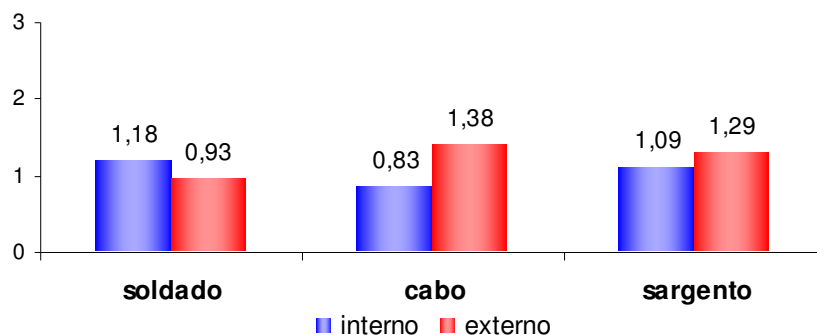


Gráfico 34: Atribuição de agressão verbal pelo policial

Entre as respondentes separadas, notamos um índice de agressão verbal da ordem de 1,27, escore próximo ao de alguns grupos de policiais casados, e apenas um pouco acima da média destes, de 1,15 ($p = 0,325$). A agressão verbal, portanto, não se conforma como muito discrepante entre estes dois grupos, não sendo possível caracterizá-lo isoladamente como um traço que determine a separação destes casais.

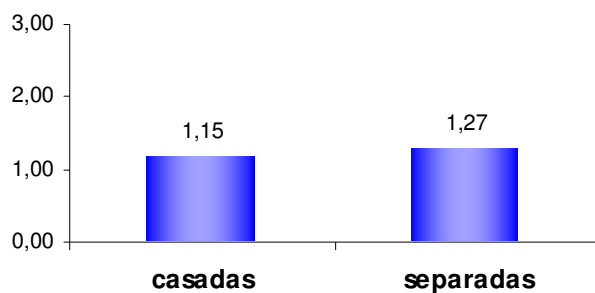


Gráfico 35: Agressão Verbal (casadas e separadas)

Agressão física

Os escores de agressão física apresentaram grande variação entre os distintos grupos de graduação e operacionalidade observados. Apresentando média de 0,34, foi atribuída a policiais do serviço externo a predominância de sua manifestação (0,45 contra 0,22 dos internos, $p = 0,382$), acompanhando o que foi observado em relação à agressão verbal. Mesmo que os valores sejam relativamente baixos (corresponderam às respostas *não* e *leve*), e que haja proximidade entre estes grupos, estes dados reforçam a noção de que o policial do serviço externo tende mais que o interno a dirigir a seus familiares sua agressividade.

Na análise por graduação, um dado sobressai: os escores de agressão física aumentam entre os policiais de serviço externo ao longo do tempo de serviço, e diminuem entre os policiais do serviço interno, com oscilação em sua média geral (0,18 para soldados, 0,44 para cabos e 0,35 para sargentos, $p = 0,365$). Aparentemente, o serviço de rua propiciaria este tipo de manifestação por parte dos policiais, talvez pelo fato de o recurso à força física ser mais comumente acionado neste âmbito que no serviço interno, e se tornar algo mais “naturalizado” entre estes policiais.

TABELA 37: Atribuição de agressão física pelo policial

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não</i>	14	16	19	11	15	20	95
<i>Leve</i>	1	2	0	0	1	1	5
<i>Moderada</i>	0	1	1	0	1	0	3
<i>Grande</i>	0	1	3	0	1	0	5
<i>Extrema</i>	0	1	1	1	0	0	3
Total	15	21	24	12	18	21	111

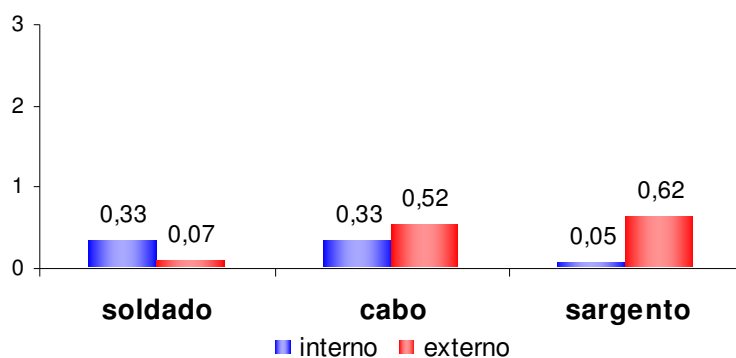


Gráfico 36: Atribuição de agressão física pelo policial

A atribuição de agressão física foi, também, um fator a diferenciar de maneira acentuada as respostas das atuais companheiras em relação às separadas, sendo atribuído um índice médio de 0,34 e de 1,00 para os respectivos grupos ($p = 0,010$). Este índice é superior ao maior índice atribuído entre as casadas, de 0,62 para os sargentos do serviço externo, se conformando como um aspecto que parece ter

importância a diferenciar suas experiências de vida com o policial, e possivelmente contribuindo de maneira importante para a dissolução destes relacionamentos.

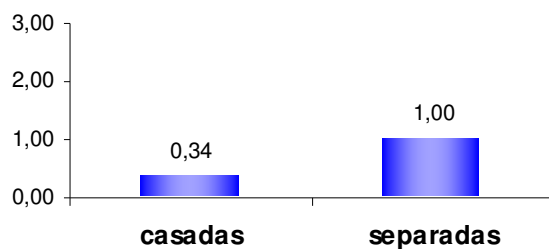


Gráfico 37: Agressão física (casadas e separadas)

Uso de álcool

A média do escore atribuído pelas respondentes casadas para o uso de álcool pelos policiais foi de 0,95 pontos. Podemos observar no Gráfico 38 uma maior atribuição de uso de bebidas alcoólicas entre policiais do serviço externo, com média de 1,12 contra 0,76 dos policiais de serviço interno ($p = 0,327$). Na comparação por graduação, observamos um aumento da atribuição do uso de bebidas alcoólicas conforme o policial ascende na carreira e acumula tempo de serviço, com escore de 0,84 para soldados, 0,95 para cabos e 1,04 para os sargentos ($p = 0,826$).

Tabela 38: Atribuição de uso de álcool pelo policial

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Não bebe</i>	5	6	11	7	10	7	46
<i>Uso leve</i>	3	6	4	5	5	7	30
<i>Uso moderado</i>	7	7	6	0	3	5	28
<i>Uso excessivo</i>	0	2	3	0	0	2	7
Total	15	21	24	12	18	21	111

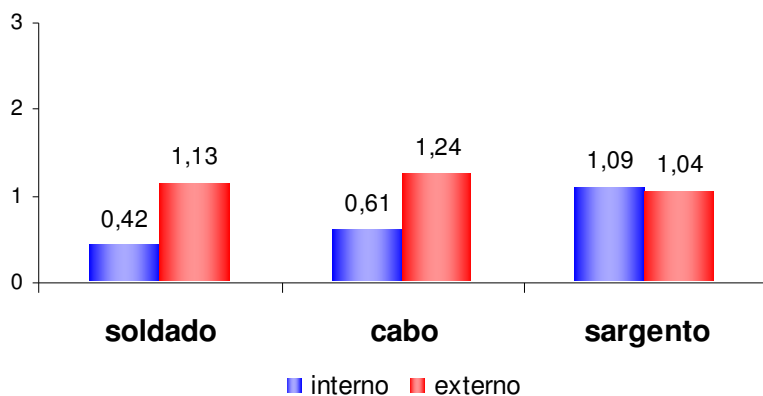


Gráfico 38: Uso de álcool pelo policial

A diferença entre os escores de casadas e separadas foi pequena neste item, com número levemente maior para as separadas (0,95 contra 1,00 das casadas, $p = 0,785$), não se configurando o uso de álcool em nossa amostra como um importante fator associado a separações.

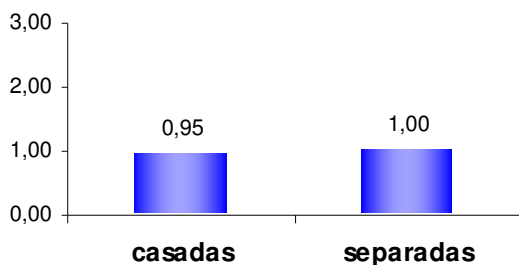


Gráfico 39: Uso de álcool pelo policial (casadas e separadas)

4.4.3 – PERFIL GERAL DO IMPACTO INDIRETO

Pelo exposto neste capítulo, dividido em termos de dois grupos de manifestações de impacto indireto - identitárias e relativas ao estresse - pudemos constatar que os policiais do serviço externo apareceram de forma mais “positiva”, no sentido de desejável, que os do serviço interno em dois quesitos: foram representados como mais presentes na criação dos filhos e menos autoritários que os do outro grupo. Aos policiais do serviço interno foi atribuído um grau mais elevado de expressão de afeto. Os resultados destes grupos no que toca a estes fatores (identitários), porém, foram muito próximos, como pudemos observar. Já no que toca

aos fatores relativos ao estresse laboral, as diferenças observadas foram maiores entre os grupos, aparecendo os policiais do serviço externo como mais agressivos verbal e fisicamente, e como os que mais utilizam álcool.

Tais resultados, consistentes nos tópicos pesquisados, sustentam a noção de que o ambiente de trabalho molda a experiência do policial em casa, fazendo com que ele transporte para este âmbito manifestações requeridas em sua função: o policial do serviço interno vivencia o trabalho policial a partir da ótica dos quartéis e mantém consigo as representações de hierarquia e disciplina, se “colando” mais ao que comumente se entende pela *identidade policial*, e transportando o autoritarismo para casa. Já o policial do serviço externo vivencia uma realidade onde por vezes é necessário o uso de força física e da chamada *voz de comando*, e acaba por transportar mais facilmente estes elementos ligados a manifestações de agressividade para seu convívio familiar.

De todo modo, o grau geral de impacto atribuído pelas atuais companheiras de policiais a este grupo de fatores foi pequeno, indicando que o policial tem algum êxito em isolar suas vivências laborais de seu convívio familiar, amortecendo em certa medida o impacto experimentado no exercício de suas funções. Antes de tomarmos isto como um fato, porém, devemos ter em mente que esta pesquisa foi conduzida no interior da Corporação, e existe a possibilidade de as respondentes terem amenizado a realidade, poupando críticas a seu companheiro policial nesta pesquisa, ainda que asseguradas do anonimato de seus dados. Para superar este problema, seria necessário a realização de uma pesquisa realizada em outros moldes, e principalmente, outro âmbito, o que estava fora de nossas possibilidades.

Os resultados obtidos junto às respondentes separadas revelaram um maior impacto indireto do trabalho policial, em todos os itens pesquisados. A maior incidência conjunta de manifestações negativas entre estas revela o quadro de deterioração do relacionamento destas mulheres com seus ex-companheiros policiais. Alguns itens, porém, se destacaram: a pouca manifestação de afeto, a ausência relativa na criação dos filhos e a agressão física. Não podemos, contudo, afirmar que esta é uma configuração tipicamente policial de deterioração relacional – para afirmar isto, seria necessário um estudo comparativo com outros grupos sociais

5 - TROCANDO EM MIÚDOS: UMA TENTATIVA DE SIGNIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DA FAMÍLIA POLICIAL

A certa altura do processo de elaboração de nossa pesquisa, tratando de diversos desafios que o trabalho policial pode trazer para o círculo mais íntimo de convivência deste profissional, das intempéries e problemas associados a esta interação trabalho-casa e da maneira pela qual a família experimenta aspectos negativos relacionados a esta profissão, fomos tomados pela impressão de que, embora procurando ser abrangentes, estaríamos adotando uma abordagem eminentemente unilateral.

Aos poucos, fomos percebendo a necessidade de possibilitar a expressão de sentimentos positivos associados a esta profissão por parte das respondentes, em primeiro lugar para superar as limitações de um discurso unilateral, que poderia resultar em uma imagem maniqueísta desta realidade, não revelando de forma suficiente sua complexidade. Em segundo, porque poderíamos analisar melhor as dimensões do próprio impacto ao analisarmos o outro lado – a satisfação – iluminando esta realidade de um outro ângulo, contrastando seus elementos e vendo em que medida eles se excluem mutuamente, ou não – respeitando o fato de que, às vezes sentimentos contraditórios podem conviver em relativa harmonia. Por último, sentimos que não estaríamos tratando com justiça nossos pesquisados, tanto policiais quanto suas esposas, que por diversas vezes demonstram grande satisfação em fazer parte desta Corporação e de seu círculo de socialização - a chamada “Família Policial-Militar” – se tratássemos sua experiência apenas a partir das adversidades.

De forma breve, portanto, procuramos formular perguntas que nos permitissem relativizar o peso dos ditos "infortúnios" associados a esta profissão, contrapondo-os ao sentimento de satisfação que experimentam em sua condição, nos aproximando de uma significação mais apropriada acerca desta peculiar interação trabalho-casa.

Satisfação do policial na profissão

Primeiramente, buscamos determinar a medida da satisfação do policial com seu trabalho, segundo a percepção de suas companheiras. Para analisarmos este item, formulamos a questão: "*Em sua opinião, ele gosta (ou gostava) de ser policial?*" As

possibilidades de resposta oferecidas foram: *Sim, muito* / *Sim, apesar de se queixar* / *Mais ou menos* / *Não* / *Não sei*. Chegamos a um escore numérico entre 0 e 3 para os resultados, observando que a opção *não sei* não foi contabilizada para o cálculo.

Os resultados encontrados sustentam a noção de que o policial, em geral, encontra satisfação em sua profissão, apesar de todos os problemas encontrados e do risco que esta envolve. O escore médio de satisfação com o trabalho atribuído pelas respondentes casadas - único grupo analisado neste subcapítulo – neste item foi de 2,20, o que corresponde a respostas entre *sim, (gosta) muito* e *sim, (gosta) apesar de se queixar*, com índice ligeiramente mais elevado para os policiais do serviço externo (2,26 contra 2,13 dos internos, $p=0,348$).

Na análise por graduação, observamos certa distância entre os escores dos soldados e o atribuído às graduações seguintes, com média neste grupo de 1,92 contra 2,24 atribuída aos cabos e 2,34 aos sargentos ($p=0,333$). Tal diferença indica que o policial passa a demonstrar maior satisfação com o trabalho após passado um período inicial de adaptação, o que pode estar relacionado a uma progressiva identificação com seu trabalho e com os ideais da corporação policial-militar.

Tabela 39: Atribuição de satisfação na profissão ao policial

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Sim, muito</i>	4	10	13	2	5	8	42
<i>Sim, apesar de se queixar</i>	8	7	6	7	11	9	48
<i>Mais ou menos</i>	2	2	2	0	2	1	9
<i>Não</i>	1	1	1	2	0	1	6
Total	15	20	22	11	18	19	105

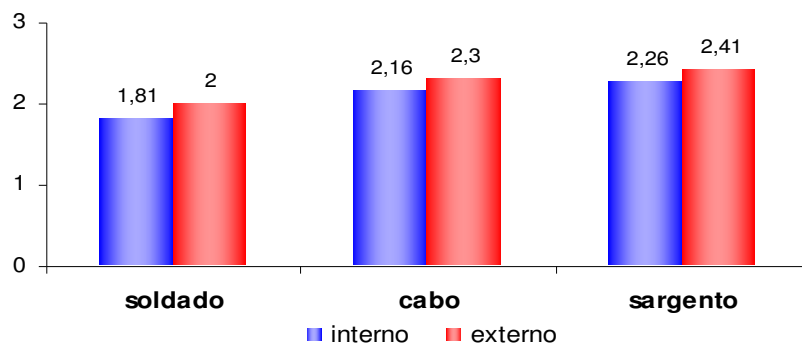


Gráfico 40: Atribuição de satisfação do policial na profissão

Satisfação das companheiras em relação ao trabalho policial

Os resultados obtidos junto às companheiras dos policiais indicam que estas não compartilham na mesma medida de seu entusiasmo em relação a esta profissão, apresentando um índice de satisfação significativamente menor que o atribuído a eles (1,26 contra 2,20, $p=0,003$), com suas respostas médias entre *sim, apesar de ver problemas e mais ou menos*. Os escores das companheiras de policiais do serviço externo e interno pouco variaram, com valor ligeiramente mais elevado para o serviço externo (1,31 contra 1,22, $p = 0,829$), o que acompanha a tendência observada para a atribuição de satisfação dos policiais no trabalho (maior entre os policiais do serviço externo). Este dado nos indica que a satisfação com o trabalho por parte do policial é um importante mediador da satisfação de suas companheiras neste sentido, que acompanharam os policiais neste quesito, apesar das indicações de que tanto o impacto direto quanto o indireto serem maiores no grupo de policiais do serviço externo.

Entre as graduações a diferença foi também pequena, mas ascendente com o passar do tempo na Corporação, com média de 1,18 para esposas de soldados, 1,25 para esposas de cabos e 1,32 para esposas de sargentos ($p = 0,580$). Observamos que, assim como o policial, suas companheiras parecem aderir cada vez mais a esta profissão com o passar do tempo de serviço, se adaptando gradualmente às dificuldades e particularidades da cultura policial.

A impressão que permanece é a de que o policial, apesar dos problemas de sua profissão, avalia sua escolha de forma positiva, como se percebesse os benefícios presentes nesta como capazes de suplantar as dificuldades que traz. Os escores de suas companheiras, por sua vez, nos passam a impressão de que elas não chegam a gostar, propriamente, desta condição, mas que passam a tolerá-la de forma razoável.

Tabela 40: Satisfação com a profissão do companheiro

Opções de Respostas	Situação do policial vinculado às respondentes						Total
	Externo			Interno			
	SD	CB	SGT	SD	CB	SGT	
<i>Sim, muito</i>	1	1	2	2	1	3	10
<i>Sim, apesar de ver problemas</i>	7	7	8	2	8	8	40
<i>Mais ou menos</i>	3	6	7	2	3	4	25
<i>Não</i>	4	6	7	6	4	5	32
Total	15	20	24	12	16	20	107

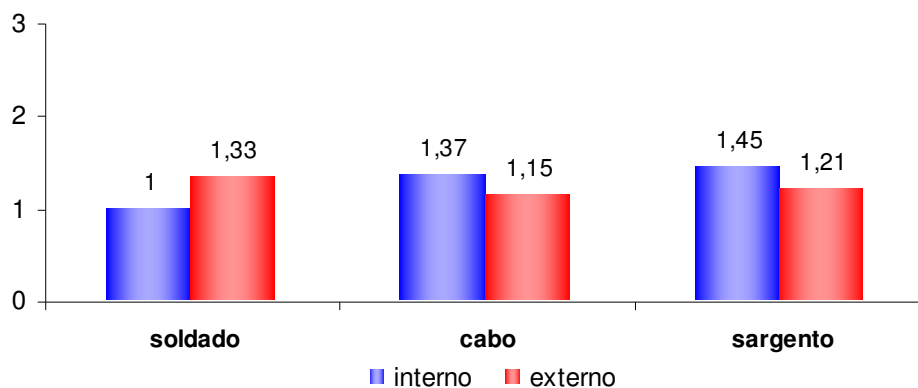


Gráfico 41: Satisfação com a profissão policial pelas companheiras

Manifestação de orgulho pela Polícia

Para avaliar de maneira mais ampla a posição das companheiras dos policiais a respeito desta profissão, fizemos uma pergunta semelhante à anterior, porém com uma conotação um pouco diversa, ligada à percepção que elas teriam da imagem da Corporação. Esta foi: "*Você tem orgulho pelo fato de ele ser (ou ter sido) policial?*" Esta questão remete a uma ordem mais radical de avaliação de sua própria experiência em relação à Polícia, pois acreditamos ser possível que ela não goste que seu marido seja policial, mas ainda assim reconheça a importância de seu trabalho, e tenha em relação a ele um sentimento de orgulho. De modo que *não gostar* seria algo referente a uma preferência pessoal, mas *não se orgulhar* remeteria mesmo a certa repulsa ao que a profissão policial representa socialmente, em uma posição que tornaria difícil a aceitação de sua própria condição, denotando uma experiência pessoal de real desconforto em relação à profissão do marido.

Limitamos as possibilidades de resposta às opções *sim* e *não*, buscando levá-las a uma clara tomada de posição a este respeito. Os resultados são aqui expostos na forma de percentagens de respondentes de cada grupo de graduação/operacionalidade. Estes indicam que, do total da amostra, uma maioria de 64% das respondentes têm orgulho em relação à profissão do marido. As esposas de policiais do serviço externo e interno apresentam um resultado muito próximo (65% contra 64%, respectivamente, $p = 0,784$), apontando para um descolamento entre a natureza do serviço e o orgulho em relação à polícia. Na análise por graduação temos uma grande diferença entre as respostas das esposas de soldados, com 54% das respondentes, e das esposas de cabos, com 69%, e de sargentos, com 67%, ($p = 0,721$). Podemos supor que o orgulho das companheiras em relação à Corporação aumenta a partir da graduação de cabo na medida em que, com o passar do tempo, começam a se identificar como parte dela, como parte da "família policial-militar". Observamos que o sentimento de orgulho foi oscilante entre as esposas de policiais do serviço externo e crescente entre as de policiais do serviço interno.

Tabela 41: Orgulho pela profissão policial

Graduação	Externo		Interno		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Soldado	9	5	5	7	26
Cabo	14	5	11	6	36
Sargento	14	10	15	4	43
Total	37	20	31	17	85

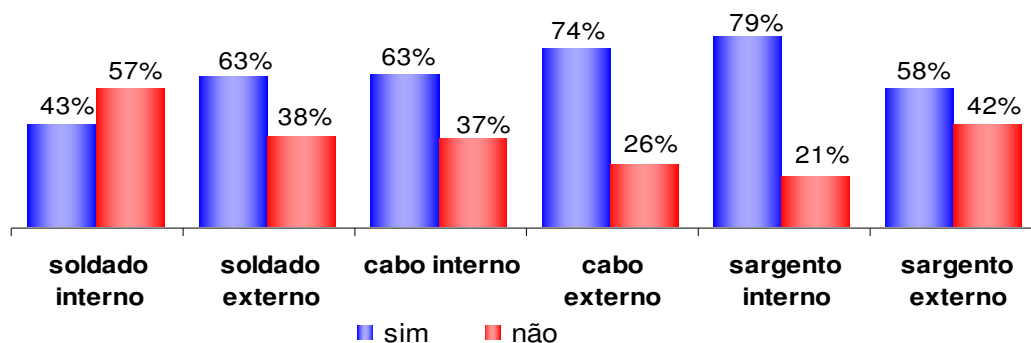


Gráfico 42: Orgulho pela profissão policial

Gostariam que os filhos fossem policiais?

As perguntas formuladas até o momento neste capítulo denotam uma opinião sobre uma realidade já estabelecida – a profissão de seu marido - e em suas respostas pode estar contida uma atitude de aceitação ou resignação a respeito de algo que não se pode ou seria difícil modificar. Interessamo-nos em inferir, portanto, qual seria o posicionamento das respondentes em relação à profissão policial caso pudessem alterar ou determinar esta realidade. Para tanto, formulamos a questão: “*Você gostaria que seu filho fosse policial?*”, oferecemos 3 opções de resposta: *Sim, Não e Tanto faz.*

Como resultado, observamos em nossa amostra uma forte tendência das respondentes no sentido de não desejarem para seus filhos a profissão policial. Do total da amostra, 83% se manifestaram desfavoravelmente a esta possibilidade, 13% se mostraram favoráveis e 4%, indiferentes. Houve uma porcentagem maior de esposas de policiais do serviço interno favoráveis a que o filho seja policial que de esposas de policiais do serviço externo (20% contra 10%, respectivamente). Em termos de graduação temos uma oscilação, com as esposas de soldados com um índice de manifestação desfavorável da ordem de 85%. Entre as companheiras de cabos este índice cai para 79%, e entre as de sargentos torna a subir, chegando a 84%. Observamos que esta diferença marcante para a graduação de cabos se dá pelo grupo de esposas de cabos do serviço interno, que apresentou o maior índice de aprovação desta carreira para os filhos: 28%. Este resultado fica bem acima dos demais, mas não chega a alterar o quadro geral que nos permite observar que existe uma forte rejeição entre nossas respondentes frente à idéia de que seus filhos venham a ser policiais. Estes resultados indicam que mesmo grande parte das respondentes que se orgulham da profissão policial não gostariam que seus filhos seguissem esta carreira. Os motivos para isto podem ser diversos, e pelo que observamos ao longo de nosso trabalho, parecem estar relacionados à noção de periculosidade deste trabalho para o policial e à atribuição de baixos salários, principais fatores de impacto atribuídos a este trabalho pelas nossas respondentes.

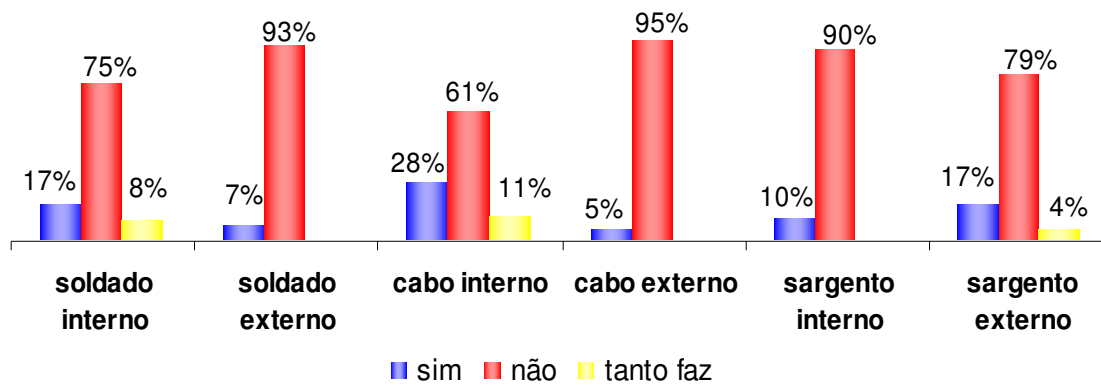


Gráfico 43: Desejo de que o filho seja policial

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a família do policial a partir do impacto causado por seu trabalho foi uma opção baseada em hipóteses específicas, em comum a todas elas a referência às circunstâncias extremas que o trabalho policial envolve, tanto diretas quanto indiretas, as quais tornam esta profissão diferenciada em nossa sociedade.

Como viés teórico para nossa análise, utilizamos contribuições de diversos autores, que têm se debruçado sobre questões relativas e acessórias à nossa, com destaque para as alegorias da *casa* e da *rua*, presentes no pensamento de da Matta (1985; 2007), utilizadas para ilustrar as particularidades da divisão entre o domínio público e o privado na realidade brasileira. Tal perspectiva nos levou a indagar de que forma se daria a separação entre estes planos na família do policial, e se haveria uma demarcação possível ou uma invasão das ameaças ou dos códigos da *rua* na *casa* desta família.

A partir de nossa análise, obtivemos dados que apontam para uma configuração na qual o impacto mostrou-se um elemento plenamente pertinente à vivência familiar do policial, ainda que não exatamente na intensidade e nem na forma como esperávamos (desenho geral dos fatores de impacto).

Em uma pergunta sobre o grau de impacto geral percebido pelas companheiras de policiais a respeito desta profissão sobre sua família - pergunta esta que teve a função de balizar nossos resultados - obtivemos respostas que apontam, em média, para um impacto entre *leve e moderado*. Levando-se em conta as bases sobre as quais estruturamos nossas hipóteses (teóricas e empíricas, a partir do trabalho com a clínica psicológica na Corporação) e a direção que demos à nossa investigação, este se configurou como um resultado abaixo do esperado.

Quanto às *formas de manifestação* do impacto, as dividimos em dois grupos hipotéticos que abarcariam, cada um, uma série de fatores específicos: de um lado o impacto *direto*, representado pela invasão do plano da *casa* por adversidades oriundas de circunstâncias deste trabalho, como o risco, o horário de trabalho e o salário do policial. De outro o impacto *indireto*, representado pela possível transposição, pelo policial, de elementos oriundos de seu trabalho para o plano da *casa*, como códigos

de conduta militarizados ou outros elementos relativos à "personalidade policial" (fatores identitários), ou então de manifestações relativas ao estresse vivenciado no exercício de sua profissão.

Para obtermos uma visão geral da forma de manifestação do impacto experimentado pela família, formulamos uma questão onde solicitamos às respondentes que assinalassem dois fatores aos quais associavam maior impacto, em uma lista de cinco previamente estipulados por nós (*preocupação com a segurança da família e do policial, horário de trabalho do policial, salário do policial e atitudes do policial em casa*). Através da frequência com que foram mencionados, pudemos determinar os fatores mais comumente associados à questão do impacto..

Nossa primeira hipótese foi a de que, sendo o trabalho policial aquele em que existe o monopólio do uso da força (Bayley, 2002), o *risco*, tanto para o policial quanto para a família, seria o fator mais mencionado. Esta suposição se revelou acertada no caso específico da percepção de risco em relação ao policial, tendo todos os grupos analisados referido este como o principal fator de impacto. O risco para a família foi o terceiro fator de impacto mais citado, bem abaixo do relativo ao risco para o policial, indicando que, de certa forma, este profissional parece ter sucesso em oferecer para sua família a sensação de proteção. Neste ponto, observamos que as ameaças da *rua* aparentemente permanecem em seu devido lugar, não invadindo a *casa*.

O salário, outro fator de impacto direto, foi o segundo mais citado pelas respondentes a afetar a família, em um resultado muito próximo ao do risco para o policial. Este fator foi o mais mencionado no campo deixado para observações em nosso questionário, onde grande parte das respondentes ressaltou a discrepância entre os baixos salários recebidos e o grande risco a que o Policial Militar está sujeito no exercício de suas funções.

O quadro de manifestações correspondentes aos fatores de impacto *indireto* do trabalho policial foi o quarto mais citado. Este resultado, que atribui ao que denominamos as *atitudes do policial em casa* um baixo grau *relativo* de impacto (em comparação com os outros), foi confirmado através das questões que tratavam exclusivamente deste grupo de fatores. Esta foi uma das surpresas que nossos

resultados nos reservaram: o policial foi, quanto aos fatores identitários, retratado como muito afetuoso para com a família, presente na criação dos filhos e pouco autoritário. Os fatores relativos ao estresse também tiveram pouca expressão: os índices de agressão verbal e física foram baixos, assim como o de uso de álcool. Baseados na bibliografia estudada e na noção estabelecida pelo senso comum a respeito deste profissional, estes resultados nos surpreenderam positivamente. De tal forma que, embora desejando que eles sejam fidedignos, aventamos a possibilidade de as respondentes terem subnotificado as manifestações negativas do policial em casa, poupando-o de críticas em uma pesquisa conduzida dentro do âmbito da Corporação, ainda que as mesmas tenham sido asseguradas do tratamento confidencial que seria dado às informações prestadas no questionário.

O horário de trabalho do policial foi o fator menos citado nesta questão comparativa. Esta colocação relativa não implica, porém, que este fator exerça um baixo impacto para a família do policial, com aproximadamente metade das nossas respondentes indicando não dispor de tempo suficiente de convívio com este. Os efeitos do horário de trabalho são sentidos especialmente pelas famílias de policiais do serviço externo, pois o trabalho destes é realizado em turnos alternados, o que compromete a rotina da família. Este quadro se agrava ainda mais entre as famílias de policiais que exercem outra atividade além daquela na Corporação, o que resulta em uma diminuição acentuada do tempo de convívio deste trabalhador com sua família.

Para melhor compreender a dinâmica do impacto do trabalho policial sobre a família, e sua forma de incidência sob variadas circunstâncias, realizamos uma análise de suas manifestações a partir de dois eixos: o de *operacionalidade*, relativo à influência da natureza do serviço - interno (administrativo) ou externo (policimento) - sobre a intensidade e a forma do impacto e o de *graduação*, que nos forneceu uma perspectiva dos efeitos do tempo de serviço sobre estas manifestações.

Na análise por *operacionalidade*, o que definiu a linha-mestra de nossas hipóteses foi uma expectativa de maior atribuição de impacto para as companheiras de policiais do serviço externo do que para as de policiais do serviço interno. As vivências no trabalho em policiamento deveriam ser, segundo nossas suposições, as

responsáveis por todo o incremento no impacto para o policial e sua família, dado o caráter arriscado de suas atividades e sua maior exposição às intempéries sociais.

Estas hipóteses se confirmaram pela manifestação de um índice geral de impacto mais elevado para as companheiras de policiais do serviço externo, tanto através das categorias de impacto direto quanto indireto. Observamos, ao longo do texto, que as diferenças encontradas entre estes dois grupos (serviço interno e externo) não foram muito grandes na maior parte dos fatores analisados; porém, ao considerarmos estes resultados em seu conjunto, obtemos a compreensão de que sim, estas experiências acabam por se configurar como bastante distintas em sua forma geral, pois na grande maioria dos fatores as famílias de policiais do serviço externo aparecem como mais afetadas.

Assim, as famílias de policiais do serviço externo manifestaram maior impacto direto, a princípio através de uma elevada preocupação com a segurança do policial, em um índice que quase atingiu o extremo de atribuição de nossa escala. A preocupação com a segurança da família também se mostrou mais elevada neste grupo do que no de policiais do serviço interno, porém de forma menos marcante. Ainda como fator de impacto direto, este grupo apresentou uma atribuição de restrição social maior que o grupo vinculado aos policiais internos, o que pode ser explicado pelas precauções do policial do serviço e rua, que evita se expor com sua família em momentos de folga, podendo ser reconhecido em sua condição profissional.

Em relação a este grupo de fatores, enfim, parece que o policial do serviço externo tem a sua *casa* invadida na mesma medida em que ele próprio invade o plano da *rua* através de sua ação. As ameaças comumente percebidas pelos cidadãos neste plano - o desconhecido, o anonimato - para este indivíduo e sua família ganha contornos mais concretos, uma vez que, dada sua atuação no plano da rua, este *desconhecido* pode ser alguém com quem o policial travou algum embate ao longo de sua carreira.

O impacto *indireto* também se revelou maior para as famílias dos policiais do serviço externo, na maior parte dos fatores analisados a este respeito. A análise do subgrupo relativo aos fatores *identitários* apresenta este policial como mais presente

na criação dos filhos e menos autoritário que seus companheiros do serviço interno, porém com pequena margem de diferença em relação a estes. Já na análise dos fatores vinculados ao *estresse laboral* - que indicam algum grau de disfunção relacional - estes policiais foram retratados como mais agressivos física e verbalmente, bem como mais propensos ao uso de álcool quando enfrentam problemas no trabalho. Pelo que observamos através de nossos resultados, atribuímos este aumento de agressividade não propriamente a um maior nível de estresse do policial do serviço externo, mas à transferência, para suas relações familiares, de elementos presentes em seu trabalho, como a chamada "voz de comando" e o uso eventual da força em situações de conflito.

Pelo observado, embora a atribuição de estresse laboral tenha sido mais elevada em relação aos policiais do serviço interno, eles não transferem, tanto quanto os policiais do serviço externo, suas dificuldades laborais para suas famílias. O estresse, neste caso, permanece localizado neles e não se transforma tanto em fatores de impacto indireto para a família. Outro ponto favorável observado a respeito destes policiais (internos) foi a maior atribuição de comunicação sobre o trabalho, o que talvez possamos atribuir a uma menor discrepância entre suas vivências laborais e familiares do que ocorre entre os policiais do serviço externo. Seja qual for o motivo, esta possibilidade de diálogo pode servir para tornar a interação entre os planos do trabalho e de casa mais fluida.

Um dado peculiar surgiu a partir da observação dos resultados por este prisma, o da operacionalidade: notamos que, apesar de as companheiras de policiais do serviço externo atribuírem maior impacto geral para a família que as do outro grupo, e de indicarem menor grau de satisfação com a atividade de seu companheiro, percebem no policial um nível maior de satisfação com o trabalho que as companheiras de policiais do serviço interno. Ou seja: o impacto deste trabalho parece, no grupo vinculado aos policiais do serviço externo, estar mais localizado na família que no próprio policial, em dupla oposição ao que se dá nas famílias de policiais do serviço interno.

Da mesma forma que a análise por operacionalidade, a observação dos resultados sob o eixo da *graduação* se mostrou reveladora, nos trazendo uma noção

aproximada da evolução da dinâmica que se estabelece entre a família e o trabalho policial ao longo desta carreira. Observamos que, assim como na comparação por operacionalidade, os resultados muitas vezes foram próximos entre as graduações, e isoladamente não dão conta do impacto experimentado. Ao observar a conjunção de fatores é que foi possível observar melhor a incidência de impacto sob este eixo de análise.

Na questão específica relativa ao impacto geral do trabalho policial sobre a família, observamos uma oscilação nos resultados: o impacto ascendeu entre as graduações de soldado e cabo, e tornou a descer entre os sargentos. Esta foi, porém uma oscilação muito pequena e não muito reveladora.

Analisando os resultados relativos aos fatores de impacto *direto*, observamos que a preocupação com a segurança do policial decresce sensivelmente entre as graduações, porém permanecendo muito elevada de maneira geral. Tal resultado denota a estabilidade e a continuidade da experiência de preocupação das companheiras com o policial ao longo dos anos, o que contraria a noção de que, com o tempo, a família se acostumaria com o risco a que o policial está sujeito.

A percepção do risco para a própria família, por sua vez, não sofreu alterações maiores, oscilando de maneira ascendente para a graduação de cabos, e tornando a decrescer entre as companheiras de sargentos.

É através da observação dos fatores de impacto *indireto* que tomamos uma melhor noção de como a família é afetada através das graduações, com resultados que apontam para um aumento da interferência do policial em casa ao longo do tempo de serviço. O estresse atribuído ao policial aumenta de acordo com a progressão das graduações, acompanhado do índice de agressão verbal e do uso de álcool. Quanto aos fatores *identitários*, as companheiras de policiais os percebem gradativamente como menos presentes, menos afetuosos e mais autoritários, o que indica uma elevação geral do impacto indireto ao longo da carreira. Outro fator que acompanha esta tendência é relativo à percepção de restrição social ligada à profissão policial.

Apesar de todo o aumento do impacto indireto, foi surpreendente observar que as respondentes passam a manifestar maior satisfação em relação a este trabalho com

o passar do tempo de serviço do policial, bem como percebem o próprio policial como mais satisfeito quanto à profissão com o avanço das graduações.

A satisfação em relação à profissão policial parece, portanto, estar mais atrelada aos fatores diretos que aos indiretos, uma vez que acompanhou a percepção de (pequena) diminuição do risco em relação ao policial, e apesar do aumento do impacto indireto. Uma explicação possível para este incremento na satisfação em relação a esta profissão pelos policiais e suas companheiras pode estar relacionada a uma gradual adesão e acomodação subjetiva à cultura e ao modo de ser policial, que lhes fornece uma identidade profissional e a possibilidade de ser validados enquanto atores sociais. A estabilidade financeira também pode ter um papel neste acréscimo gradual de estima pela Corporação, tanto mais valorizada quanto mais o indivíduo percebe que pode, de fato, contar com ela ao longo dos anos.

Certamente, pode-se objetar que os resultados aqui obtidos se referem a uma amostra pequena, e que (também por este motivo) grande parte de nossos resultados não se revelou estatisticamente significativa. Porém, ressaltamos a consistência de grande parte dos resultados obtidos, indicando certa homogeneidade em grande parte dos fatores entre os grupos estudados (em termos de operacionalidade e graduação), em poucos momentos sobressaindo em algum grupo específico um resultado contraditório ao observado no quadro geral.

Consideramos que a relativa proximidade dos resultados obtidos a partir da análise sob os eixos de operacionalidade e graduação pode estar relacionada a particularidades (de cada uma destas esferas) que igualam (os resultados) ou mesmo a semelhanças, pontos comuns experimentados pelos policiais, irmanados em sua condição “primordial”.

Quanto às particularidades que tenderiam a aproximar os resultados entre os grupos, temos como exemplo o estresse advindo do trabalho nas ruas e aquele

atribuído ao trabalho administrativo. O primeiro seria resultante de experiências de risco e de situações de confronto com cidadãos ou marginais, que requerem uso da autoridade e expressão de poder. O segundo estaria relacionado à lida com figuras de autoridade e com o ambiente organizacional das Unidades da PMERJ. Embora totalmente distintas, estas situações podem gerar estresse de nível semelhante nestes profissionais. Tenhamos em mente que, embora o risco seja percebido como fonte de estresse, também pode ser vivenciado por muitos policiais como uma fonte de prazer. Por outro lado, o trabalho administrativo e burocrático pode se constituir em *locus* privilegiado de estresse.

De outro modo, teríamos para justificar esta relativa proximidade nos resultados o compartilhar por todos os envolvidos de algo que, em si, já os tornaria fundamentalmente semelhantes: a condição de policiais. Como observamos, amparados na literatura analisada, "o trabalho policial não é um fazer, mas um ser" (Turner, 1980). Este modo de ser marcaria uma *diferenciação* fundamental entre estes e os *cidadãos comuns*, desde o momento em que decidem ingressar na Corporação para proteger a sociedade, com a perspectiva única que esta profissão exige: o dispor da própria vida no cumprimento de sua missão. Esta disposição, firmada em juramento ao final do curso de formação do Policial Militar, será reiterada, lembrada ao policial em diversos momentos de sua carreira: ao sair de casa para o trabalho sem saber se irá retornar, no momento em que deverá ocultar sua condição profissional diante de um novo grupo de amigos ou no local onde mora, ou quando, em um momento de lazer com sua família, se vir reconhecido por alguém com quem já combateu. Esta diferenciação só fará aumentar quando, também, se vir estigmatizado em sua condição profissional, independentemente da natureza de sua conduta.

Quanto à pergunta que formulamos em nossa Introdução: a *casa* do policial, afinal, foi invadida? De que forma? Ou suas forças de contenção foram suficientes para preservar seus domínios livres das ameaças - concretas e sutis - que a rondavam?

Pelo que pudemos observar, a resposta para estas perguntas é “sim”, ainda que de formas diversas do que esperávamos inicialmente, e em menor intensidade também. Quanto à *forma* da invasão sofrida, observamos que os fatores *diretos* ou circunstanciais do trabalho (eminentemente o risco para o policial) se mostraram os mais presentes. Estes resultados nos falam de uma co-participação da família no trabalho policial, da noção de que é a própria família que está em perigo quando o policial vai trabalhar, já que ele não é visto como alguém “destacado” ou separado desta. Esta percepção aumenta a radicalidade da inserção desta família no plano da *rua* - e, portanto, de uma invasão deste plano em sua *casa* - uma vez que ela “acompanha” o policial em suas incursões, no combate aberto que trava, em uma situação de verdadeira guerra urbana.

Quanto à *intensidade*, como observamos, o grau de impacto geral atribuído por nossas respondentes ao trabalho policial ficou abaixo do que esperávamos. Dizer que superestimamos a possibilidade deste impacto, porém, não nos parece adequado, e aceitar o nível de impacto atribuído por estas, também não. Tal dilema nos suscitou, portanto, uma reflexão final: se fôssemos entrevistar esquimós a respeito do impacto do frio em suas vidas, talvez eles relatassem que este não os incomoda tanto, uma vez que já têm uma determinada expectativa neste sentido (sim, vai fazer frio), e adotaram estratégias para lidar com ele (vestimentas, precauções durante o inverno, etc.). De todo modo, não se pode ignorar que eles habitam um ambiente mortalmente frio. Da mesma forma, o fato de as companheiras de policiais relatarem um impacto relativamente baixo, talvez se refira à possibilidade de terem desenvolvido estratégias para lidar com esta realidade, em certa medida naturalizando os inúmeros fatores adversos experimentados por sua família em consequência da profissão de seus companheiros.

Este trabalho representa um esforço preliminar no sentido de sistematizar um estudo sobre a interação trabalho-casa na profissão policial, através de construtos específicos como fatores de impacto direto e indireto. Nosso intuito é o de fornecer

subsídios para aqueles que se dedicam a cuidar deste profissional que se arrisca pelo bem-estar da sociedade, que se põe na linha de frente da batalha, e por isto às vezes pode, erroneamente, ser visto como herói, ou sobre-humano. Pois neste ponto devem residir nossos esforços, se queremos ter uma polícia mais humana: em enxergar o policial como alguém com necessidades, afetos, anseios e até mesmo famílias semelhantes aos de todos nós, que na segurança do lar o assistimos em seu embate.

Outros estudos deverão se seguir a este, com amostras maiores, metodologias diversas. O que importa é trazermos para os olhos e ouvidos do mundo aquilo que ele não está acostumado a ver e ouvir: a imagem e a voz do policial militar, oculto sob uma farda que o torna anônimo, totalmente destituído de sua dimensão pessoal.

Nossa esperança é a de que, iluminando esta realidade, estejamos contribuindo para a complexificação do debate sobre a Segurança Pública, inserindo neste contexto novos atores que poderão ser tão mais eficientes em seu papel quanto mais lhes dermos a condição tridimensional que deveria caber a todos os atores sociais, de fato, ouvindo-os em suas posições, e nos aproximando de um acordo social mais digno para todos.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, C.L. MACHADO, E.P. **Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar.** Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237
- ALEXANDER, D. A.; WALKER, L. G. **The perceived impact of police work on police officers' spouses and families.** Stress Medicine. 12(4), Oct 1996, 239-246.
- BAYLEY, D.H. **Padrões de Policiamento.** São Paulo, EDUSP, 2002.
- BERGER, P. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1973.
- BERGER, P., BERGER, B. **Socialização: como ser um membro da sociedade.** In: Foracchi, M.M., Martins, J. de S.(Org.). Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BERQUÓ, E. **Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica.** In: BERQUÓ, Elza. *História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4, p. 411-438.
- BICALHO, P. P. **Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos.** Tese de Doutorado, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.
- BLACK, A. **The treatment of psychological problems experienced by the children of police officers in northern Ireland.** Child Care in Practice. 10(2), Apr 2004, 99-106.
- BRETAS, M. L. **A Guerra das Ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRETAS, M. L. & PONCIONI, P. **A cultura policial e o policial civil carioca.** In: Pandolfi, D. C. et al. (Orgs.). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 149-163.
- BRYANT, H. E. **Stress factors and stress management strategies for FBI agent spouses: Basis for potential community college workshops and classes.** em: Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences. 60(7-A), Feb 2000, 2692.
- BURGOS, M. B. **Cidade, territórios e cidadania.** In: *Dados*, vol 48, nº 1, pp. 189-222. Rio de Janeiro, 2005.
- CAMARA FILHO, J. & SOUGEY, E. **Transtorno de estresse pós-traumático: formulação diagnóstica e questões sobre comorbidade.** Revista Brasileira de Psiquiatria, vol.23 no.4 São Paulo, Dez. 2001
- CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar.** Em B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *Mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (7-29; M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1989)

- CARUSO, H.; PATRÍCIO, L & ALBERNAZ, E. **A polícia que queremos: considerações sobre o processo de reforma da Polícia Militar do Rio de Janeiro.** In: Cadernos Adenauer, Brasil: O que resta a fazer? Vol 3. Rio de Janeiro, 2006. disponível em: <http://blog.comunidadesegura.org/policiaesociedade/files/2008/04/art9.pdf>
- CARVALHO, I. M.; ALMEIDA, P. H. **Família e proteção social.** São Paulo em Perspectiva, 17(2): 109-122, 2003
- CORTES, V. A. **A participação de policiais militares na segurança privada.** Monografia apresentada no Curso de Especialização em Políticas Públicas de Segurança Pública e Justiça Criminal, UFF, 2004. Disponível em: www.comunidadesegura.org/files/vanessacortesmonografia.pdf. acesso em 17/10/2008.
- CASTRO, C. **O espírito militar. Um estudo antropológico na Academia militar das Agulhas Negras.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. **A Casa e a Rua.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **O que faz do Brasil, Brasil?**, Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- DANIELI, Y. **Intergenerational legacies of trauma in police families.** In Violanti, John M. (Ed); Paton, Douglas (Ed). (1999). *Police trauma: Psychological aftermath of civilian combat.* (pp. 175-188). Charles C. Thomas Publisher.
- DOHERTY, W. J. (1992). **Private lives, public values.** *Psychology Today*, 25(3), 32-37.
- DOWLING, F.; GENET, B; MOYNIHAN, G.; COURNOIS, F.; GOLDFINGER, S. **A confidential peer-based assistance program for Police Officers.** *Psychiatric Services*. 56(7), Jul 2005.
- DWYER, L. **An investigation of secondary trauma in police wives.** Hofstra University, 2005.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- GERSHON, R. **Police stress and domestic violence in police families in Baltimore, Maryland.** Baltimore: Johns Hopkins University, 1999.
- GIDDENS A. **A constituição da sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** LTC: Rio de Janeiro, 1988.
- _____. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2007.
- HENRIQUES, C.R.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. **Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão.** *Paidéia* (Ribeirão Preto), 16(35):327-336, set.-dez. 2006.
- HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência Numa Cidade do Século XIX.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- JABLONSKI, B. **Afinal, o que quer um casal?** Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas.* Rio de Janeiro/São Paulo: PUCRio/ Edições Loyola, 141-168. 2003.
- _____. **Até que a vida nos separe - A crise do casamento contemporâneo.** Rio de Janeiro: Agir, 1998.

- JOHNSON, L.B., TODD, M., & SUBRAMANIAN, G. **Violence in police families: Work-family spillover.** *Journal of Family Violence*, 20(1), 3-11, 2005.
- KIRSCHMAN, E. **I love a cop: What police families need to know.** Nova York: The Guilford Press, 2007 (edição revisada).
- LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis. Uma reflexão em busca de auto-estima.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LEVIN, J. & FOX, J. A. **Estatística para ciências humanas.** 9 Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004
- LOO, R. **Occupational stress in the law enforcement profession.** *Canada's Mental Health*. 32(3), Sep 1984, 10-13.
- MARI, J. & WILLIAMS, P. **A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ20) in primary care in the city of São Paulo.** *British Journal of Psychiatry*, 148: 23-36, 1986.
- MELLO, J. M. C. & NOVAIS, F. A. **Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna.** In: Novais, F. A. (Coord.) e Schwarcz, L. M. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 4: Contrastes da Intimidade Contemporânea.* São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- MILLER, L. **Police officer suicide: causes, prevention, and practical intervention strategies.** *International Journal of Emergency Mental Health*. 7(2), Spr 2005, 101-114.
- MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- MINAYO, M. C., SOUZA, E. R. & CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- MORASH, M.; HAARR, R. & KWAK, D. **Multilevel influences on police stress.** *Journal of Contemporary Criminal Justice*. 22(1), Feb 2006, 26-43.
- MOORE, D. **The impact of occupational stress and the effectiveness of stress coping strategies on marital relationships of police officers.** *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences*. 65(1-A), 2004, 302.
- MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- PONCIONI, P. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado, São Paulo: USP, 2003.
- RUBIN, J.G. **Police identity and the police role.** In Goldsmith, J. & Goldsmith S.S. (Ed.) *The police community: Dimensions of an occupational subculture.* Pacific Palisades, California, Palisades Publishers, 1974.
- SANSONE, L. **Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n°3, 2002, pp. 513 – 532.
- SCHMIDTKE, A.; FRICKE, S.; LESTER, D. **Suicide among german federal and state police officers.** *Psychological Reports*. 84(1), Feb 1999, 157-166.

- SELIGMANN-SILVA, E. **Desgaste Mental no Trabalho Dominado**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Cortez, 1994.
- SENNETT, R. **O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, A. V. V. **A polícia militar e a sociedade, na representação social dos policiais militares do rio de janeiro**. Dissertação de Mestrado, UERJ. Rio de Janeiro, 2006.
- SIRIMARCO, M. **Acerca de lo que significa ser policía. El proceso de incorporación a la institución policial**. Em: Tiscornia, Sofía (comp.), *Burocracias y violencia. Estudios de antropología política*, Antropofagia, pp. 245-280. Buenos Aires, 2004.
- SKOLNICK, J. **Justice without trial**. New York: John Wiley and Sons, Inc., 1966
- _____. **Code Blue**. *The American Prospect*, 11(10), 2000.
- SOUZA, E. R. & MINAYO, M.C.S. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho**. *Ciência e Saúde Coletiva* 2005; 10:917-28.
- TURNER, V. **Entre lo uno y lo otro: el período liminar en los 'rites de passage'**. In: *La selva de los símbolos*, Siglo XXI, Madrid, 103-123. 1980.
- TWERSKY-GLASNER, A. **Police personality: What is it and why are they like that?** in: *Journal of police and criminal psychology*, vol. 20, n.1 p 56-67. Boston, 2008.
- VENTURA, Z. **Cidade partida**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- VIOLANTI, J. **Death on duty: police survivor trauma**. in Violanti, J. M.; Paton, D. (1999). *Police trauma: Psychological aftermath of civilian combat*. (pp. 139-158). Charles C. Thomas Publisher.
- WATSON, N.A. & STERLIING, **Police and their opinions**. International Association of Chiefs of Police. Washington, D.C., 1969.
- WOODY, R. H. **The police culture: research implications for psychological services**. *Professional Psychology: Research and Practice*. 36(5), Oct 2005, 525-529.
- _____. **Family interventions with law enforcement officers**. *American Journal of Family Therapy*. 34(2), Mar-Apr 2006, 95-103.
- ZALUAR, A. **Para não dizer que não falei de samba. Os enigmas da violência no Brasil**, in L. Schwartz (org.), *História da vida privada no Brasil*, vol. IV, São Paulo, Cia das Letras, 1998.

Anexo 1: Questionário

Pesquisa: O impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial*

Composição familiar e dados sócio-econômicos
1 - Idade:
2 - Estado Civil atual: Casada () / Divorciada () / Solteira () / Morando com companheiro () / Viúva ()
3 - Vínculo atual com policial: Esposa () / Companheira () / Ex-esposa ou ex-companheira () / Viúva ()
4 - Tempo de relacionamento com policial:
5 - Já foi casada ou morou com outro companheiro antes? Não () / Sim () Quantas vezes?
6 - O policial a quem você é vinculada já foi casado ou morou com outra companheira antes? Não () / Sim () - Quantas vezes?
7 - Número de filhos com o policial:
8 - Filhos seus de outro relacionamento (se houver):
9 - Idade dos seus filhos (se houver):
10 - Número de filhos do policial em outro relacionamento (se houver):
11 - Idade dos filhos do policial em outro relacionamento (se houver):
12 - Situação do policial: Ativo () / Reserva () Reformado () - Motivo: / Falecido () - Motivo:
13 - Posto ou Graduação do policial a quem você é vinculada:
14 - Unidade onde ele serve (ou servia):
15 - Tempo de serviço do policial:
16 - Natureza do serviço do policial: Interno - expediente () / Externo - policiamento ()
17 - Ele exerce (ou exercia) outra atividade além do trabalho policial? Sim () / Não ()
18 - Local de Residência: Capital () / Baixada () / Niterói ou São Gonçalo () / Interior () /
19 - Residência: Própria () / Alugada () / de Parentes () / Outros ()
20 - Família possui automóvel? Sim () / Não ()
21 - Renda familiar aproximada: até R\$1.000,00 () / Entre R\$ 1.000 e R\$2.000 () / Entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000 () / Mais que R\$ 3.000 () / Mais que R\$5.000 ()
22 - Seu grau de Escolaridade: 1º Grau () / 2º Grau () / Universitário () / Pós-graduação ()
Trabalho e Família
23 - Você acha que o trabalho policial de seu companheiro afeta (ou afetou) negativamente sua família? Não () / Levemente () / Moderadamente () / Muito () / Extremamente ()
24 - Caso positivo, quais seriam os fatores que mais afetam (ou afetaram) sua família? (marcar no máximo 2): Preocupação com a segurança do policial () / Preocupação com a segurança da família () Salário do policial () / Horário de trabalho do policial () / Atitudes do policial em casa () Outro () Qual?
25 - Você acha que o policial ao qual você é vinculada é (ou era) afetado por estresse no trabalho? Não () / Levemente () / Moderadamente () / Muito () / Extremamente ()
25 - Como ele fica (ou ficava) quando tem (ou tinha) problemas no trabalho? (marcar no máximo 2) Quieto, distante () / Triste, deprimido () / Irritado () / Agressivo () / Aumenta (ou aumentava) uso de bebidas alcoólicas () Não sei () / Outro () Especificar:
26 - Ele costuma (ou costumava) falar do trabalho em casa? Muito () / Mais ou menos () / Pouco () / Não ()
26 - Em sua opinião, ele gosta (ou gostava) de ser policial? Sim, muito () / Sim, apesar de se queixar () / Mais ou menos () / Não () / Não sei ()
26 - Você gosta que ele seja policial? Sim, muito () / Sim, apesar de ver problemas () / Mais ou menos () / Não () / Não opino ()
27 - Em casa, você diria que ele é (ou era): (favor responder aos três quesitos) a) Autoritário? Muito () / Mais ou menos () / Pouco () / Não () b) Afetuoso? Muito () / Mais ou menos () / Pouco () / Não () c) Ele é presente na criação dos filhos? Muito () / Mais ou menos () / Pouco () / Não ()
28 - Qual a frequência com a qual seus filhos convivem (ou conviviam) com ele? Mais de 3 dias por semana () / Menos de 3 dias por semana () / de 15 em 15 dias () / Uma vez por mês () / Uma vez a cada dois meses () / Semestral () / Anual () / Nunca ()
28 - Você considera que o tempo que você ou seus filhos convivem (ou conviviam) com ele é suficiente? Sim () / Não ()
29 - Você e sua família se preocupam (ou se preocupavam) com a segurança dele no trabalho? Não () / Levemente () / Moderadamente () / Muito () / Extremamente ()
30 - Ele já passou por alguma situação de perigo no trabalho? Sim () / Não () / Não Sei ()
31 - Ele anda (andava) armado normalmente? Sim () / Não ()

32 - Você acredita que a segurança de sua família pode ser afetada pelo fato de seu companheiro (ou ex) ser policial? Não () / Levemente () / Moderadamente () / Muito () / Extremamente ()
33 - Você ou alguém de sua família já passou por alguma situação de perigo com ele? Sim () / Não ()
34 - Caso positivo, por qual motivo? Reagiu a assalto () / Atuou em ocorrência como policial () / Envolveu-se em agressão () / Outro ()
35 - Você acredita que seus filhos sofram estresse pelo fato do pai ser policial? Não () / Levemente () / Moderadamente () / Muito () / Extremamente ()
36 - Você considera que o rendimento escolar deles já foi afetado por isto? Não () / Levemente () / Moderadamente () / Muito () / Extremamente ()
37 - Seus filhos contam para os colegas de colégio que o pai é policial? Sim () / Não ()
38 - Você gostaria que seus filhos fossem policiais? Sim () / Não () / Tanto faz ()
39 - A profissão dele restringe a vida social de sua família? Não () / Levemente () / Moderadamente () / Muito () / Extremamente ()
40 - Vocês têm contato com: (favor responder aos três itens): a) Amigos do meio policial? Muito () / Mais ou menos () / Pouco () / Nenhum () b) Amigos de fora da polícia? Muito () / Mais ou menos () / Pouco () / Nenhum () c) Familiares? Muito () / Mais ou menos () / Pouco () / Nenhum ()
41 - Você já sofreu agressão verbal por parte de seu companheiro policial? Não () / Leve () / Moderada () / Grande () / Extrema ()
42 - Você já sofreu agressão física por parte de seu companheiro policial? Não () / Leve () / Moderada () / Grande () / Extrema ()
43 - Em que medida seu companheiro policial faz (ou fazia) uso de bebidas alcoólicas? Não bebe () / Uso leve () / Uso moderado () / Uso excessivo ()
44 - Você considera que ele mudou após entrar para a polícia? Mudou para melhor () / Não mudou muito () / Mudou para pior () / Não sei ()
45 - Você trabalha fora? Sim () / Não ()
46 - Que posicionamento o policial tem (ou tinha) quanto a você trabalhar? Favorável () / Desfavorável () / Neutro ()
47 - Vocês praticam alguma religião? Sim () / Não () (Caso pratiquem) Qual? Católica () / Evangélica () / Espírita () / Outra () Especificar:
47 - Você tem orgulho pelo fato de ele ser (ou ter sido) policial? Sim () / Não ()
Outros Dados:
48 - Você e sua família utilizam regularmente o sistema de saúde da polícia? Sim () / Não ()
49 - Como o avaliam? Muito bom () / Bom () / Regular () / Ruim () / Muito Ruim ()
50 - Alguém em sua família já utilizou o Serviço de Psicologia? Sim () / Não ()
51 - E o de Psiquiatria? Sim () / Não ()
52 - Você contou com a ajuda de seu marido / companheiro policial para preencher este questionário? Sim () / Não ()
53 - Gostaria de fazer algum comentário adicional?

***O questionário foi reduzido em seu formato para exposição neste documento.**